

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO

ISSN 1981-6308 - Vol. 6 - Ano 2010 - Jan / Jun



Comando Regional III - 12º BPM Sorriso-MT





REVISTA HOMENS DO MATO - ISSN 1981-6308
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Vol. 6 - Ano 2010

Janeiro a Junho

“HOMENS DO MATO”

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública criada pela Portaria nº 003/APMCV de 12 de julho de 2005 – ISSN 1981-6308

PRODUÇÃO

Conselho Editorial sob a gerência do Msc. Edson Benedito Rondon Filho, Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso.

CONSELHO EDITORIAL

Editor Geral: Msc. Edson Benedito Rondon Filho

Membros:

Dr. Antonio Carlos Monteiro de Castro	Dr. Einstein Lemos Aguiar
Dr. George Felipe Dantas	Dra. Maria Aparecida Morgado
Dr. Naldson Ramos da Costa	Dr. Ronilson de Souza Luiz
Dra. Suely Dulce de Castilho	Doutorando Almir Balieiro
Doutorando Francisco Thiago Rocha Vasconcelos	Doutoranda Rochele Fellini Fachinetto
Doutorando Wilquerson Felizardo Sandes	Msc. Claudia Cristina Carvalho
Msc. Diva Maria de Oliveira Mainardi	Msc Enzi Cerqueira Almeida
Msc. Flávio Gledson V. Bezerra	Msc. Gabriel Rodrigues Leal
Msc. Jamil Queiróz	Msc. Laudicério Aguiar Machado
Msc. Leo Torres Santos	Msc. Marcos Roberto Gonçalves
Msc. Maricilda Nascimento Farias Gonçalves	Msc. Martim Cabeleira De Moraes Jr.
Esp. Alessandro Souza Soares	Esp. Carlos Eduardo Pinheiro da Silva
Esp. Clarindo Alves Castro – Cel PM	Esp. Everson Cezar Gomes Metelo
Esp. Fabiano Pessoa	Esp. José Antonio Gomes Chaves
Esp Marcos Roberto Sovinski	Esp. Ridalva Reis Souza
Esp. Rogério Francia Farias	Esp. Wanderson Nunes de Siqueira

Editores de seção:

Msc Enzi Cerqueira Almeida	Esp. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
----------------------------	--

Editoração Eletrônica e arte da capa: Msc Enzi Cerqueira Almeida

Revisão gramatical: Esp. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva

Capa: Vista frontal do Comando Regional III – 12º BPM – Sorriso - MT

REVISTA HOMENS DO MATO. Polícia Militar de Mato Grosso – PMMT. Academia de Polícia Militar Costa Verde em Várzea Grande, APMCV, Vol. 6, 2010.

Periodicidade Semestral

ISSN 1981-6308

1. Polícia Militar, 2. Academia Costa Verde, 3. Segurança Pública, 4. Título, 5. Periódico.

EDITORIAL

A Revista Homens do Mato (RHM) deste segundo semestre de 2010 chega com o compromisso de consolidar a periodicidade prevista em sua norma de criação. A excelência em seu formato reconfigurado a partir desta edição refletirá nas avaliações procedidas por órgãos exteriores.

Os artigos contemplados abordam questões de fundamental importância para compreensão das relações estabelecidas no âmbito da Segurança Pública. Ricardo Tomas da Silva em “Surdos e Segurança Pública: a necessidade da comunicação” apresenta a necessidade de implantação do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos cursos de formação e qualificação da Polícia Militar de Mato Grosso. Em “Critérios para atuação da PMMT em jogos de Copa do Mundo no estádio Governador José Fragelli”, Robson Oliveira Curi alerta para a necessidade de a instituição Polícia Militar se planejar com antecedência para atuar no evento organizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA). Cristyano Cássio Gonçalves de Vasconcelos, no artigo “Indicadores motivacionais do policial militar: um estudo de caso na Companhia de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde”, descreve pesquisa realizada em subunidade da PMMT buscando compreender os aspectos subjetivo dos policiais militares que influenciam no exercício da atividade policial. Na “Análise das ações da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso em situações com reféns, sob a ótica das doutrinas de gerenciamento de crise, no Centro de Ressocialização de Cuiabá no período de 2000 a 2003”, Marcos Antônio da Silva analisa, sob a ótica das doutrinas de gerenciamento de crise, as ações da polícia militar nas crises ocorridas no citado centro de ressocialização. Deniz Silva Valle, em “Eficiência, eficácia e efetividade do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (GEFRON), no período de 2003 a 2007” apresenta um diagnóstico das ações desenvolvidas pelo GEFRON. Paulo Hernandez Rodrigues de Meneses, também, aborda a atuação do GEFRON no artigo “A atuação do GEFRON na fiscalização do tráfico de drogas na fronteira Mato Grosso / Bolívia”. Questão ambiental é debatida no artigo “A pesca predatória no Rio Cuiabá como crime ambiental realizada no município de Cuiabá no período de Piracema” de José Carlos Rodrigues de Sousa. Finalizando, Wanderson Nunes de Siqueira, em seu artigo “O emprego do cão farejador na localização de substâncias entorpecentes ilícitas”, descreve experimentação científica que mensurou a eficiência e a eficácia do emprego do cão farejador como ferramenta de busca nas ações e operações policiais militares.

Enfim, o leitor poderá comprovar que a busca pela excelência de qualidade e aprimoramento técnico dos profissionais da Segurança Pública passa pela difusão do conhecimento produzido, dependente é claro de órgãos de difusão e nesse sentido a RHM cumpre um papel de fundamental importância.

Cuiabá – MT, Junho de 2010.

Dr. Edson Benedito Rondon Filho – Maj PM
Editor Geral da RHM

SUMÁRIO

SEÇÃO DE ARTIGOS

- Surdos e Segurança Pública: a necessidade da comunicação.** p. 9.
Ricardo Tomas da Silva
- Crerios para atuação da PMMT em jogos de Copa do Mundo no estádio Governador José Fragelli.** p. 38.
Robson Oliveira Curi
- Indicadores motivacionais do policial militar: um estudo de caso na Companhia de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde.** p. 56.
Crystiano Cássio Gonçalves de Vasconcelos
- Análise das ações da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso em situações com reféns sob a ótica das doutrinas de gerenciamento de crise, no Centro de Ressocialização de Cuiabá no período de 2000 a 2003.** p. 69.
Marcos Antonio da Silva
- Eficiência, eficácia e efetividade do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (GEFRON), no período de 2003 a 2007.** p. 90.
Deniz Silva Valle
- A atuação do GEFRON na fiscalização do tráfico de drogas na fronteira Mato Grosso / Bolívia.** p. 106.
Paulo Hernandes Rodrigues Meneses
- A pesca predatória no rio Cuiabá como crime ambiental realizada no município de Cuiabá no período de piracema.** p. 122.
José Carlos Rodrigues de Sousa
- O emprego do cão farejador na localização de substâncias entorpecentes ilícitas.** p. 138
Wanderson Nunes de Siqueira

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



Artigos

SURDOS E SEGURANÇA PÚBLICA: A NECESSIDADE DA COMUNICAÇÃO

Ricardo Tomas da Silva¹

RESUMO

Este trabalho verificou a necessidade de implantação do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras – nos cursos de formação e qualificação da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Para tanto discorreu sobre a importância da qualificação do serviço e as legislações que garante os direitos dos portadores de necessidades especiais, a Segurança Pública e o atendimento dessa população tanto em âmbito federal quanto estadual e as línguas brasileiras fazendo uma relação entre Língua Portuguesa e Libras. Foi identificada através de pesquisa de campo, a situação atual no atendimento aos surdos por parte da PMMT, assim como a relação de conhecimento e interação dos grupos envolvidos. Finalmente, foram apresentados argumentos que conduzem a identificação dessa problemática da dificuldade enfrentada pela população surda no acesso à segurança pública.

Palavras-chaves: *Polícia Militar – Surdos – Comunicação - Inclusão*

ABSTRACT

This study aims to determine the need for deployment of the teaching of language of signs Brazilian - Libras - in training courses and qualification of the Military Police of the State of Mato Grosso. To do so will talk about the importance of the qualification of service and the laws that guarantee the rights of individuals with special needs, the Public Security and care of this population both in the federal state as the languages and making a link between Brazilian Portuguese Language and Libras. Has been identified by searching the field, the current situation in attending the deaf by the PMMT and the relationship of knowledge and interaction of the groups involved. Finally, were presented arguments that lead to identification of the problem of difficulty faced by the deaf population in access to public security.

Key words: *Military Police - Deaf - Communication - Inclusion*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, especialista em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/MT).

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado é natural que as instituições, sejam elas privadas ou públicas, busquem uma melhoria no atendimento, ofertando ao seu público destinatário, melhores produtos e melhores serviços.

No setor privado essa tendência torna-se uma obrigatoriedade pela própria concorrência que o mercado impõe, e dela depende a sobrevivência da empresa no disputadíssimo ramo industrial, comercial ou de prestação de serviços.

No setor público não há - pelo menos de forma genérica² - o fator concorrência, pois sendo o Estado responsável pelas prestações de serviços e produtos à população - dentro da sua esfera de atribuições -, disponibiliza apenas uma instituição para cada necessidade, porém o próprio Estado já está sentindo a necessidade de acompanhar as tendências mundiais quanto à melhoria dos serviços prestados, visando a real satisfação de seu público alvo, ou seja, o cliente-cidadão. Esta necessidade é vislumbrada não pelo Estado enquanto instituição, mas principalmente pelos gestores, que de uma certa forma, fazem a concorrência através dos resultados e satisfação popular, motivados pela efetivação do cargo, já que este é determinado pela população em geral através de eleições.

Quando se fala em qualidade ou excelência na prestação de serviços, é necessário compreender como se dá esse processo, e assim entender que no Brasil, existe uma variedade muito grande de pessoas e grupos com prioridades distintas e específicas quanto às suas necessidades, principalmente ocasionado pela grande miscigenação populacional, não ignorando que há uma diferenciação de anseios da sociedade brasileira.

Desta forma para atender a todos, há uma necessidade em separá-los em grupos específicos para fins de pesquisa e entendimento de suas prioridades, para aí sim começar a disponibilizar os recursos e serviços, fazendo desse ou daquele grupo, pessoas com um senso de satisfação ao que fora atendido.

² Entendem-se apenas os serviços públicos prestados, pois indiretamente, há uma concorrência com o setor privado, exemplo, Segurança Pública X Segurança Privada.

Quanto aos grupos específicos, devido ao foco do trabalho, destacam-se os portadores de necessidades especiais, mais especificamente os deficientes auditivos, na qual possuem um mundo próprio, com sua cultura, língua e visão da sociedade.

Assim, o setor público não pode ignorar a presença deste grupo específico quanto ao atendimento de seus serviços, em especial o de segurança pública.

Sendo o assunto, segurança pública, de extrema relevância à sobrevivência e ao convívio social, é de suma importância entender como estão sendo atendidos os deficientes auditivos - surdos, no Brasil de forma genérica e em Mato Grosso de forma mais aprofundada e específica.

Com base no conhecimento de que essa classe de brasileiros depende de uma língua exclusiva para se comunicar, tem-se que atentar para a inclusão desta língua no atendimento ao setor público de prestação de serviço, com a finalidade de ofertar um serviço de qualidade às pessoas que não ouvem e não falam como se é prestado à maioria da população brasileira.

Com esse trabalho pretende-se contribuir para que as autoridades tenham subsídios técnicos e científicos na tomada de decisão, sendo a assistência à população seu foco principal, tornando o Estado de Mato Grosso um pioneiro na preocupação com a inclusão dos portadores de necessidades especiais, mais destacadamente os surdos, relativo ao seu atendimento no quesito de segurança pública.

1 DEFICIÊNCIA AUDITIVA

1.1 HISTÓRICO DE SURDOS

Quando se fala em deficiente auditivo é natural a curiosidade de saber qual o surgimento dos primeiros casos na humanidade. Historicamente há relatos de deficientes auditivos na época de Cristo, tal qual relatados em passagens bíblicas, como a exemplo do Livro de Marcos³.

A cura de um surdo de Decápolis

³ BÍBLIA. Livro de Marcos, A cura de um surdo e gago de Decápolis. 7, 31-37. Português. **A Bíblia Sagrada**. 3. Ed. Tradução João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1991.

31 Tendo Jesus partido das regiões de Tiro, foi por Disom até o mar da Galiléia, passando pelas regiões de Decápolis.

32 E trouxeram-lhe um surdo, que falava dificilmente; e rogaram-lhe que pusesse a mão sobre ele.

33 Jesus, pois, tirou-o de entre a multidão, à parte, meteu-lhe os dedos nos ouvidos e, cuspendo, tocou-lhe na língua;

34 E erguendo os olhos ao céu, suspirou e disse-lhe: Etafá: isto é Abra-te.

35 E abriram-se lhe os ouvidos, a prisão da língua se desfez, e falava perfeitamente.

36 Então lhes ordenou Jesus que a ninguém o dissessem; mas, quanto mais lhe proibia, tanto mais o divulgavam.

37 E se maravilharam sobremaneira, dizendo: Tudo tem feito bem; faz até os surdos ouvir e os mudos falar.

Já em períodos antes de Cristo, não foram encontrados registros exatos quanto ao histórico de aparecimento dos primeiros deficientes auditivos, mas na história da Roma Antiga é natural deparar com personagens que deixam explícitos serem portadores de deficiência auditiva. Não sendo o foco principal deste trabalho, deixa-se à ciência as explicações do surgimento de surdos, relativo ao processo evolutivo da humanidade.

1.2 DESENVOLVIMENTO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A contextualização histórica direciona ao surgimento da própria deficiência auditiva quanto ao surgimento ou desenvolvimento no indivíduo portador desta falha fisiológica.

Em algumas culturas ocidentais, orientais, ou de etnias, atribui-se a deficiência física, auditivas entre outras, às questões religiosas, tal como maus espíritos, a exemplo da cultura de algumas tribos indígenas brasileiras, mas no campo da ciência há varias explicações quanto a este fato.

A possibilidade de formação da deficiência auditiva se dá em dois períodos da formação humana, as causas pré-natais e pós-natais.

Nas situações pré-natais, segundo o SEESP⁴ em seu Programa de Capacitação (2004)⁵, a hereditariedade é uma das conceituações ao nascimento do indivíduo portador de deficiência, pois falhas genéticas podem levar a má formação do feto

⁴ SEESP: Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação.

⁵ BRASIL. **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental** - Deficiência Auditiva. Volume I (Série Atualidades Pedagógicas nº 4). Organizado por Giuseppe Rinaldi. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

durante o período de gestação e estas falhas genéticas podem ser adquiridas pelos indivíduos e repassadas aos seus sucessores por genes defeituosos e serem desenvolvidos durante a formação do corpo físico no período de incubação, porém conforme o MEC, esta causa representa uma parcela mínima da população em questão. Ainda tratando de má formação fetal, há também algumas explicações que levam a este diagnóstico tais como decorrentes de doenças adquiridas pela genitora durante o período de gestação, na qual se destaca a rubéola, sarampo, sífilis e diabetes. Problemas congênitos também levam a formação irregular do feto durante o período gestacional, podendo ocorrer o surgimento de deficiência física, mental, visual ou auditiva, sendo as principais causas de problemas congênitos: gestação por parte de uma relação consanguínea, tal como fecundação por irmãos, primos ou incompatibilidade genética.

Na questão pós-natais Quadros e Karnopp (2004) apresentam como causa de formação da deficiência auditiva, os chamados fatores externos, como por exemplo, doenças adquiridas pelo ser humano, principalmente durante a infância, que afetam o organismo trazendo complicações patológicas e afetando o desenvolvimento e funcionamento do conjunto corpóreo do indivíduo ocasionando surdez, cegueira, paralisia, entre uma vasta lista de situações que está sujeito o ser humano nos primeiros anos de vida, muito destas pode ser evitadas através da campanha de vacinação, nos casos de sarampo e meningite por exemplo. Há outras enfermidades que levam ao surgimento de problemas no organismo tais com grandes infecções principalmente na região afetada, a exemplo do aparelho auditivo no caso de surdez, que podem afetar o funcionamento ou mesmo paralisia do órgão.

Um fator que também contribui ao surgimento dos deficientes auditivos, sejam eles temporários ou permanentes, é o fator acidental.

O fator acidental pode ser ocasionado por lesões traumáticas, entre elas destacamos exposição dos tímpanos a elevados níveis de decibéis (dB), ou mesmo lesões por intoxicação, como a ingestão de drogas lícitas ou ilícitas, a exemplo de medicamentos utilizados de forma errônea, cujo resultado seja um choque anafilático orgânico, com prejuízo de disfunção fisiológica.

1.3 DEFINIÇÕES DE SURDO E SEU MUNDO

Em se tratando de definição jurídica, expressa nas legislações vigentes, é considerada uma pessoa surda, aquela com deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz. (Artigo 5º, §1º letra b)⁶.

Assim sendo, nota-se que a pessoa surda, para efeito de entendimento popular, é aquela que desenvolveu ou nasceu, com a capacidade de audição reduzida, que para nós seria como conseguir escutar nos sons, apenas ruídos indecifráveis ou nada audíveis.

A perda ou a inexistência da audição para os surdos é um fato nada incômodo ao mundo deles – “mundo deles” porque realmente é um mundo a parte como se vê adiante – pois eles desenvolvem outras habilidades e sentidos, com capacidade de suprir aquelas que não lhes pertencem.

Segundo Montesquieu (apud Maupassant, 1997: 56-7), um órgão a mais ou a menos em nossa máquina teria feito de nós outra inteligência. Maupassant, em seu conto ‘Carta de um louco’⁷, reflete sobre a tese acima, defendendo:

Todas as idéias de proporção são falsas, já que não há limite possível, nem para a grandeza nem para a pequenez (...) a humanidade poderia existir sem a audição, sem o paladar e sem o olfato, que dizer, sem nenhuma noção do ruído, do sabor e do odor. Se tivéssemos, portanto, alguns órgãos a menos, ignoraríamos coisas admiráveis e singulares; mas se tivéssemos alguns órgãos a mais, descobriríamos em torno de nós uma infinitude de outras coisas que nunca suspeitaremos por falta de meios de constatá-las.

Desta feita verifica-se que o mundo dos surdos é um mundo a parte, com falta de algo, que a maioria da população conhece e acréscimo de sentidos, que aos não surdos é impossível de perceber, a menos que entrem no mundo deles.

De acordo com Perlim (1998) os surdos tendem a assumirem diferentes tipos de identidade, segundo sua própria cultura, principalmente na convivência social

⁶ BRASIL, Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.48, de 8 de novembro de 200, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Ministério Público de Mato Grosso**. Centro de Apoio Operacional. Cuiabá: CAOP, 2007.

⁷ MAUPASSANT, G. de. **Carta de um louco**. In Contos fantásticos: o Horla e outras histórias. Vol. 24. Col. L&PM. Trad. José Thomas Brum. Porto Alegre, L&PM, 1997.

com os ouvintes⁸, pois a questão multicultural dos surdos os leva a depender desta identidade dentro da sociedade:

- a) *Identidade flutuante*: na qual o surdo se espelha na representação hegemônica do ouvinte, vivendo e se manifestando de acordo com o mundo do ouvinte;
- b) *Identidade inconformada*: na qual o surdo não consegue captar a representação da identidade ouvinte, hegemônica, e se sente numa identidade subalterna;
- c) *Identidade de transição*: na qual o contato dos surdos com a comunidade surda é tardio, o que os faz passar da comunicação visual-oral (na maioria das vezes truncada) para a comunicação visual sinalizada – o surdo passa por um conflito cultural;
- d) *Identidade híbrida*: reconhecida nos surdos que nasceram ouvintes e se ensurdecaram e terão presentes as duas línguas numa dependência dos sinais e do pensamento na língua oral;
- e) *Identidade surda*: na qual ser surdo é estar no mundo visual e desenvolver experiências na Língua de Sinais. Os surdos que assumem a identidade surda são representados por discursos que os vêem capazes como sujeitos culturais, uma formação de identidade que só ocorre entre os espaços culturais surdos.

Ainda segundo Perlin isso demonstra por que os surdos se fecham em grupos distintos, com a participação de outros surdos, sendo aceitos ouvintes com fluência na Língua Brasileira de Sinais, somente após serem postos a provas, que o candidato ao grupo nem sequer sabe que está sendo testado e observado quanto da sua aceitação, pois se relacionando com semelhantes, eles têm a compreensão dos pares, por viverem histórias idênticas, assim como entendimento do que se passa pela cabeça destes companheiros.

Supor que os surdos são iguais aos demais cidadãos brasileiros é um grave erro de nossa sociedade, pois como foram reportados anteriormente, eles vivem em um mundo próprio com uma especificidade muito grande e uma séria dificuldade de relacionamento com a sociedade ouvinte, conforme explica Denise Molina (informação verbal⁹), além de várias considerações que se tem que levar em conta para entender o mundo deles:

- a) Para compreender os surdos, primeiramente tem que se conviver com eles, o que é um tanto quanto difícil, pois primeiro tem que ganhar a confiança deles para depois conseguir adentrar nas castas que eles mesmos formam;

⁸ **Ouvinte**: nome referenciado às pessoas não surdas com capacidade de audição.

⁹ Entrevista com a Sr^a **Denise T. Molina**: Coordenadora do Programa SENAI de Ações Inclusivas – PSAL, realizada na Unidade de Desenvolvimento em Educação Inicial e Continuada – UEDE, do SENAI-MT/FIEMT, no dia 15 de maio de 2008.

- b) Os surdos têm dificuldade de controle emocional, quando tem uma necessidade e não conseguem ser compreendidos. Eles ficam exaltados, às vezes agressivos quando precisam de algo e não obtêm pelo simples fato de não ter comunicação, por conseguinte tem um senso de humor diferente dos ouvintes;
- c) Os surdos têm verdadeiro pavor de Policiais, principalmente da Polícia Militar, não sabendo a entrevistada explicar o porquê desta repulsa de polícia, sendo que não é só em Mato Grosso, isso ocorre em todo o Brasil;
- d) Mesmo os formados com Nível Superior, não sabem ler e escrever perfeitamente, pois a língua na qual eles se comunicam é a Libras, ficando a Língua Portuguesa como uma segunda língua, quase que uma língua estrangeira para eles, pois não faz parte de seu universo a língua que os ouvintes, aprendem desde criança

Entender a vida dos surdos é uma tarefa complexa e extensa, mas o que importa é saber não se pode tratar o surdo como uma pessoa qualquer da sociedade, da qual se está acostumada a lidar. Além da necessidade especial na comunicação, há também uma necessidade especial no tratamento com eles.

No Brasil há entidades que lidam diretamente com portadores de deficiência auditiva – surdos, sendo uma das principais a FENEIS¹⁰ que é um espaço conquistado pelos surdos, onde partilham idéias, concepções, significados, valores e sentimentos, que emergem. Manifestações culturais e artísticas são desenvolvidas sem a interferência de ouvintes, que refletem peculiaridades da Visão Surda do mundo e envolvem questões de relacionamentos, educação, entre outras.

Em Mato Grosso há entidades de apoio a esta classe, tal como: 1ª Igreja Batista de Cuiabá, Associação Mato-grossense de Surdos, Sociedade Pestalozzi, CEADA, entre outras, com encontros semanais dos surdos, alfabetização e socialização.

2 QUALIFICAÇÃO E LEGISLAÇÃO

Em tempos de globalização, concorrência e exigência da sociedade em geral, na excelência na prestação de serviço e qualidade dos produtos, há uma necessidade de acompanhar o mercado, seja ele privado ou de prestação de serviço público. Ao setor privado a própria concorrência se encarrega de forçar esse setor à busca de melhorias quanto ao produto final da empresa, já no caso do setor público, a questão

¹⁰ FENEIS Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos é uma entidade não governamental, filiada à *World Federation of the Deaf*. Ela possui sua matriz no Rio de Janeiro e filiais espalhadas por diversos estados brasileiros, a saber, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Teófilo Otoni e Distrito Federal. Acesso a ela pelo site: <http://www.feneis.com.br>

concorrência não é algo considerável para se almejar, porém, para os gestores – políticos dirigentes – sua reputação é colocada a prova de acordo com sua administração.

Nesta linha de raciocínio o setor público é regido por uma vasta quantidade de legislação, que obriga o Estado a prestar o serviço público, na qual, em uma visão generalizada, seria desnecessária essa obrigatoriedade por lei, em algo que é direito fundamental ao ser humano, ou mesmo direitos difusos do indivíduo, mas que hoje regem a prestação do serviço e melhoram consideravelmente o papel do Estado junto à sociedade, na qual ele mesmo organiza, governa e regulamenta.

2.1 QUALIFICAÇÃO

É uma tendência de mercado a busca por qualidade, quer seja avaliado por entidades especializadas em titulações de qualidade ou somente com intuito de melhoria no atendimento aos clientes, mas esse é um acontecimento natural e inevitável.

Porém para se chegar a um senso de qualidade, se faz necessário que a instituição se prepare para alçar o almejado, assim sendo, há uma vasta lista de situações e condições, na qual ela deve se atentar.

Entre várias providências a serem tomadas, destaca-se principalmente as seguintes: A Mudança da Cultura Organizacional, O Treinamento e O Entendimento do Mundo Globalizado.

Desta forma possibilita ter como parâmetros as reais necessidades de mudança para o atendimento não só da sociedade em geral, mas também de classes especiais, tal como indígenas, estrangeiros e principalmente o objeto de estudo: Portadores de Necessidades Especiais – Os Surdos.

2.1.1 Mudança da Cultura Organizacional

Chiavenato (1999) reporta Cultura Organizacional como algo necessário e prejudicial ao mesmo tempo, seria um mal necessário, que se souber lidar com ele, passa a ser o melhor aliado do gestor, pois o autor traz sua definição:

Cultura Organizacional é um padrão de assuntos básicos compartilhados que um grupo aprendeu como maneira de resolver seus problemas de adaptação externa e integração interna, e que funciona bem a ponto de ser considerado válido e desejável para ser transmitido aos novos membros como a maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação àqueles problemas.

Porém o próprio autor revela que as instituições que se resguardam quanto à mudança dessa cultura, em geral são pelo medo ou receio dos problemas e transtornos que a mudança pode ocasionar. Instituições privadas com tendência a resistência de mudança na cultura organizacional está fadada ao fracasso. Já as públicas com esta mesma diretriz, está rumando para o descontentamento popular e contribuição para a falência da máquina governamental, levando ao descrédito dos gestores e até mesmo uma evasão de divisas por empresas que tendem a procurar locais - regiões, estado ou nação - onde suas necessidades serão atendidas.

Milkovich e T. Boudreau (2000) trabalham também com essa linha de raciocínio, destacando a importância de qualificação dos recursos humanos pelo treinamento.

Ambos os autores e suas obras literárias reportam a necessidade de adequação à inclusão social, mencionando a inclusão dos portadores de necessidade especiais no quadro de funcionários da empresa, assim como na prestação de produtos e serviços a esse público, tal qual condições de progressão profissional dos colaboradores - funcionários - na medida de sua dedicação à instituição. Chamado também de Responsabilidade Social.

2.1.2 Treinamento

Treinamento, qualificação, aprimoramento, reciclagem, especialização, entre outras, são palavras muito utilizadas para se expressar qualidade e excelência. Desta feita há uma corrida sistêmica a esses processos principalmente no setor privado.

Nos dias atuais tornou-se uma cultura a busca de treinamento, como define Marras (2001):

Treinamento é um processo de assimilação cultural a curto prazo, que objetiva repassar ou reciclar conhecimentos, habilidades ou atitudes relacionados diretamente à execução de tarefas ou à sua otimização no trabalho.

O treinamento produz um estado de mudança no conjunto do Conhecimento, Habilidades e Atitudes (CHA) de cada trabalhador, uma vez que implementa ou modifica a bagagem particular de cada um. Todos nós somos possuidores de uma bagagem de conhecimentos, habilidades e atitudes referentes à própria trajetória particular de cada um. Essa 'bagagem' constitui o 'CHA individual' que deve estar uníssono com a posição ocupada numa estrutura organizacional e com as responsabilidades devidas. Eventuais diferenças ou carências de CHA em relação às exigências do cargo ocupado podem ser corrigidas por meio de treinamento.

A linha de raciocínio apresentada por Marras leva a entender a importância de uma adequação dos conhecimentos às atualidades globais, buscando objetivos específicos e genéricos:

2.1.2.1 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são reportados por Marras como aqueles que estão ligados ao foco do profissional enquanto colaborador da entidade, ou seja, é o investimento que a instituição faz no seu funcionário a fim de capacitá-lo a desempenhar seu papel e sua função na organização, como citados abaixo:

- a) *Formação profissional*: busca como principal meta alcançar um grau ideal de capacidade laboral em uma distinta profissão, repassando todos os conhecimentos e práticas necessárias ao bom desempenho de uma função. Como podemos exemplificar dentro de nossa profissão, os cursos de formações, na qual prepara o indivíduo, extraído do meio social, à desempenhar as ações de polícia, na organização e auxílio do convívio social no quesito de segurança pública;
- b) *Especialização*: oferta ao treinamento um campo de conhecimento ou prática específica dentro de uma área de trabalho para otimização dos resultados. Como cursos específicos nas áreas operacionais: Curso de Operações Especiais - BOPE, Cursos de Formação de Pilotos de Helicópteros - CIOPAer;
- c) *Reciclagem*: finaliza rever conceitos, conhecimentos ou práticas de trabalho, renovando-os ou atualizando-os de acordo com as necessidades, seja pela exigência do mercado ou pelo desempenho de novas funções, como a exemplo de promoções.

2.1.2.2 Objetivos Genéricos

Ao contrário dos objetivos específicos que focam suas ações na qualificação do profissional, os objetivos genéricos, focam suas ações nos resultados da empresa enquanto produtividade. Em geral - explica Marras - os objetivos genéricos estão diretamente ligados aos específicos, pois havendo uma qualificação do profissional, há um efeito cascata quanto aos demais setores da entidade, tais como:

- a) *Aumento direto na produtividade*: conforme o treinamento propicia a possibilidade de ações mais precisas e corretas, haverá melhoria quanto à produção, pois se tratando de prestação de serviço, a otimização levará à praticas, através de dispositivos como os POPs - Procedimentos Operacionais Padrão. Assim sendo haverá diminuição nos tempos resposta e de atendimento, tal como uma satisfação aos produtos ofertados pela PMMT, a segurança pública;
- b) *Aumento direto da qualidade*: a qualidade tende a ser também otimizada de forma diretamente proporcional ao conhecimento que o servidor tem sobre aquilo que é bem feito e sobre o grau de responsabilidade que lhe cabe no processo produtivo. O ganho da sociedade será de grande valia, com grau de satisfação elevada e, portanto, interação sociedade - Policia Militar;
- c) *Incentivo motivacional*: com a possibilidade de ser eficiente e eficaz, na qual o treinamento oferta ao servidor faz com que este se sinta melhor preparado e confiante naquilo que se propõe a fazer. Desta feita o processo motivacional é automático, vista que quanto mais satisfação em fazer bem feito o servidor tiver, mais motivado vai estar para desempenhar seu papel junto à sociedade;
- d) *Otimização pessoal e organizacional*: falam-se hoje em dia em aumento de efetivo, mais viaturas, mais equipamentos, mais e mais. Porém do que adianta termos infinidades de pessoas e equipamentos se não temos profissionais qualificados para operá-los. Policiais bem treinados junto ao seio da sociedade são capazes de resolver problemas de segurança pública muito mais rápidos e eficazes do que uma quantidade maior, porém sem treinamento ou especialização naquilo que propõe a fazer;
- e) *Atendimento de exigência das mudanças*: como citado anteriormente, as mudanças globais são dinâmicas e por sua vez a sociedade também o é. Dessa forma há uma exigência social muito grande quanto aos anseios no atendimento por parte dos aparelhos de segurança pública, e somente chegará aos níveis de anseios sociais, com melhoria do serviço através de treinamentos.

Portanto percebe-se que uma instituição que queira estar de acordo com a exigência do mercado ou ser reconhecida com uma boa qualidade de seus serviços, há a necessidade de investir em treinamento, sempre buscando as tendências do mercado ou as exigências do serviço. No atendimento do setor público, destaca-se a importância de treinar os servidores em atender a população de forma geral,

incluindo os portadores de necessidades especiais, em destaque o foco do trabalho que é a população de surdos.

2.1.3 O Mundo Globalizado

Com o advento da tecnologia da informação nos anos 70 formou-se um novo paradigma tecnológico que influenciaria de vez o conceito de mercado, conforme tese de Castells (2001) onde afirma:

Devido a sua penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana, a revolução da tecnologia da informação é o ponto inicial para analisar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação.

(...)

...concretizou um novo estilo de produção, comunicação, gerenciamento e vida.

(...)

Meio inconscientemente, a revolução da tecnologia da informação difundiu pela cultura mais significativa de nossas sociedades o espírito libertário dos movimentos dos anos 60.

Como afirma Castells, a internet de hoje, tornou o planeta Terra, como sendo um local único e sem fronteiras, pois a população pode conhecer, ter notícias e ver em tempo real qualquer parte do mundo. E se tratando de mercado, faz comparações e aquisições, naquilo que melhor lhe é ofertado ou anseia suas necessidades.

Da mesma forma que sugere o título de sua publicação – A sociedade em rede – ele nos dá uma clara idéia de como as instituições estão sujeitas a avaliarem e serem avaliadas naquilo que fazem, ofertam ou prestam, com outras sociedades, locais ou entidades, assim como soluções para ter suas necessidades atendidas. Nessa linha de raciocínio nota-se que não se aceita mais qualidades aquém daquelas que são almejadas, pois com um simples toque de mouse, pode-se adquirir qualidade de concorrentes ou acessar providências a serem tomadas quando do não cumprimento das legislações que obrigam e regem o relacionamento consumidor – fornecedor ou mesmo Estado – cliente cidadão.

Não se admite atualmente produtos e serviços que não mais atendam as necessidades de cada indivíduo, seja ele consumidor ou cidadão cliente dos serviços públicos, pois há uma necessidade de pesquisa junto a essa sociedade para saber as reais expectativas quanto aos produtos e serviços a ela ser ofertado.

Nessa mesma linha de raciocínio defende Aburdene (2006), ressaltando ainda em sua publicação, a necessidade de preparação e planejamento para atender o mercado em períodos distintos. Para tanto em Megatrends – obra literária de Patrícia Alburdene - ela demonstra a importância de se prever a reação consumista em um planejamento de uma década. Para isso tem que se antecipar e prever as tendências de consumo neste período, se preparando de forma planejada e sistemática para as mudanças que serão exigidas em cada um dos períodos da década vindoura.

Reporta também a necessidade do investimento social responsável, sendo esta uma tendência incondicional para o futuro. E nessa teoria, não só socialmente responsável, mas também ecologicamente e humanamente responsável.

Desta forma percebe-se que a instituição Polícia Militar, em especial a do nosso Estado de Mato Grosso, necessita estar à frente do seu tempo, no quesito preparação e compreensão da sociedade mato-grossense, assim como a evolução da criminalidade e suas conseqüências.

2.2 LEGISLAÇÕES

A inclusão do atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais, não é mais apenas uma tendência, mas sim uma obrigatoriedade que a legislação determina, na qual o Estado de Mato Grosso e em especial a Polícia Militar desse Estado, não se atentaram para esse dispositivo legal.

O Poder Legislativo Federal e Estadual tem dado uma importância significativa nos assuntos de Direitos Humanos e atendimento à população portadora de necessidades especiais, onde foram sancionadas várias legislações a respeito do assunto.

A primeira e incontestável delas seria nossa lei maior, Carta Magna de nossa nação, a Constituição da República Federativa do Brasil, que dispensa comentários específicos, considerando que o tão conhecido art. 5º coloca de forma clara os direitos e deveres de todos, inclusive a igualdade da população, independente de qualquer diferenciação racial, religiosa, ou mesmo restritiva. Desta feita, e a partir dela, começa os estudos das legislações específicas que abordam o tema dos portadores de deficiência física ou necessidades especiais.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 ¹¹:

(...)

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

(...)

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

(...)

IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência.

(...)

Esclarece o art. 2º a obrigatoriedade do Poder Público e seus órgãos, e sendo a Polícia Militar um órgão do Poder Público, há esta cobrança quanto ao atendimento dos portadores de necessidades especiais - surdos. Desta feita verifica-se no inciso IV do Art 8º, onde prevê crime uma situação que engloba diretamente os órgãos de saúde, mas há um levantamento junto ao CONADE¹² e CORDE¹³, no sentido de estender os incisos deste artigo aos demais componentes do serviço público, como a segurança pública, vista que no setor da educação, este artigo já abrange no sentido de qualificação de crime.

Os artigos das leis que asseguram o direito de acessibilidade do portador de necessidades especiais são muito similares, no contexto social e filosófico, assim como a imposição de penas, aos intitulados de omissão e prevaricação das legislações que regem os servidores públicos, inclusive o Código Penal Militar.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999¹⁴:

(...)

¹¹ BRASIL, Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Ministério Público de Mato Grosso**. Centro de Apoio Operacional. Cuiabá: CAOP, 2007.

¹² CONADE: Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/index.asp>.

¹³ CORDE: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/index.asp>.

¹⁴ BRASIL, Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Ministério Público de Mato Grosso**. Centro de Apoio Operacional. Cuiabá: CAOP, 2007.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.
(...)

Embora não seja reportado no caput deste artigo '*à segurança pública*', está englobada nos dizeres '*assegurar pleno exercício de seus direitos básicos*'. Porém há a necessidade da Instituição Polícia Militar em se atentar quanto às mudanças que o Corde está prestes a fazer nessas legislações, tendo como foco, também a Segurança Pública. Se a instituição não estiver adaptada ou preparada sofrerá com a transição repentina.

Lei Complementar nº 114, de 25 de novembro de 2002 ¹⁵:

(...)
Art. 4º É considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra em uma das seguintes categorias:
(...)
II - Deficiência Auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:
a) De 25 a 40 decibéis (dB): Surdez leve;
b) De 41 a 55 decibéis (dB): Surdez moderada;
c) De 56 a 70 decibéis (dB): Surdez acentuada;
d) De 71 a 90 decibéis (dB): Surdez severa;
e) Acima de 91 decibéis (dB): Surdez profunda;
f) Anacusia;
(...)

No art. 4º desta lei, podemos começar a compreender a confusão entre definir Deficiente Auditivo com Surdos, e por sua vez, a dificuldade do IBGE em proceder a um senso, visando uma classe específica.

A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 ¹⁶ prioriza o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais e obriga os órgãos a se adequarem a prestarem esse atendimento.

¹⁵ MATO GROSSO, Lei Complementar n. 114, de 25 de novembro de 2002. Dispõe sobre o Estatuto das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no âmbito do Estado de Mato Grosso. **Ministério Público de Mato Grosso**. Centro de Apoio Operacional. Cuiabá: CAOP, 2007.

¹⁶ BRASIL, Lei n. 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Ministério Público de Mato Grosso**. Centro de Apoio Operacional. Cuiabá: CAOP, 2007.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 ¹⁷ regulamenta a acessibilidade através das adequações de engenharia e urbanismo nos quesitos de barreiras físicas.

Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 ¹⁸:

(...)

Art. 5º Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

(...)

Art. 6º O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º.

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

(...)

III - Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitada em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo-cegas, prestado por guias - interpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento.

(...)

Há a necessidade de se atentar à esta lei, principalmente aos artigos e incisos citados, pelo fato que eles exemplificam bem a situação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, onde obriga o servidor a ter esse conhecimento ou que a instituição possua um intérprete para resolução da problemática do solicitante.

Como se pode perceber as legislações estão estreitando às instituições, inclusive a Polícia Militar, devido a obrigatoriedade no atendimento inclusivo e de acessibilidade, assim como especificamente no caso os portadores de deficiência auditiva, em especial os surdos.

¹⁷ _____. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Ministério Público de Mato Grosso**. Centro de Apoio Operacional. Cuiabá: CAOP, 2007.

¹⁸ _____. Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.48, de 8 de novembro de 200, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Ministério Público de Mato Grosso**. Centro de Apoio Operacional. Cuiabá: CAOP, 2007.

3 POPULAÇÃO SURDA, SEGURANÇA PÚBLICA E LINGUAGEM BRASILEIRA

Para efeito de classificação de grupos, os surdos não devem ser considerados portadores de deficiência física e sim, parte de uma comunidade lingüística minoritária¹⁹.

Assim como os índios ou qualquer outro grupo numericamente pequeno com relação à população em geral, eles têm identidades, culturas e línguas próprias. O que os diferencia das demais pessoas, e das outras minorias, é que ser surdo não significa ter nascido em algum lugar determinado ou integrar uma família específica com as mesmas características. Além disso, o surdo é possuidor de uma língua de modalidade gesto-visual cuja expressão e recepção se diferencia de todas as demais, ou seja, de modalidade oral-auditiva.

3.1 POPULAÇÃO SURDA

No Brasil a população surda, para efeito de contagem, não é considerada uma sociedade a parte pelos órgãos de pesquisas, tal qual o IBGE, pois quando de sua contagem - censo - não se toma por base uma especificação desse grupo, englobando-os junto com os demais deficientes auditivos, dando uma proporção de forma genérica, tal qual ocorreu no último realizado por esse instituto no ano 2000.

População com deficiência auditiva total ou parcial, permanente.			
BRASIL		5.735.009	
CENTRO OESTE	366.180	Mato Grosso	70.954

Fonte: IBGE, Censo 2000

Muitos dos municípios do Estado de Mato Grosso não contam com uma população de quase setenta e um mil habitantes, portanto percebe-se que a quantidade de surdos estimados em Mato Grosso é considerável. Desta forma não é mais aceitável, afirmar que a população de surdos no Brasil ou mesmo em Mato Grosso seja numericamente baixa.

Devido ao déficit de padronização de contagem pelo censo IBGE - 2000, e somando com mais oito anos que se passaram, e com certeza esta quantidade

¹⁹ Segundo dados da OMS - Organização Mundial de Saúde - estima-se que 2,5% da população mundial sejam portadores de deficiência auditiva.

aumentou consideravelmente, fica impossibilitado de afirmar o número exato, ou mesmo arriscar uma estimativa do quantitativo atual da população surda em Mato Grosso.

Salles (2004) afirma que na questão de contagem ou estimativa da população surda no Brasil há uma necessidade de especificação, via legislação, para se ter parâmetros nesta contagem populacional. Afirma que as entidades que lidam com esse público - FENEIS, INES - estão melhores preparadas e que são as associações os melhores instrumentos no auxílio para o próximo censo IBGE, de contagem dos surdos. Heloisa Salles, porém lamenta que infelizmente não sejam todos os surdos da nação que tenham acesso aos órgãos de apoio aos deficientes auditivos. Principalmente longe dos grandes centros e nas comunidades rurais, sertão e região de matas, onde a proporcionalidade de surdos é maior devido à baixa renda e dificuldade ao acesso das entidades de saúde e assistenciais.

Deste modo fica um pouco prejudicada a busca do quantitativo, mais fiel possível da população de surdos em Mato Grosso. Porém essa dificuldade dá uma idéia da complexidade do assunto em se tratando do quantitativo populacional dos portadores de necessidades especiais, assim como seu local de maior concentração habitacional, como reportado por Salles, nas comunidades de baixa renda.

3.2 OS SURDOS E A SEGURANÇA PÚBLICA

Com o objeto principal do trabalho, faz-se um parâmetro do que ocorre no Brasil e em Mato Grosso atualmente, com a necessidade e expectativa da população surda assim como a população de um modo geral.

3.2.1 Segurança Pública no Brasil

A Segurança Pública no Brasil é composta pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Militares Estaduais, Corpo de Bombeiros Militares Estaduais e Polícias Judiciárias Cíveis Estaduais²⁰.

São estas entidades responsáveis pela preservação da Ordem Pública, cada qual com seus instrumentos e missões devidamente especificados em lei.

²⁰ Art.144 da Constituição da República Federativa do Brasil.

As Polícias Militares e Polícias Civil, por serem órgãos estaduais, são as que estão em contato direto com a população em geral, sendo que a PM, por ser ostensiva e fardada, se destaca em relação às demais e é hoje a mais solicitada em casos de necessidade da população nos quesitos de segurança pública.

Essa condição de ser a mais procurada é simples de entender, pois o número de emergência 190 é um dos mais conhecidos pela população e o policial fardado é o mais fácil de ser visto e identificado como sendo um policial.

Portanto, entende-se que para melhor atender a sociedade em seus anseios de segurança pública, há uma necessidade de melhoria, principalmente aos policiais militares que lidam diretamente com a população em geral, nos quesitos de conhecimento, preparação e compreensão aos usuários do serviço público.

3.2.2 Atendimentos aos Surdos

Como já fora explanado anteriormente, a população de surdos tem que ser considerada uma sociedade específica, pela sua condição, sua cultura, sua compreensão do mundo dos ouvintes. Acreditar que se pode relacionar com os surdos simplesmente aprendendo sua língua constitui um erro grave a aqueles que queiram atender essa parcela da população brasileira, pois a comunicação seria apenas o primeiro passo. Aprender a conviver, compreender suas particularidades e entender seu mundo, seria primordial a um relacionamento estável e agradável. A exemplo de um turista que vai à Índia, falar o idioma seria apenas um dos requisitos para convivência naquele país, pois mesmo com fácil comunicação, seria uma ofensa não saber que a vaca é um animal sagrado naquela nação e consecutivamente um desrespeito pedir uma comida com carne de gado em um restaurante.

3.2.2.1 Situação atual no Brasil

Em nosso país a importância de integrar a população surda ainda não foi despertada significativamente, pois as entidades que trabalham em prol desta parcela de brasileiros, são, em sua maioria, organismos não governamentais ou associações formadas por eles mesmos, geralmente comandados ou presididos por ouvintes que tem interesse direto ou indireto no assunto, tal como familiares de pessoas nestas

condições. Além do qual o quantitativo dessas entidades, de forma geral no país, é muito pequena em relação ao número populacional em questão, e em Mato Grosso não é diferente.

Em se tratando de atendimento público, Mato Grosso ainda está a passos lentos quanto à inclusão dos surdos em nossa sociedade e no atendimento de suas necessidades que, expressa em lei, lhes são de direito como qualquer cidadão brasileiro com sua normalidade, por assim considerar.

Se o assunto for segurança pública - pelo descrito nas legislações, pela filosofia dos direitos humanos ou pela responsabilidade social - vislumbra-se uma desatenção com os portadores de deficiência auditiva, pois através de pesquisas e consultas às Instituições Policiais Militares de todo o Brasil, obteve a informação que em nenhuma instituição Policial Militar, tem o ensino de Libras nas matrizes curriculares, tendo somente alguns casos isolados de cursos nessa área, ministrados para poucos participantes das instituições.

Fazendo uma breve análise verifica-se que os surdos, em âmbito nacional, não estão sendo atendidos na questão de segurança pública, principalmente na questão de comunicação, mas há tempo de reverter esta falha, pelo fato de haver alguns estados que já começam a despertar interesse no assunto.

3.2.2.2 Atendimento em Mato Grosso

Primeiramente tem-se que reportar, que na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, não há nas matrizes curriculares dos cursos de formação ou qualquer outro curso regular, o ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, afirma o Cel PM Victor Hugo²¹.

Quanto ao quesito de qualificação por parte da instituição, percebe-se que não há policiais militares que tenham sido qualificados para atendimento ao público alvo da pesquisa científica, pois mesmo nos casos de qualificação extra-institucional, em parcerias com órgãos do governo ou entidades não governamentais, não há notícias de iniciativas desta monta na Polícia Militar de Mato Grosso. Alguns casos

²¹ **Victor Hugo Metello** - CEL PM, é Chefe do Centro de Capacitação Desenvolvimento e Pesquisa - CCDP- da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

foram noticiados de policiais que aprenderam a linguagem de sinais, mas principalmente por terem no seio familiar pessoas com essa necessidade de comunicação.

Levando em conta o desempenho e conhecimento dos policiais militares desse Estado, conclui que a situação acompanha o resto do país, pois dados levantados junto aos policiais militares atuantes na capital - através de questionários apontados em pesquisa científica - mostra claramente que estes profissionais não estão qualificados para atender a população de surdos em Mato Grosso.

Fica notória na citada pesquisa científica, que há uma disparidade de conhecimento dos mundos envolvidos, pois de um lado - Policial - há entendimento que os surdos estão sendo atendidos em suas necessidades, que através de gestumes²² consegue-se comunicação, que o surdo pode ser considerado como uma pessoa normal e às vezes sem restrição. Enquanto que os surdos - também através de questionários - reportam completamente o oposto da idéia apresentada pelos policiais.

Fazendo uma análise da situação de atendimento em Mato Grosso, percebe-se que a precariedade, principalmente no quesito conhecimento técnico do assunto, é muito grande, mas em contrapartida, há um interesse considerável por parte dos policiais que estão diuturnamente nas ruas de nossa cidade, lidando com a mais variada miscigenação da sociedade mato-grossense.

3.2.2.3 Os Surdos e suas necessidades

Vastamente comentado anteriormente, a primeira necessidade dos surdos é o reconhecimento de que eles são cidadãos brasileiros, dotados de direitos e deveres, junto à sociedade e principalmente, junto aos órgãos públicos na qual é responsável a prestarem serviços a comunidade.

Outra necessidade, aí já voltada à segurança pública, é que os profissionais deste setor entendam que os surdos formam uma comunidade a parte, com cultura e valores diferenciados, visão do mundo na qual os ouvintes não fazem uma

²² **Gestumes:** são gestos de costumes, não pertencentes a linguagem Libras, na qual os ouvintes utilizam para suprir seu desconhecimento na linguagem oficial de sinais.

concepção, e uma forma de comunicação exclusiva de uma língua praticamente estrangeira apesar de serem brasileiros.

Dentro deste contexto entende-se que as necessidades dos surdos vão muito além da simples comunicação, pois entender seu mundo, seus pensamentos, a discriminação sofrida e a exclusão na qual são submetidos, torna-se fatores primordiais para estabelecer e ofertar serviço de qualidade na questão de segurança pública, e nesse assunto especificamente, percebe-se através de entrevistas e questionários, que os surdos entendem que os policiais militares não têm condições de atendê-los nos seus anseios, devido, principalmente, a falta de comunicação.

Então não é difícil entender as necessidades dos deficientes auditivos, basta ações simples a começar pelo ensino de Libras aos componentes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

3.3 AS LINGUAGENS BRASILEIRAS

O Brasil apesar de ter a Língua Portuguesa como língua oficial, não é a única utilizada no seio da nação, pois têm vários grupos, onde destacam principalmente grupos indígenas, cujas etnias têm seus próprios métodos de comunicação, com linguagem peculiar, gestos e sons com significados relevantes, sem falar na cultura diferenciada.

Se for levar em conta esse fato, não é difícil afirmar que o Brasil possui dezenas, ou quem sabe, centenas de línguas diferentes, afirma Salles Et Al (2004).

A Língua Brasileira de Sinais é mais uma dessas que por sinal, é utilizada por milhões de deficientes auditivos, conforme consta nos dados do Censo 2000 - IBGE.

3.3.1 A Língua Portuguesa

A Língua Portuguesa, segundo Hany (1989) originou-se juntamente com línguas como Espanhol, Catalão, Francês, Italiano e Romeno, derivado e evoluído do *latim*, são chamadas de românicas ou neolatinas, de uma única família lingüística.

O *latim* teve sua origem na região do Lácio, onde, em 711 a.C., fundou-se Roma, que por sua vez pertence ao tronco lingüístico originário do *indo-europeu*.

Trazida de Portugal, durante o período de descobrimento e colonização do país, a Língua Portuguesa foi se adequando a realidade do povo brasileiro com o decorrer dos séculos, miscigenando com línguas espanholas, africanas e dialetos utilizados pelos povos primitivos desta nação, tal qual o *Tupi-Guarani*, onde fora tomando formato até chegar ao que se conhece hoje.

3.3.2 A Língua Brasileira de Sinais

Para entender esta língua, primeiramente há a necessidade de citar a parte legal deste dispositivo. Utilizada há muito tempo, somente em 2002 fora reconhecida oficialmente como uma Língua Brasileira. Através da Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sancionou esse dispositivo legal, considerado pelos surdos e entidades de apoio, como uma vitória e um primeiro passo para o processo de inclusão:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
Parágrafo Único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos nas comunidades de pessoas surdas do Brasil. (...)

A partir daí a Libras vem sendo melhor desenvolvida, com a intenção de facilitar a comunicação entre surdos e o público ouvinte.

Libras é uma língua natural da comunidade surda, com regras morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias, que possibilita o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda, favorecendo o acesso desta aos conceitos e aos conhecimentos existentes na sociedade.²³

Ao contrário do que muitos ouvintes pensam, a Libras não é uma forma de comunicação somente com as mãos, mas com todo o sistema de expressão corporal, inclusive expressões faciais, pois para um sinal similar, a expressão facial irá determinar o que exatamente a pessoa quer dizer ou reportar.

A Libras não é complicada, mas tem que ter bastante a atenção, principalmente para os iniciantes nesta comunicação, para não interpretar de forma

²³ LÍNGUA DE SINAIS: A imagem do pensamento. São Paulo: Escala, Ano I n. 01.

errada os sinais, assim como acabar dizendo algo totalmente diferente do que se desejava.

Não são todas as palavras da Língua Portuguesa que pertencem a Libras, porque seria praticamente impossível encontrar tanta variedade de gestos e sinais que correspondessem a todas as palavras de nosso vocábulo. Portanto na construção de frases da Língua Portuguesa, fica difícil interpretá-la ou traduzi-la para Libras, devendo haver um estudo minucioso da área de comunicação em questão e fazer as devidas adaptações dos vocábulos.

Assim há como entender que mesmo introduzindo o ensino da Língua Brasileira de Sinais na Polícia Militar, haverá uma necessidade de adequação das palavras, expressões e jargões que são muito utilizados pelos policiais.

CONCLUSÃO

A busca de melhor qualidade ou a excelência na prestação do serviço público, não é somente uma tendência mundial, mas sim uma necessidade para a sobrevivência dos organismos que queiram estar destacados positivamente, cumprindo seu papel e sua missão. E essa busca pela qualidade é um imenso universo, com um parâmetro final postado ao infinito, principalmente pela dinamicidade com que a sociedade e seus componentes evoluem, pois sempre haverá uma nova tendência ou necessidade a ser alcançada e barreiras a serem rompidas. E no caso específico desse trabalho, essa barreira começa simplesmente pela comunicação.

Foi vislumbrado, estudado, analisado e sugerido mais um ponto a ser vencido, nessa incessante busca pelo atendimento de qualidade, pois o assunto apresentado, mostra uma das milésimas falhas que compreende o serviço público e atendimento à sociedade.

A existência de uma população surda é um fato não mais ignorável pelos aparelhos de segurança pública, sua presença na sociedade e no mundo, reporta-se aos primórdios da humanidade. Entender o mundo desse público também trás uma grande importância, principalmente por vislumbrar que a instituição Polícia Militar não compreende e por vezes ignora o fato de atender dentro dos moldes na qual essa

classe necessita, pelo que foi apurado não está sendo atendido e há por parte dos deficientes auditivos um anseio na melhoria deste atendimento. O quantitativo populacional de surdos em Mato Grosso é considerável, não sendo possível mais dizer que é baixa essa quantidade. A Língua Brasileira de Sinais é uma língua simples, não sendo difícil sua absorção, com ressalva da necessidade de adaptação dos sinais à linguagem utilizada pelos aparelhos de segurança pública.

Existem legislações específicas quanto à inclusão dos portadores de necessidades especiais no atendimento do serviço público, porém que as autoridades estão em fase de campanhas de conscientização e de divulgação dessas leis, e somente em um segundo período irão fazer as devidas cobranças conforme determinam os dispositivos legais.

Os órgãos de ensino da Polícia Militar realmente não se atentaram para esse processo de inclusão, porém não por apenas desconhecer o assunto, mas também por seguir uma orientação superior, federal, através das matrizes curriculares nacional do Pronasci. Que o fato de não haver qualificação dos policiais militares nas questões apresentadas, realmente leva-os a não se atentarem para esse público alvo, desconhecendo esse mundo dos surdos e não os atendendo conforme anseio da classe.

Sem deixar de concluir também a importância de estar, enquanto instituição, atento para as legislações vigentes, pois a obrigatoriedade está batendo em nossas portas, e para evitar o corre-corre peculiar dos brasileiros que deixam tudo pra última hora, seria melhor trabalhar com a prevenção.

Por fim, acredita-se ser primordial ao sucesso dessa integração, promovendo o dinamismo que se espera das instituições, dando ao gestor da segurança pública argumentos e subsídios para nortear os caminhos das ações, investimentos e mudanças a serem seguidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABURDENE, Patricia. **Megatrends 2010: o poder do capitalismo responsável**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

BRASIL. *Constituição Federal*. 5ª ed. Organização de texto por Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental – Deficiência Auditiva – Volume I (Série Atualidades Pedagógicas nº4)** Organizado por Giuseppe Rinaldi. Brasília MEC/SEESP, 1997.

_____. _____. **A Educação dos Surdos. Volume II. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos)**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – Volume I – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. ed. 5 São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**. Ed 2 . Brasília: Senac, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999

CONADE. **Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência**. Disponível em: < <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/index.asp> > Acessado em 23 mai. 2008.

CORDE. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Disponível em <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/index.asp>> Acessado em 23 Mai.2008.

FENEIS. **Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos**. Disponível em: < <http://www.feneis.com.br> > Acessado em 14 abr. 2008.

HAUY, A. B. **Historia da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1989

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>, Acessado em 26 Mai. 2008.

INES. **Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Disponível em <<http://www.ines.gov.br>>. Acessado em 14 abr. 2008.

LÍNGUA DE SINAIS: A imagem do pensamento. São Paulo: Escala, Ano I n. 01.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico**. 3 ed. São Paulo: Futura, 2001.

MATO GROSSO. **Estatuto do Deficiente**. Ministério público do Estado de Mato Grosso. Centro de Apoio Operacional. Cuiabá: CAOP, 2007.

MAUPASSANT, G. de. **Carta de um louco**. In Contos fantásticos: o Horla e outras histórias. Vol. 24. Col. L&PM. Trad. José Thomas Brum. Porto Alegre, L&PM, 1997.

MILKOVICH, George T. BOUDREAU, John W. **Administração de Recursos Humanos**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PERLIN, G. T. T. **Identidades Surdas**. In SKALIAR, C. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira - Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima: Et Al. **Ensino da Língua Portuguesa para surdos** - caminho para prática pedagógica. Volume I. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos). Brasília: MEC, SEESP, 2004.

OBRAS CONSULTADAS

BRASIL. **Arqueiro**. Instituto Nacional de Educação de Surdos - Vol 4. Rio de Janeiro: INES, 2001.

_____. _____. Instituto Nacional de Educação de Surdos - Vol 8. Rio de Janeiro: INES, 2003.

_____. **Fórum**. Instituto nacional de Educação de Surdos - Vol 7. Rio de Janeiro: INES, 2003.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Promulgada, em 05 de outubro de 1988.

_____. **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental**. - A Educação dos Surdos - Volume II (Série Atualidades Pedagógicas nº4) Organizado por Giuseppe Rinaldi. Brasília MEC/SEESP, 1997.

_____. _____. - **Linguagem Brasileira de Sinais** - Volume III (Série Atualidades Pedagógicas nº4). Organizado por Lucinda Ferreira Brito. Brasília: MEC, SEESP, 1997.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Segurança Pública, 2000**.

FREEMAN, Roger D.; CARBIN, Clifton F.; BOESE, Robert J. **Seu filho não escuta?: um guia para todos que lidam com crianças surdas**. Trad. Vera Sarmiento. Brasília: Corde, 1999.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto**. -Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos . Brasília: MEC, SEESP, 2001.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico. Elaboração e Formatação**. Explicitação das Normas da ABNT. 14 ed. Porto Alegre: s.n., 2006

LÍNGUA DE SINAIS: A imagem do pensamento. São Paulo: Escala, Ano I n. 01.

_____. São Paulo: Escala, Ano I n. 01.

- _____. São Paulo: Escala, Ano I n. 02.
- _____. São Paulo: Escala, Ano I n. 03.
- _____. São Paulo: Escala, Ano I n. 04.
- _____. São Paulo: Escala, Ano I n. 05.
- _____. São Paulo: Escala, Ano I n. 06.
- _____. São Paulo: Escala, Ano I n. 07.
- _____. São Paulo: Escala, Ano I n. 08.

MATO GROSSO. **Constituição do Estado**. Promulgada em 05 de outubro de 1989. Publicada no Diário Oficial em 18 de outubro de 1989. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 10/12/2002. Lei Complementar nº 120.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima: Et Al. **Ensino da Língua Portuguesa para surdos** - caminho para prática pedagógica. Volume II. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos). Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SOUZA, Sebastiana Almeida. **Leitura e Surdez**: a monossemia na cartilha "comunicando com as mãos". Várzea Grande: UNIVAG, 2003. Monografia, Coordenação de Pós-Graduação, Centro Universitário de Várzea Grande, 2003.

SEMINÁRIO NACIONAL DO INES - Surdez: desafios para o próximo milênio, 5, 2000, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: INES, 2000.

SEMINÁRIO NACIONAL DO INES - Surdez e Diversidade Social, 6, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: INES, 2001.

CRITÉRIOS PARA ATUAÇÃO DA PMMT EM JOGOS DE COPA DO MUNDO NO ESTÁDIO GOVERNADOR JOSÉ FRAGELLI

Robson Oliveira Curi¹

RESUMO

Este trabalho vem contribuir para despertar em nossa instituição, a importância de se preparar com antecedência, para atuar em eventos como a Copa do Mundo, atualmente é o maior evento esportivo, em todo o planeta bilhões de pessoas acompanham os jogos, durante este evento a questão segurança é um dos pontos mais importantes para sua realização. A Polícia Militar, cumprindo sua missão constitucional estará exposta através da mídia, nacional e mundial. Mato Grosso estará nesse momento em evidência. A realização de planejamento e execução eficazes e eficientes, garantindo que todos os jogos ocorram tranquilamente, é fundamental, para que nosso Estado se torne referência por sua organização e qualidade nos serviços prestados. A exemplo dos jogos Pan-Americano realizados no Rio de Janeiro no ano de 2.007, onde a Polícia Militar de Mato Grosso, também atuou através de policiais militares designados, para a Força Nacional, a atuação foi considerada excelente pela qualidade dos serviços prestados. Historicamente o Brasil terá a oportunidade de mostrar para o Mundo, todo seu potencial, atraindo cada vez mais investidores e turistas, para nosso país e estado, por tanto cabe a nós, aguardar a escolha de nossa capital, e se preparar internamente para receber de braços abertos a Copa do Mundo de 2014.

Palavras-chave: *Copa - Segurança - Investimentos - Infraestrutura.*

ABSTRACT

This work will contribute to awakening in our institution, the importance of preparing in advance to act in events like the World Cup, is currently the biggest sporting events in the world billions of people accompanying the games, during this event the security issue is one of the most important for its realization. The Military Police, fulfilling its constitutional mission will be exposed through the media, national and global. Mato Grosso will be in evidence at that time. The completion of planning and implementing effective and efficient, to ensure that all games take place peacefully, it is essential so that our state will become reference for its organization and quality of services provided. The example of the Pan American Games held in Rio de Janeiro in the year 2007, where the Military Police of Mato Grosso, also served by military police assigned to the National Force, the performance was considered excellent for the quality of services provided. Historically Brazil will have the opportunity to show to the world, its full potential by attracting more investors and tourists to our country and state, so it is up to us, awaiting the choice of our capital, and prepare itself internally to receive, open arms the World Cup of 2014.

Keywords: *Cup - Security - Investments - Infrastructure.*

¹ Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso, especialista em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/MT).

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa despertar em nossa instituição a importância de se preparar com antecedência, para atuar em eventos como a Copa do Mundo 2.014. Cuiabá é candidata oficial a ser uma das subseções dos jogos em 2.014, concorrendo entre dezoito capitais candidatas. Para receber este tipo de evento serão necessários investimentos em toda infraestrutura, tais melhorias, serão fundamental para atender a demanda de público, que nossa capital poderá receber. A Polícia Militar terá divulgação de seu trabalho a nível mundial, então, devemos precaver para que não ocorram incidentes durante a execução dos serviços.

Lembrando que o futebol e a Copa do Mundo em nosso país é historicamente um dos eventos mais importantes para o povo brasileiro, o espírito patriota renasce a cada jogo, praticamente o país paralisa acompanhando atentamente os jogos de nossa seleção canarinho.

Teremos orgulho em receber a Copa 2.014, porém serão necessários cuidados essenciais com a questão segurança, o problema da violência, que atinge nosso país e estado, preocupa os organizadores e autoridades.

Sabemos do destaque do Brasil em relação ao futebol, porém também sabemos que o nosso País é considerado um dos países mais violentos, violência que ocorre também nos estádios e campos de futebol, apesar dos esforços para se evitar.

Em nosso Estado tivemos recentemente casos de violência em estádios de futebol, durante partida entre o Mixto de Cuiabá e União de Rondonópolis, ocorrido em maio de 2008, a mídia divulgou as imagens e houve certo desgaste da imagem da Instituição. Durante um jogo de copa do mundo, a divulgação negativa de nosso trabalho comprometeria todo sacrifício realizado.

Os jogos Pan-americanos do Rio Janeiro 2007 contou com uma segurança eficiente. Durante o evento não observamos pontos negativos divulgados na mídia, apesar do público existente e do grande número de atletas. Tudo ocorreu tranquilamente.

As diretrizes existentes referentes à atuação da Polícia Militar em praças esportivas são fundamentais para que se possa nortear os planejamentos a serem realizados.

O sucesso na atuação da polícia depende de planejamento criterioso, visando investimentos em capacitação técnica profissional, equipamentos de qualidade, treinamentos específicos dos agentes de segurança, buscando a melhor preparação para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014, que serão acompanhados por público de todo o Mundo.

1. FUTEBOL NO MUNDO

O futebol está presente em vários momentos da história humana, existem registros deste esporte na Ásia, mais precisamente na China Antiga e no Japão. No século I a.C, na Grécia, há registros dos jogos na cidade de Esparta. Na Idade Média há relatos de um esporte pouco mais violento o *Soule* ou *Harpaston*, também praticado por militares que se dividiam em duas equipes: atacantes e defensores, dentre as regras valiam socos, rasteiras chutes no adversário e outros golpes violentos, inclusive chegando a alguns casos a ocasionar mortes dos jogadores durante a partida. Ao longo de sua história, o futebol passou por várias modificações até se tornar esse esporte tão apreciado por todos. Atualmente este esporte é responsável direto pela mobilização de bilhões de pessoas em todo o mundo, movimentando cifras bilionárias em todo o planeta, assustadoramente o futebol, é um dos maiores investimentos, com retorno rápido, conforme iremos perceber logo a seguir:

A movimentação financeira do futebol corresponde a mais ou menos 255 bilhões de dólares, superando a General Motors, maior empresa industrial do planeta, que movimenta 170 bilhões de dólares. Segundo uma projeção feita pela revista alemã *Der Spiegel*, em maio de 2006, revelando que o valor estimado da FIFA alcança cerca de U\$ 300 bilhões. Fica evidente que o futebol, pela sua riqueza cultural e social é um grande desafio para pesquisadores da vida social, econômica, cultural de uma nação. Durante uma Copa do mundo os olhos da população mundial estão voltadas para o futebol, na copa de 2002 na Coreia/Japão, foram registrado 44 bilhões de audiências televisivas. Já no ano 2006, na Copa da Alemanha, 50 bilhões de espectadores assistiram aos jogos. É considerado o maior fenômeno histórico, de qualquer natureza, onde nunca foi superado por nenhum outro fenômeno, (Murad, 2007) ².

² MURAD, Mauricio. **A violência e o futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

A cada ano o público vem aumentando conforme a história revela. O quadro que veremos a seguir representa o público que acompanharam os jogos, da sua criação até a copa de 2.006.

Tabela 01: Média de Público nas Copas do Mundo

Ano	Local	Público Geral	Media por Jogo
1930	Uruguai	434.500	24.139
1934	Itália	395.000	23.235
1938	França	483.000	26.833
1950	Brasil	1.337.000	60.773
1958	Suécia	868.000	24.800
1962	Chile	776.000	24.250
1966	Inglaterra	1.614.677	50.459
1970	México	1.673.975	52.666
1974	Alemanha Ocidental	1.774.022	46.685
1978	Argentina	1.610.215	42.374
1982	Espanha	1.856.277	53.698
1986	México	2.407.431	46.297
1990	Itália	2.517.348	48.411
1994	Estados Unidos	3.587.538	68.991
1998	França	2.785.100	43.517
2002	Coréia do Sul e Japão	2.705.134	42.268
2006	Alemanha	3.353.655	52.401

Fonte: Extraído do Site, www.duplipensar.net, História das Copas do Mundo da FIFA, acessado em 15 Jun 08.

No Brasil, essa paixão é vivida constantemente durante uma copa do mundo, nós brasileiros demonstramos que somos patriotas, as esperanças se renovam em busca de cada gol realizado, desde o seu surgimento o futebol no Brasil é algo inexplicável.

1.1 FUTEBOL NO BRASIL

No Brasil, o futebol tornou-se uma paixão popular. A prática desse esporte se iniciou de maneira tímida por marinheiros ingleses e holandeses. Há registros que dizem que foi praticado inclusive por padres jesuítas, mas a narrativa consagrada é aquela que descreve o retorno de Charles Miller ao Brasil, em 1894, após seus estudos na Inglaterra, trazendo em sua bagagem um conjunto de regras e duas bolas de couro

e uniformes, passando a organizar os primeiros jogos de futebol na Várzea do Carmo (Brás), sendo considerado a partir de então o pai do futebol brasileiro.

A Federação Brasileira de Sports, fundada em 1914, passou a ser denominada Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Essa, por sua vez, passou a ser denominada Confederação Brasileira de Futebol (CBF) no ano de 1979, prevalecendo até hoje.

O Brasil, em 1958, conquistou o primeiro Título de Campeão Mundial, na Suíça. Neste ano de 2008, comemoramos 50 anos do primeiro título mundial de futebol.

Na história do futebol brasileiro, temos vários episódios marcantes inclusive com a trágica violência contra o povo brasileiro, por ocasião do roubo da taça *Jules Rimet*, nosso futebol conta com vários episódios desde corrupções de alguns dirigentes de times famosos, há violência nos campos de futebol e estádios através dos torcedores e jogadores, mas apesar de todos os fatos que poderiam prejudicar nosso país, A FIFA (Federation International Football Association), fundada no ano de 1904, responsável oficial pela organização dos eventos mais importantes, como Copa do Mundo, Copa Libertadores da América, Copa da UEFA, Liga dos Campeões da Europa, Copa Sul-América, entre outros jogos de expressão, escolheu o Brasil para sediar a copa de 2014.

1.2 FUTEBOL EM MATO GROSSO

Em nosso Estado, o estádio Governador José Fragelli, popular (Verdão), que completa 32 anos de existência, foi palco de grandes espetáculos, como a tradicional Copa Masters da Conmebol/1996, que teve participação de times famosos como: São Paulo, Botafogo, Atlético Mineiro (Brasil) e Rosário Central (Argentina); o Campeão foi o time do São Paulo Futebol Clube, que pelo placar de 3 x 0, derrotou o Clube Atlético Mineiro. O campeonato também teve a participação dos times do Flamengo (RJ), Grêmio (RS), São Paulo e Santos (SP).

O Flamengo, de Zico, foi o responsável pela inauguração oficial do estádio Verdão e junto com outros times levaram alegria e emoção durante o campeonato ao

público médio de 40 mil pessoas, que na ocasião ficou com o título.

Para abrilhantar o futebol mato-grossense, os três grandes clubes no Campeonato Brasileiro, Mixto, Dom Bosco e Operário, foram fundamentais para o público durante os jogos. O Verdão recebeu outros importantes jogos, até mesmo da nossa seleção canarinho.

A partida entre Brasil x Suíça, primeiro jogo oficial no Verdão, ocorreu em 1981. Posteriormente, houve outros jogos da seleção, como Brasil x Equador, Brasil x Finlândia e Brasil x Islândia.

2. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL ASSOCIATION (FIFA)

A Federação Internacional de Futebol Association do francês: *Fédération Internationale de Football Association*, mais conhecida por FIFA, é a instituição internacional que dirige as associações de futebol em torno do mundo. Foi fundada em Paris em 21 de maio de 1904 e tem sua sede em Zurique na Suíça. A referência ao Futebol Associação decorre ao fato de na época de sua fundação existirem duas vertentes do futebol, uma controlada pela Football Association e outra controlada pela Rugby Football Union (que no futuro passaria a ser o rugby). Ao todo possui 209 países e/ou territórios na associação. Com esse número, é a instituição internacional que possui a maior quantidade de associados, inclusive mais associados do que a ONU. Entidade privada com fins lucrativos, a FIFA possui uma das maiores fortunas do planeta, conquistadas basicamente pelo futebol e negócios relativos a ele. Desde a primeira copa do mundo os jogos de futebol são acompanhados por bilhões de pessoas em todo o mundo.

2.1 COPA DO MUNDO

A contribuição que o futebol e o evento da copa do mundo trouxeram para o Brasil é imensurável. Nosso País se tornou referencia desse esporte que cada vez mais ganha adeptos por todo o mundo.

Essa competição tão cobiçada por todos os países foi uma criação do francês

Jules Rimet, em 1928, logo após ter assumido a diretoria da FIFA (Federation International Football Association).

Em 2014, a Copa do Mundo, após décadas de espera, retorna ao nosso País. Uma expectativa que traz emoções a todos os torcedores, a todos os brasileiros que vivenciam cada movimento do jogo. O País paralisa durante as partidas de nossa seleção. O Brasil estará voltado para este evento, que contará com o investimento de cifras milionárias para melhorar a infraestrutura, com investimento em várias áreas, uma delas será fundamental para que tudo ocorra de forma tranquila durante os jogos, qual seja a questão da segurança. Sabemos que em nosso país existe certa intranquilidade com relação à violência no cotidiano do povo brasileiro, principalmente nos grandes centros que possuem aglomeração de pessoas. Por certa influência deste fator, a criminalidade se organiza e promove a violência nos mais variados lugares.

3. VIOLÊNCIA

Tratando deste assunto que mobiliza a sociedade comum cada vez mais, que se preocupa até mesmo com sua própria segurança e dos seus, observamos que a evolução histórica deste fato requer atenção constante não só das autoridades constituídas, mas, também, do interesse de cada cidadão em buscar soluções para o problema. Na questão da violência, o Brasil se destaca de forma negativa por estar entre os países mais violentos do mundo.

Existem de forma científica, discussões sobre a violência urbana, atribuída pelo tal crescimento das cidades e das exclusões sociais, consequência do crescimento urbano, segundo Neto (1998) ³:

[...] a imprensa imagina que, por exemplo, os constantes registros de mais de 700 assassinatos cometidos a cada mês, na cidade de São Paulo, constituem recordes históricos. Na verdade, em meados do século passado o índice no interior do estado era bem maior: 32 por *mil* habitantes. Só no distrito de Rio Claro [...] com pouco mais de 2 mil habitantes na época – por causa de conflitos pela posse de terra, da força empregada para subjugar escravos e porque as oligarquias locais ainda não estavam organizadas em bases definitivas, o índice de homicídios era de 176 por mil. (Dean, 1976: 21 e 181).

³ NETO, Pedro Scuro. **O Mistério da Caixa Preta: Violência e Criminalidade**. 1998

A questão da urbanização faz com que haja um aumento assustador, observamos esse aumento quase que diariamente, através dos veículos de comunicação, causando a sociedade certa intranquilidade, que em alguns casos não enxerga soluções para o problema causando cada vez mais medo ao cidadão.

Neto constata o seguinte:

O sentimento de insegurança, a impressão de que estamos diante de uma escalada de violência “a cada dia mais múltiplas e perversa”, é tão poderoso que o jornal *New York Times* recentemente anunciou com proverbial solenidade que, no pior ano da conquista do Oeste americano, no cemitério da violenta Dodge City haviam sido enterrados 20 pistoleiros, muito pouco comparado com os mais de 2 mil homicídios que hoje em dia registram-se na cidade de Nova York a cada ano.

Entre tantos tipos de violência, no esporte ocorre gradativamente o aumento deste fato. No futebol, a violência esta cada vez mais presente, o que seria uma opção de fácil acesso e disponível, a todo o momento. Observamos que cenas constantes de fatos de violência ocorridos dentro e fora dos gramados são motivos para que se busquem informações que levem às respostas para minimizar o problema que atinge esse esporte que é uma das maiores paixões nacional.

3.1 VIOLÊNCIA E FUTEBOL

A violência no futebol é um fato real e constante em parte de sua história, apesar de sabermos que o futebol não é um esporte violento. Ocorre por ocasião de algumas partidas, atitudes violentas tanto dos jogadores quanto de torcedores.

Segundo Reis⁴,

A violência de torcedores de futebol está diretamente relacionada com a formação do indivíduo e com o seu entorno social. [...] Os tipos de violência são variados, [...] uma destas é a violência racional, que se manifestam quando os indivíduos ou um determinado grupo têm a intenção premeditada de realizar confrontos violentos.

A busca de conhecimento com relação à motivação de tal violência é constante, alguns estudos sobre o tema ganham cada vez mais relevância a nível mundial, para que se entenda o que leva o indivíduo sair de sua casa para um lazer e se tornar algum tempo depois um criminoso.

⁴ REIS, Helena Baldy dos. **Futebol e violência**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (autores associados), 2006.

Segundo Reis, foi no fim do século XX, que o futebol se tornou um lazer para grande parte da população ocidental, também nesta época iniciou-se um despertar para o futebol devido às possibilidades de lucro com este esporte, o interesse era de diversos seguimentos, dos antropólogos, economistas, sociólogos e advogados, principalmente na Europa, onde teve um aumento considerável.

3.2 A VIOLÊNCIA DOS TORCEDORES

Várias informações de relevância são encontradas sobre a violência no futebol, que se dividem em partes específica em seus diversos entendimentos. Na década passada havia uma preocupação com o tema, conforme o descrito no texto de Jean-Ives Lassalle (1995), onde a violência é caracterizada pela presença de jovens perpetradores da violência.⁵

A abordagem analítica mostra as diversas determinantes suscetíveis de gerar violência. Observa-se, assim, uma conjunção de fatores pessoais e sociais. As determinantes pessoais são a idade do jovem (média de 20 anos), o sexo masculino, as dificuldades escolares ou de emprego, a aptidão de recorrer à violência em todas as circunstâncias e o patriotismo.

Conforme análise feita pelo autor acredita-se, que nesta fase o cidadão ainda não foi totalmente integrado à sociedade. Outras influências são a relação com consumo de álcool, o volume sonoro desmedido e, sobretudo, o ambiente particular do anonimato no meio da grande multidão de torcedores, da consciência de que não serão punidos, por este anonimato.

No Brasil a legislação esta cada vez mais rigorosa, com estes criminosos que usam as torcidas para se protegerem das punições, porém estamos avançando em busca de soluções práticas, que permitam reduzir a violência em eventos esportivos, fazendo com que a população, volte a ver o futebol como um lazer uma opção a mais de divertimento e não como um risco á vida ou integridade física.

Evidentemente que a melhor prevenção consistiria em agir sobre as causas imediatas da violência dos torcedores e sobrepujar a crise econômica que atinge a

⁵ LASSALLE, Jean-Ives, **A Violência dos Torcedores**, Revista Unidade, 1995.

nossa sociedade. Mas estes são objetivos difíceis de alcançar. Em curto prazo, é necessário contentar-se com a observação do estudo empírico da violência praticada pelos torcedores. Ele permite desencadear medidas concretas, mesmo que ainda subsistam numerosas lacunas de conhecimento sobre o assunto. A luta aqui é bastante áspera, diferenciando se quando se trata de atos de violência praticados pelos próprios esportistas.⁶

3.3 CASOS DE VIOLÊNCIA NO FUTEBOL

Não existem muitas evidências mostrando que a violência surge do próprio futebol, uma vez que os jogadores são submetidos a uma série de regras e normas que, quando infringidas, podem ser severamente punidas pelas instituições que regem o futebol. Em casos recentes tivemos o exemplo a seguir:

No dia 14 de abril de 2005, durante o jogo entre São Paulo e Quilmes ocorreu um episódio muito triste envolvendo o atacante Grafite, do São Paulo, e Desabafo, do time argentino. Silva relatou que o episódio teve seu início após uma "entrada" forte do Grafite em Arano. Logo em seguida, o jogador Desabafo aproximou-se do brasileiro e proferiu várias palavras de cunho racista. Após o término do jogo, o atacante Grafite denunciou Desabafo para a polícia, que em seguida deu voz de prisão para o argentino, dizendo: "Ninguém está inventando nada. Tudo isso está previsto na Lei. Isso pode servir de exemplo não só para o futebol, mas para todo o mundo, afirmou o delegado Oswaldo Gonçalves, responsável pela prisão do jogador" (O Estadão, SP, 14/04/2005).

Segundo o autor o futebol é modelador de comportamentos e formador de opinião, entre as diversas classes sociais. Nesse sentido, segundo seus apontamentos, é inconcebível o que aconteceu na final do Campeonato Carioca de 2004, e acontece com frequência no futebol, com o exemplo de agressões ocorridas entre todas as partes, jogadores, técnicos, dirigentes e árbitros, além de outras pessoas, que participaram dos confrontos, que foram contra as regras éticas e tudo mais que norteiam o esporte formador de caráter e de disseminador de convívio social e harmônico.

A parte da emoção quando toma conta do torcedor, com o auxílio do anonimato, toma proporções incalculáveis, que se referem ao fato de mesmo não se conhecer um torcedor contrário ao seu time, há possibilidade de iniciar uma

⁶ MENDES JUNIOR, Fernando Afonso. A violência nos estádios de futebol. In Revista Digital - Buenos Aires - Año 12 - N° 113 - Octubre de 2007. disponível em <<http://www.efdeportes.com/>> Acessado em 20 de maio de 2008.

agressão, sem motivo algum pelo simples fato de perceber que esta usando uma camisa do time rival, as emoções tomam conta, segundo o autor, os ânimos se exaltam até mesmo com torcedores do mesmo time:

Todo ser humano é movido pela emoção, e essa paixão do povo brasileiro pelo futebol acaba acarretando uma explosão de alegria e, ou, tristeza, dependendo do resultado da partida e, a forma de expressar seus sentimentos tem sido principalmente pelas torcidas organizadas, a agressão física à torcida adversária e até mesmo ao torcedor do mesmo clube, fato esse também muito observado nos jogos de futebol.

Recentemente no Mato Grosso tivemos um caso de violência em estádio de futebol, que resultou em publicidade negativa, causando desgaste desnecessário, foi no mês de maio de 2008, na partida de futebol entre o Mixto de Cuiabá e União de Rondonópolis, apesar dos esforços e planejamento, nossa ação foi criticada pela mídia, a divulgação de imagens de policiais deferindo golpes de bastão em torcedores foi repetida por várias vezes. Os apresentadores dos telejornais, mesmo sem conhecimento de causa, chegaram a comentar sobre utilização de gás lacrimogêneo, munição antimotim e outras utilizadas para conter a multidão em pânico. Fatos como o ocorrido, numa situação de copa do mundo, estaríamos em destaque negativamente para todo o mundo, com divulgação das imagens e principalmente a mercê dos comentários sensacionalistas dos formadores de opinião.

Os policiais deveriam estabelecer elos duráveis com os grupos de torcedores a fim de controlar seus atos. Os assistentes sociais já acrescentaram ao seu domínio de intervenção habitual este cuidado e os conselhos municipais de prevenção da delinquência já elaboraram programas educativos a respeito.⁷

Entramos na questão do preparo policial para agir de maneira eficiente, sem causar desgastes à imagem da Instituição, há necessidade de investir na estrutura atual e principalmente fazer com que se façam esforços reais para buscar melhorias na qualidade da preparação dos policiais militares, suprindo as necessidades com relação ao serviço prestado à sociedade.

⁷ LASSALE, Op. Cit., pg. 09

4. ESTRUTURA ATUAL DA CIDADE PARA RECEBER A COPA 2014

No de 2.007, foi realizado levantamento por parte do Governo do Estado, fins de responder questionário à FIFA, sobre vários aspectos. A seguir temos uma amostra de alguns dos dados encaminhados para avaliação:

Tabela 02: Hotéis de médio e grande porte existente em Cuiabá e Várzea Grande

	Número total de apartamentos	Capacidade de pessoas	Número de hotéis
Cuiabá	1.873	3.508	26
Várzea Grande	377	652	9
Mato Grosso	10.234	19.441	602

Fonte: José Joaquim de Souza Filho (Secretario Estadual de Esportes e Lazer do Estado de Mato Grosso) 2007.

Tabela 03: Número de hospitais existentes em Cuiabá e Várzea Grande

	Número de hospitais	Número de leitos
Cuiabá	26	1.514
Várzea Grande	7	424
Mato Grosso	154	7252

Fonte: José Joaquim de Souza Filho (Secretario Estadual de Esportes e Lazer do Estado de Mato Grosso) 2007.

Tabela 04: A distância dos Hospitais em relação ao Verdão

Hospitais Conveniados	Distância do estádio (km)	Tempo (minutos)
Hospital São Mateus	6,02	13
Só trauma Hospital de Acidentes Traumatologia e Ortopedia	3,34	8
Hospital Ortopédico	4,24	9
Hospital Santa Helena	3,87	9
Hospital Geral Universitário	1,75	4
Hospital Militar	3,18	9
Hospital do Câncer em Mato Grosso	9,35	18
Hospital de Olhos de Cuiabá	2,73	7
Hospital e Maternidade Bom Jesus	0,36	4
Hospital Amecor	4,78	10
Femina Hospital Infantil e Maternidade	4,32	10

Fonte: José Joaquim de Souza Filho (Secretario Estadual de Esportes e Lazer do Estado de Mato Grosso) 2007.

Tabela 05: A distância dos maiores hospitais particulares em relação ao Verdão

Hospitais particulares	Km	Tempo
Hospital Santa Rosa	5,6	12
Hospital Otorrino	4,9	11
Hospital Jardim Cuiabá	1,92	4

Fonte: José Joaquim de Souza Filho (Secretario Estadual de Esportes e Lazer do Estado de Mato Grosso) 2007.

Tabela 06: A distância dos hospitais públicos em relação ao Verdão

Hospitais Públicos de Cuiabá	Km	Tempo
Hospital Universitário Julio Muller	8,1	16
Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá	4,06	11
Santa Casa de Misericórdia	3,5	10
Hospitais Públicos de Várzea Grande	Km	Tempo
Hospital de Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande	5,3	14

Fonte: José Joaquim de Souza Filho (Secretario Estadual de Esportes e Lazer do Estado de Mato Grosso) 2007.

Tabela 07: A disponibilização de voos Internacionais no Aeroporto Marechal Rondon

Destino	Tempo de voo	Fuso
América do Norte/Central		
Miami	10h35	-6h
Atlanta	12h33	-5h
Cidade do México	12h25	-7h
Montreal	14h25	-6h
Nova York	11h25	-6h
América do sul		
Buenos Aires	5h10	-4h
Bogotá	9h10	-6h
Lima	7h55	-6h
La Paz	6h55	-4h
Santiago	7h40	5h
Europa/África		
Atenas	16h55	+3h
Madri	11h55	+2h
Lisboa	11h15	+2h
Londres	12h55	-
Paris	12h55	+2h
Roma	13h55	+2h
Frankfurt	13h25	+2h
Ásia/Austrália		
Hong Kong	23h55	+9h
Sidnei	19h55	+11h
Tóquio	25h55	+11h

Fonte: José Joaquim de Souza Filho (Secretario Estadual de Esportes e Lazer do Estado de Mato Grosso) 2007.

Caso Mato Grosso seja escolhido como subsede para os jogos da Copa do Mundo em 2014, serão realizados os projetos para construção do novo estádio do Verdão e mais dois centros de treinamento, conforme locais e valores discriminados abaixo:

Tabela 08: Centro de Treinamentos disponíveis

Local	Tipo	Dimensão e tamanho do campo	Previsão de reforma	Custo estimado U\$	Previsão de conclusão
Governador José Fragelli (Verdão)	Estádio	70x110m	Sim	150.000,00	2013
Centro de treinamento do Manso	Centro de treinamento	65x100m	Construção	25.000,00	2013
Centro de treinamento de Chapada dos Guimarães	Centro de treinamento	65x100m	Construção	25.000,00	2013

Fonte: José Joaquim de Souza Filho (Secretario Estadual de Esportes e Lazer do Estado de Mato Grosso) 2007.

Mesmo havendo melhorias com relação à infraestrutura da cidade, é primordial que se façam adequações nas diretrizes pertinentes ao policiamento em eventos esportivos, pois a atualização das normas vigentes são importantes para que se tenham condições adequadas de realizar um planejamento de qualidade para se ter maior êxito durante sua execução.

5. REGULAMENTAÇÃO EXISTENTE PARA ATUAÇÃO DA PMMT

Com relação à regulamentação existe sobre segurança e eventos esportivos, a PMMT, possui a Diretriz de Ação Operacional N° 009/PM-3/96 de 231400Jan96, que tem como finalidade regular as condutas da ação de policiamento ostensivo em Ginásios e Estádios Esportivos, e a diretriz de Ação Operacional N° 023/PM-3/96 de 241500Abr96, que tem como finalidade regular as condutas da ação de policiamento ostensivo em Praças Desportivas, que em complemento a diretriz anterior, estabelece normas para o planejamento do Policiamento Ostensivo nas Praças Desportivas e abordar assuntos relacionados diretamente a sua execução, fornecendo subsídios aos Policiais Militares que atuam nos eventos.

Para sucesso de nosso trabalho durante um evento deste, nossas diretrizes necessitam de adequações, uma experiência atual vivida pelo País, foi durante a

realização dos jogos Pan-Americanos de 2007, no estado do Rio de Janeiro, que atendeu às necessidade e superou os objetivos.

5.1 JOGOS PAN-AMERICANOS DO RIO DE JANEIRO

O evento contou com a participação de 42 Países, 5.662 atletas participantes, 332 eventos distribuídos nos 35 esportes disputados, que teve sua abertura em 13.07.2007 e encerrou em 29.07.07.

Em análise aos acontecimentos não foram registrados fatos que comprometessem a segurança do evento. Foram adotados procedimentos específicos para cada ação, na questão da segurança, o **Procedimentos Operacional Padrão**, (POP). Houve treino exaustivo para cada POP com detalhamento das ações a serem desencadeados pelo agente de segurança. Esses procedimentos serviram como um manual passo-a-passo do que deveria ser feito. Aparentemente não se teve incidentes com relação à questão segurança e o planejamento e sua execuções tiveram êxito, fato que devemos considerar e buscar trazer alguma das experiências para nosso Estado.

CONCLUSÃO

O maior evento do futebol que movimenta as maiores cifras é a Copa do Mundo, que ocorre de quatro em quatro anos, por isso há muita concorrência entre os países que se candidatam a acomodar tal evento. Mas, para que possam ser aprovados pelo órgão maior do futebol - FIFA - os países/Estados candidatos precisam a princípio evidenciar sua capacidade de infraestrutura básica, serviços e bens, além das condições físicas dos estádios onde ocorrerão as partidas. Também precisam deixar evidente a sua capacidade de oferecer segurança e serviços emergenciais, em todos os setores sociais, com profissionais capacitados e preparados a suprir a grande demanda que pode ocorrer em virtude do grande fluxo de pessoas que estarão presentes no país/Estado durante o desenrolamento da copa.

As diretrizes existentes que tratam do assunto referente a eventos esportivos, não atendem completamente as necessidades para confecção de um planejamento

adequado, a exemplo dos procedimentos operacionais padrão, conhecidos como POPs, utilizados nos jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro, são exemplos mais recentes de eficiência, que seguem critérios e padronização, que permitem mais eficiência e eficácia, para prevenção a atos que comprometem a segurança de eventos esportivos, de modo que levando em consideração às novas experiências obtidas na realização desses eventos esportivos.

O planejamento adequado para este tipo de evento é essencial, para o sucesso de nossa missão precípua, a capacitação da tropa, melhoria na qualidade nos meios de prevenção, na tecnologia e conhecimentos específicos, são indispensáveis, todos os estudos já realizados e experiências de outros Países devem ser analisados e levados em consideração, buscando melhorias na qualidade de nossos serviços que são constantemente avaliados pela sociedade e principalmente pela maior formadora de opinião que é a mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, José Joaquim de Souza. Governo de Mato Grosso - Secretario Estadual de Esportes e Lazer do Estado de Mato Grosso. 2007.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 14. ed. Porto Alegre: 2006.

LASSALLE, Jean-Ives. Revista Unidade II Jan/abr 1995, ed. nº 22, Porto Alegre, 1995

MENDES JUNIOR, Fernando Afonso. **A violência nos estádios de futebol**. In Revista Digital - Buenos Aires - Año 12 - Nº 113 - Outubro de 2007. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/>> Acessado em 20 de maio de 2008.

MURAD, Mauricio. **A violência e o futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

POLICIA MILITAR, Mato Grosso. Diretriz de Ação Operacional Nº 009/PM-3/96 de 231400jan96, **Policimento Ostensivo em Ginásio e Estádios Esportivos**, Cuiabá-MT: PMMT, 1996.

POLICIA MILITAR, Mato Grosso. Diretriz de Ação Operacional N° 023/PM-3/96 de 241500abr96, **Policimento ostensivo em praças desportivas**, Cuiabá-MT: PMMT, 1996.

REIS, Helena Baldy dos. **Futebol e violência**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (autores associados), 2006.

<http://www.fmfmt.com.br/index.php?view=clubes> - acessado e disponível em 20 jun 2008

<http://www.cbf.com.br/> - acessado em 21 jun 2008

**INDICADORES MOTIVACIONAIS DO POLICIAL MILITAR:
UM ESTUDO DE CASO NA COMPANHIA DE POLICIAMENTO
COMUNITÁRIO DO BOSQUE DA SAÚDE**

Cristyano Cássio Gonçalves de Vasconcelos¹

RESUMO

O presente estudo tem como problemática a motivação do policial militar, visando a temática “Indicadores Motivacionais do Policial Militar: Um estudo de caso na Companhia de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde”, revelando-se importante devido a crescente polêmica relativa à Segurança Pública, que de certa forma tem comprometido a imagem da Polícia Militar, bem como dificultado ações do policial que atua diretamente nas ruas; mas sobretudo tem afetado a imagem de si mesma enquanto instituição pública. Dentro deste contexto, esta pesquisa buscou desvelar os aspectos motivacionais que circundam o cotidiano do policial militar e suas expectativas de futuro. A área de estudo foi a Companhia de Policiamento Comunitário Bosque da Saúde. Os entrevistados foram vinte soldados, o ano de execução da pesquisa - 2008. O problema central é justamente compreender o que motiva o Policial Militar, quer seja salário, reconhecimento profissional, benefícios ou outros aspectos; cujo objetivo é contribuir para o melhor cumprimento da missão da Polícia Militar através do diagnóstico dos aspectos motivacionais do policial.

Palavras - chave: *Polícia Militar - Fatores de Motivação - Fatores de Insatisfação.*

ABSTRACT

This research wants to display the problematic of the motivation of the military police, targeting the theme "Indicators of Motivations Military Police: A case study in the Company of the Community Policing Woods Health" and as much as important because the increasing controversy concerning the issues reaches the Public Security, which in some way has compromised the image of the Military Police and has been difficulted actions of police that acts directly on the streets, but mostly has been affected the image as a public institution. Within this context, this research wanted to display the motivational aspects surrounding the daily lives of military police and their expectations for the future. The study was the Company of Community Policing Woods Health The interviewedes were twenty soldiers, the year of implementation of the search - 2008. The central problem is exactly to understand what motivates the Military Police, whether salary, professional recognition, benefits or other issues; whose goal is to contribute to the better performance of the mission of the Military Police through the diagnosis of motivational aspects of the police.

Keywords: *Military police - Factors of Motivation - Dissatisfaction factors.*

¹ Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso. Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde em Várzea Grande - MT (APMCV/MT). E-mail: cristyanocassio@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A segurança pública nos dias atuais é um tema conflituoso e delicado, cuja preocupação afeta a todos. Conflituoso porque parece não depender apenas da ação direta do policial, seja este militar ou não; depois porque dado o alarmante nível de violência, a ação policial não consegue atingir a todos.

Devido à ineficiência na questão da prevenção, da redução e do controle da criminalidade, a Polícia Militar tem a sua imagem distorcida e, ao mesmo tempo, a população revela a sua crescente insatisfação com a qualidade do serviço prestado pelo policial que trabalha na rua.

As dificuldades enfrentadas pelo policial militar do serviço operacional em desempenhar sua profissão e em se relacionar com o público em geral, podem estar relacionadas com a insatisfação da população, que está em sua grande maioria desacreditada acerca dos órgãos de segurança pública.

Diante deste contexto caótico, urge a identificação dos indicadores motivacionais no policial militar como um mecanismo que poderá contribuir para um futuro mais positivo da corporação no local, pois é papel do policial militar estar justamente em contato direto com a sociedade.

O tema a respeito de Indicadores Motivacionais do Policial Militar abordado neste artigo está delimitado aos serviços operacionais da Companhia de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde, subordinada ao 3º Comando de Policiamento de Área Norte, de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. A presente pesquisa visa identificar os indicadores motivacionais do Policial Militar que desempenha serviços operacionais da Companhia de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde, um populoso bairro de Cuiabá; local onde a Instituição Polícia Militar tem a preocupação com a imagem policial, devido, sobretudo, ao aumento da criminalidade no mesmo, e da descrença da população com relação aos órgãos de segurança, mais especificamente a ela.

O problema básico desta pesquisa centrou-se na temática motivacional, abordada em uma pesquisa de campo quantitativa, cujo método utilizado foi o

hipotético-dedutivo; na qual se tenta averiguar o que de fato motiva o policial militar, quer seja salário, reconhecimento profissional, benefícios ou outros aspectos.

1. HISTÓRICO DA COMPANHIA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO DO BOSQUE DA SAÚDE

De acordo com Júnior (2007), a Companhia de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde está localizada na Av. Safira nº 205, no bairro Bosque da Saúde, Cuiabá-MT. Foi inaugurada em 31 de Janeiro de 2005, com a denominação de Núcleo de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde, o qual era subordinado à então Companhia de Policiamento Comunitário do Pedregal/3º Comando de Policiamento de Área Norte, sendo que o Núcleo passou a ocupar base onde funcionava a Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (ROTAM). Com a ausência desse efetivo da PMMT, verificou-se a necessidade de uma nova ocupação do prédio, pertencente à Associação de Moradores do Bairro Bosque da Saúde - Pró Bosque da Saúde (AMPROBOS), motivo pelo qual fora inserido o Núcleo de Policiamento Comunitário.

Inicialmente, compunha seu efetivo 11 (onze) policiais militares sob comando do 3º Sargento PM Cleiton José de Souza Lopes, tendo como setor de circunscrição apenas o bairro Bosque da Saúde I.

Em 11 de maio do mesmo ano, foram incorporados mais 15 (quinze) policiais militares, totalizando 26 (vinte e seis) policiais. O setor de atuação foi ampliado para 08 (oito) bairros, sendo comandada à época pelo então Aspirante Oficial PM Adonival Coelho de Souza Júnior.

No decorrer do ano, com o empenho dos policiais militares tanto em apreensões de materiais quanto em prisões de pessoas criminosas, o Núcleo foi reestruturado, recebendo 02 (duas) viaturas e mais 10 (dez) novos policiais em seu quadro, passando a ter 36 (trinta e seis) policiais em seu efetivo.

O Núcleo foi elevado à condição de Companhia de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde em 16 de Dezembro de 2006, por meio da Portaria

n.º010/APOEG²/06, publicada no BICG³ n.º 3129 de 08 de dezembro de 2006, contando atualmente com 34 (trinta e quatro) policiais militares, sendo comandada pelo Cap PM Esnaldo de Sousa Moreira.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS - PROVOCAÇÕES DAS TEORIAS MOTIVACIONAIS

A seguir faz-se um apanhado teórico acerca dos principais estudos a respeito do tema motivação. A palavra motivação tem uma gama de definições ao nível de senso comum. As pessoas falam de motivação, “desmotivação” – criando este vocábulo inexistente no vernáculo formal da Língua Portuguesa – e todas as pessoas sem exceção dizem-se motivadas, desmotivadas por este ou aquele tema, assunto, enfim relacionados ou não as suas áreas de interesse.

Ao nível teórico desta pesquisa pretende-se elucidar o tema motivação no âmbito dos seus principais contribuintes, dentre os quais se destacam: Maslow, Herzberg, McClelland e Vroom.

Segundo Chiavenato (1985, p. 270):

Para se compreender o comportamento humano, é fundamental o conhecimento da motivação humana. O conceito de motivação tem sido utilizado com diferentes sentidos. De um modo genérico, motivo é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma, isto é, tudo aquilo que dá origem a alguma propensão a um comportamento específico. Esse impulso à ação pode ser provocado por estímulo externo (provindo do ambiente) ou pode ser gerado internamente nos processos de raciocínio do indivíduo. Neste aspecto, a *motivação* está relacionada com o *sistema de cognição* do indivíduo. *Cognição* (ou conhecimento) representa aquilo que as pessoas sabem a respeito de si mesmas e sobre o ambiente que as rodeia. O *sistema cognitivo* de cada pessoa inclui os seus valores pessoais e é profundamente influenciado por seu ambiente físico e social, por sua estrutura fisiológica, por seus processos fisiológicos, por suas necessidades e experiências anteriores. Assim, todos os atos do indivíduo são guiados pela sua *cognição* – pelo que ele pensa, acredita e prevê.

Para Soto (2002), o surgimento real de uma motivação tem a ver com o desejo de satisfazer uma necessidade, cuja definição para o mesmo autor é a sensação pessoal de carência em algum dos aspectos da vida de uma pessoa e que gera uma

² Assessoria de Planejamento Operacional, Estatística e Gestão.

³ Boletim Interno do Comando Geral.

tensão desagradável. Portanto trabalharemos pretensamente na pesquisa com este conceito de necessidade – como algo gerador de uma desagradável sensação de carência, ou seja, falta, ausência de algo desejado.

A tendência natural, esperada, é de que o indivíduo se esforce em diminuir tal tensão, em geral executando uma ação que satisfaça tal necessidade. Algumas pessoas podem sentir a necessidade de conseguir sucesso, êxito em algo a ser executado, outras pessoas querem ser admiradas, outras ainda querem ter poder e/ou dinheiro, ou querem apenas se sentir simplesmente seguras, sobretudo no aspecto profissional. Se um indivíduo consegue amenizar a sensação de impotência/diminuição mediante ao aspecto que lhe incomoda, acaba segundo este autor por reduzir também a intensidade da força motivadora.

MASLOW

De acordo com Soto (2002), a abordagem motivacional mais conhecida seja o “*modelo da hierarquia das necessidades*” do psicólogo Abraham Maslow.

Maslow sustenta que os indivíduos possuem uma complexa série de cinco categorias de necessidades, que ele apresenta em forma piramidal. Elas foram colocadas em ordem de importância: fisiológicas (na base), de segurança, de associação, de estima e de autorrealização (na ponta).

Maslow assinala que, à medida que uma pessoa vai satisfazendo cada um dos tais níveis de necessidades, a motivação movimenta-se ao nível de necessidades imediatamente superiores com o mesmo propósito de satisfazê-las.

As necessidades **fisiológicas** são os desejos básicos de se alimentar, de se vestir e de ter um teto; por se tratarem de necessidades humanas básicas, ocupam o primeiro nível da hierarquia de Maslow, pois haja vista que invariavelmente os indivíduos tentam satisfazer suas necessidades fisiológicas antes de quaisquer outras. As necessidades de **segurança** – que se referem ao segundo nível de hierarquia de Maslow, estão relacionadas aos desejos de proteção, estabilidade e a ausência de aflições, ameaças e enfermidades. As pessoas privadas dos meios para satisfazer as suas necessidades de segurança preocupam-se em obtê-los. As necessidades de **associação** são os desejos de amizade, amor e pertencimento a um

grupo. Tal nível de hierarquia de Maslow representa um passo significativo a partir das necessidades fisiológicas e de segurança básica. Os empregados com profundas necessidades de associação desfrutam enormemente do trabalho em cooperação com os demais. As necessidades de **estima** são os desejos de respeito por si mesmo, a sensação de sucesso individual e o reconhecimento das demais pessoas. As necessidades de **autorrealização** são os desejos de crescimento pessoal e de realização e cumprimento do pleno potencial individual. Uma pessoa autorrealizada aceita a si mesma e aos outros. Tais pessoas parecem ser dotadas necessariamente de iniciativa, espontaneidade e capacidade para a solução de problemas.

A TEORIA DE DOIS FATORES - DE HERZBERG

Criada por Frederick Herzberg na década de 60, também conhecida como Teoria de Herzberg, esta tese focalizou a questão da satisfação para formular sua teoria. Segundo ele, os fatores higiênicos e motivacionais, portanto apenas dois, são os que verdadeiramente explicam o comportamento das pessoas no trabalho (VERGARA, 2000).

Para Herzberg, os fatores que levam à satisfação e insatisfação com o trabalho são diferentes e separados entre si. Disto traduz-se uma interessante tese derivada da primeira: os executivos que procuram eliminar os fatores que geram insatisfação podem conseguir a paz, mas não necessariamente a motivação dos funcionários. Eles podem tranquilizá-los, sim, muito mais do que motivá-los. Assim, as condições em torno do trabalho, como a qualidade de supervisão, a remuneração, as políticas da empresa, as condições físicas de trabalho, o relacionamento com os outros e a segurança no emprego, foram caracterizadas por Herzberg como **fatores higiênicos**. Quando estes são adequados, as pessoas não se mostram insatisfeitas, nem tampouco satisfeitas. Porém segundo o autor da teoria, quando se quer motivar as pessoas para o trabalho, devemos dar ênfase nos fatores associados com o trabalho em si ou nos resultados diretos dele, como por exemplo: oportunidades de promoção, de crescimento pessoal, reconhecimento, responsabilidade e realização. Estas são características que as pessoas consideram intrinsecamente recompensadoras (ROBBINS, 2002).

TEORIA DAS NECESSIDADES DE McCLELLAND

De acordo com Vergara (2000), David McClelland também tomou como eixo a questão das necessidades, tendo identificado três tipos distintos: necessidade de poder, de afiliação e de realização, todas as três adquiridas no convívio social. Poder refere-se à relação com pessoas, ou seja, refere-se a *status*, prestígio, posições de influência. Afiliação diz respeito ao que Maslow chamou de afeto. Realização é concernente à autoestima e à autorrealização. A diferença entre Maslow e McClelland é que este último considera que tais necessidades podem ser aprendidas.

TEORIA DA EXPECTATIVA

Para Robbins (2002), uma das explicações mais amplamente aceitas sobre motivação é a teoria da expectativa, de Victor Vroom.

A teoria da expectativa sustenta que a força da tendência para agir de determinada maneira depende da força da expectativa de que a ação trará certo resultado, e da atração que este resultado exerce sobre o indivíduo (ROBBINS, 2002).

Segundo Victor Vroom, “a motivação para atuar de determinada forma depende da expectativa de que o ato será seguido por um dado resultado, e da atração que aquele resultado exerce ao indivíduo” (FREITAS, 2006).

Para Freitas (2006), quanto mais favoráveis forem as condições para se obter um bom desempenho, maior será a motivação. O desempenho excelente deve ser recompensado, e quanto mais forte for percebida a relação entre o resultado do trabalho e o valor do incentivo recebido, melhor será sua eficácia como fator de motivação.

Para Vergara (2000), a teoria da expectativa relaciona desempenho com recompensa. Se alguém considera que se passar a noite inteira na frente de um computador irá receber elogios de seu chefe – e é isto que deseja – então, esta pessoa passará a noite em claro. Se ao contrário considerar que seu chefe não dará importância ao fato, então, provavelmente tal pessoa não fará este sacrifício.

Em termos mais práticos, segundo Robbins (2002), esta teoria sugere que um funcionário se sente motivado a ter um alto grau de esforço quando acredita que isto

vai resultar em uma satisfatória ou boa avaliação de seu desempenho; e que esta boa avaliação vai resultar em benefícios organizacionais, tais como: bonificações, dispensas, aumento de salário ou promoção; e que tais recompensas atenderão as suas metas pessoais. A teoria em tela enfoca três relações, listadas a seguir:

- Relação esforço-desempenho. A probabilidade percebida pelo indivíduo de que certa quantidade de esforço vai levar ao desempenho.
- Relação desempenho-recompensa. O grau em que o indivíduo acredita que um determinado nível de desempenho vai levar à obtenção de um resultado que se deseja.
- Relação recompensa-metas pessoais. O grau em que as recompensas organizacionais satisfazem as metas pessoais ou as necessidades do indivíduo, e a atração que estas recompensas potenciais exercem sobre ele (ROBBINS, 2002).

3. INDICADORES MOTIVACIONAIS DO POLICIAL MILITAR

Em uma recente pesquisa realizada junto aos soldados que trabalham no serviço operacional da Companhia de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde, em Cuiabá-MT, foi identificado que 55% dos pesquisados não se sentem reconhecidos no ambiente da PM quando fazem alguma ação de sucesso como: apreensão de armas, drogas, prisão de pessoas com prisão preventiva decretada, percentual este que indica que reconhecer o seu trabalho pode trazer benefícios para a Instituição.

Tabela 01 - Reconhecimento recebido quando faz uma ação de sucesso

Quando você faz alguma ação de sucesso: apreensão de armas, drogas, prisão de pessoas com prisão preventiva decretada, você se sente reconhecido no ambiente da PM?	Quantidade	%
Sim	8	40,0
Não	11	55,0
Não sei dizer	1	5,0
Total	20	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Na mesma pesquisa, conforme a próxima tabela, pode-se perceber um empate quando comparados os somatórios das respostas 0, 1 e 2 de um lado e o somatório das respostas 3, 4 e 5 do outro, com 50% cada um.

Pode se concluir então que os resultados negativos apresentados pela mídia em relação ao serviço da Polícia Militar afetam negativamente metade dos policiais e a outra metade dos soldados se diz indiferente às notícias negativas propagadas pela mídia com relação aos resultados da Instituição.

Tabela 02 - A mídia em relação ao desempenho do policial na rua

Os resultados negativos apresentados pela mídia com relação ao serviço da Polícia Militar afetam o seu desempenho na rua? Em que escala isso ocorre?	Quantidade	%
0	2	10,0
1	2	10,0
2	6	30,0
3	4	20,0
4	3	15,0
5	3	15,0
Total	20	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Mas quando perguntado qual o grau de incômodo em relação à opinião negativa da população, se forem consideradas as respostas “muito incomodado” e “incomodado”, pode-se perceber que 70% dos pesquisados sentem um alto grau de incômodo em relação à opinião negativa da população sobre o trabalho do policial militar.

Tabela 03 - Grau de incômodo em relação à opinião negativa da população

Grau de incômodo em relação à opinião negativa da população	Quantidade	Percentual
Muito incomodado	7	35,0
Incomodado	7	35,0
Nenhum incômodo	3	15,0
Indiferente	3	15,0
Não tenho opinião	0	0,0
Total	20	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Questionado sobre as razões pelas quais trabalha na Polícia Militar, 70% responderam que trabalham na Corporação pela estabilidade que o emprego oferece. Em segundo lugar – com 20% - os pesquisados marcaram que trabalham na Polícia Militar por causa do salário. Na próxima tabela pode-se concluir que aumentar o salário não implica na melhoria do nível de motivação do policial que trabalha no serviço operacional da Companhia de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde.

Tabela 04 - Razões pelas quais trabalha na PM

Razões pelas quais trabalha na PM	Quantidade	%
Salário	4	20,0
O trabalho que realizo	1	5,0
Ambiente de trabalho	0	0,0
Reconhecimento	0	0,0
Autonomia no trabalho	0	0,0
Relacionamento com os superiores	0	0,0
Estabilidade no emprego	14	70,0
A falta de opção de um outro emprego	0	0,0
Prestígio da PM	0	0,0
As chances de progresso profissional	1	5,0
Benefícios oferecidos pela Instituição	0	0,0
Prestar serviço para a comunidade	0	0,0
Total	20	100,0

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Verificou-se também que 85% dos pesquisados consideram importante o trabalho que realizam, 65% têm uma avaliação insatisfatória acerca de suas viaturas, armamentos e equipamentos de trabalho. Pela Teoria de Herzberg, as viaturas, armamentos e equipamentos são fatores higiênicos, são extrínsecos aos policiais. Quando os fatores higiênicos estão presentes, não chegam a causar satisfação, mas, na ausência dos mesmos, geram grande insatisfação.

75% dos policiais pesquisados têm uma baixa satisfação acerca de seus proventos. A Teoria de Dois Fatores, de Frederick Herzberg, também explica isso, quando diz que um bom salário pode não garantir satisfação no trabalho, porém uma vez ausente ou insuficiente, os fatores higiênicos causam insatisfação nos colaboradores de uma organização. A presença dos fatores higiênicos apenas

neutraliza a insatisfação. Assim, a Instituição deve dar mais atenção aos fatores higiênicos para evitar provocar insatisfação nos policiais militares.

Pela pesquisa, 70% dos soldados se imaginam, daqui a dois anos, trabalhando na Polícia Militar, na mesma graduação. O fato da maioria dos policiais militares se imaginarem trabalhando na mesma graduação, daqui a dois anos, é um indicativo, de acordo com McClelland, de que o soldado é um indivíduo que não tem a necessidade voltada para o poder, podendo ser voltado para a motivação da necessidade de associação.

70% dos policiais pesquisados têm grande vontade de ser/continuar policial militar. Segundo a Teoria da Expectativa de Victor Vroom, isso se explica na medida em que o policial se sente atraído a buscar um resultado, ou seja, o desejo de ser/continuar policial militar é a motivação do pesquisado para continuar a fazer o seu trabalho. 95% dos policiais dão uma nota alta para o esforço que os mesmos dispõem para desempenhar um bom trabalho policial. A Teoria de Vroom explica isso quando sugere que um funcionário se sente motivado a ter um alto grau de esforço quando acredita que isto vai resultar em uma satisfatória ou boa avaliação de seu desempenho; e que esta boa avaliação vai resultar em benefícios organizacionais, tais como: bonificações, dispensas, aumento de salário ou promoção; e que tais recompensas atenderão as suas metas pessoais (ROBBINS, 2002).

Na opinião de 75% dos pesquisados, a Corporação Policial Militar é pouco valorizada pela sociedade e 50% dos policiais acreditam que pode haver mudança da sociedade em função do trabalho policial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema motivação é bastante rico, sobretudo acerca de uma profissão tão complexa como a do policial militar. São inúmeras as variáveis que interferem, dentre as quais se destacam a questão da exposição pessoal à violência urbana, hoje elevada a números alarmantes e o próprio trato com pessoas privadas ou passíveis de privação de liberdade, o que gera fragilidade dos vínculos afetivos.

Imperativo se faz destacar dois posicionamentos dos pesquisados em relação à expectativa da sociedade civil mediante seu trabalho: Metade acredita que há uma possibilidade de mudança da sociedade a partir do seu trabalho, e 75%, ou seja, $\frac{3}{4}$ dos policiais pesquisados acham que esta mesma sociedade civil não valoriza o trabalho da Polícia Militar. No aspecto desempenho-recompensa, de Victor Vroom, pode-se inferir que a falta de reconhecimento, importância dada pela sociedade civil ao trabalho policial é um fator desestimulante para o pesquisado em questão.

De fato, se o profissional de polícia acredita que seu trabalho é muito importante, mas que não é valorizado pela sociedade, isto é um fator com forte impacto negativo no exercício da profissão e, por consequência, este impacto será forte na mesma proporção em relação à imagem que os próprios policiais militares têm da Instituição a que fazem parte.

Desta forma, através deste artigo, acreditamos ter contribuído para o cumprimento da missão da Polícia Militar através do diagnóstico dos aspectos motivacionais do policial, onde identificamos que o seu trabalho deve ser reconhecido através da valorização do ser humano que está por detrás da farda. A melhoria da qualidade dos equipamentos, armamentos e viaturas se faz necessária, assim como uma maior difusão entre os policiais da ideologia da polícia militar, que é a prestação de serviços para a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1985.

FREITAS, João. **Qualidade e Produtividade**. Disponível em: <http://www.fadepe.com.br/restrito/conteudo/6_qual_s2_2006_parte_1.doc> Acesso em: 13 jun. 2008.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 14.ed. Porto Alegre: s.n., 2006.

JÚNIOR, Adonival C. Souza. **Relatório da Companhia de Policiamento Comunitário do Bosque da Saúde**. Cuiabá: Cia PM do Bosque da Saúde, 2007.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SOTO, Eduardo. **Comportamento Organizacional: O impacto das emoções**. São Paulo: Thomson, 2002.

VERGARA, Sylvia C. **Gestão de Pessoas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ANÁLISE DAS AÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO EM SITUAÇÕES COM REFÊNS, SOB A ÓTICA DAS DOCTRINAS DE GERENCIAMENTO DE CRISE, NO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CUIABÁ NO PERÍODO DE 2000 A 2003

Marcos Antonio da Silva¹

RESUMO

Este trabalho apresenta noções de como foi a atuação da Polícia Militar em situações com refêns, sob a ótica das doutrinas de gerenciamento de crise, no Centro de Ressocialização de Cuiabá, no período de 2000 a 2003. Verificou-se a satisfação dos sujeitos de pesquisa que avaliaram a atuação da PMMT em crises gerenciadas. O relato se fundamentou nas doutrinas difundidas por estudiosos de ações de polícia em Gerenciamento de Crises.

Palavras-chaves: *Gerenciamento de Crises – Penitenciária – Centro de Ressocialização de Cuiabá.*

ABSTRACT

This paper introduces notions of how was the performance of the military police in hostage situations, from the perspective of the doctrines of crisis management, the Center resocialization of Cuiabá, in the period 2000 to 2003 was found satisfaction research subjects evaluating the performance of managed PMMT in crises. The report was based on doctrines spread by scholars of police actions in Crisis Management.

Keywords: *Crisis Management – Penitentiary – Cuiabá's Social Rehabilitation Center.*

¹ Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/MT).

INTRODUÇÃO

Observa-se que os doutrinadores de Gerenciamento de Crises apontam as estruturas para o funcionamento das ações diante de uma crise, definem os componentes que devam participar do gerenciamento, seus papéis específicos, e critérios das ações policiais, e no Brasil toma-se como base a linha de atendimento de ocorrências com refêns da polícia norte-americana que é a preservação das vidas dos envolvidos na ocorrência (MONTEIRO, 2004, p. 02)².

As ocorrências com refêns fogem à normalidade e se pode afirmar que possuem três características principais: desfecho imprevisível, compressão de tempo e constante ameaça a uma ou mais vidas. Na prática, dúvidas ainda existem sobre o tema gerenciamento de crise. Não se sabe ainda qual é a melhor solução para o atendimento de ocorrências com vidas em perigo. Surge então o seguinte problema: o desempenho da PMMT nas ações de gerenciamento de crise foi satisfatório no Centro de Ressocialização de Cuiabá, durante os anos de 2000 a 2003?

Com o escopo de verificar se a PMMT se encontra preparada para situações de ocorrência de alta complexidade, a partir da análise de crises no estabelecimento prisional denominado “Centro de Ressocialização de Cuiabá”, antigo “Carumbé”, esta pesquisa teve como objetivos específicos: a) realizar levantamento das crises gerenciadas pela PMMT no CRC; b) explicitar a importância da PMMT no Comitê Estadual de Gerenciamento de Crises; c) avaliar o processo empregado pela PMMT sob a ótica das doutrinas de Gerenciamento de Crise.

Este trabalho aborda inicialmente sobre o estabelecimento prisional, relata desde sua origem, bem como os dados atuais sobre sua estrutura e população carcerária. Em seguida trata as crises nos estabelecimentos prisionais, destacando o Centro de Ressocialização de Cuiabá. Buscou-se revisão de literatura sobre os aspectos mais importantes do tema gerenciamento de crise, esclarecendo os ensinamentos sobre definição de crise, gerenciamento de crise, como a polícia deve agir em uma crise, classificação dos graus de riscos ou ameaças e os níveis de resposta, e planejamento sistêmico do gerenciamento e finalmente demonstra os

² MONTEIRO, Roberto das Chagas. **Manual de Gerenciamento de Crises**. 7.ed. Brasília: [S.ed.], 2004. P.02.

resultados da pesquisa documental de campo, dados que serão analisados e discutidos.

1. GESTÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL

As formas gerais das práticas de punição formal aos criminosos surgem no século XVII na Europa, com suplício ostentador; naquela ocasião visava-se a tortura do corpo do condenado, que era punido em praça pública com muita dor e mutilações para servir de exemplo aos demais, com a tolerância da própria sociedade e com a imposição do Clero. Poucos anos mais tarde a ação punitiva passa para uma casa de detenção com uma rotina diária cheia de atividades ocupacionais e com muito rigor disciplinar. A evolução da justiça penal, segundo Foucault (2004)³, passa por estilos definidos até uma mudança definitiva na previsão legal em toda parte do mundo. Já no final do século dezoito, na Europa, a população deixou de ver como diversão os suplícios, e a corte real passa a aplicar um novo tipo de pena: a privação da liberdade, (FOUCAULT, 2004).⁴

A punição não era o bastante para a justiça da época, havia interesse em recuperar o criminoso. À pena privativa de liberdade, referem-se três funções: retribuição, prevenção e ressocialização (PICKLER, 2003).

Nas Américas, os colonizadores utilizavam as prisões como instrumento de ameaça e de exercício do poder arbitrário nas vilas e cidades, nos três primeiros séculos, influenciados pela legislação portuguesa da época, que usavam penas como a de morte, os açoites e as mutilações, os degredos, as multas e os confiscos, com características de consolidar a distribuição e aplicação das punições dependendo das condições sociais do transgressor.

O registro oficial sobre a prisão no Brasil ocorre ainda no período Imperial. Pois os dirigentes do País manifestaram suas preocupações com diversos assuntos da

³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir - Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 29ª Ed. Editora Vozes. Petrópolis 2004. p. 10.

⁴ Idem, ibidem.

época incluindo os estabelecimentos carcerários (Salla, 1999)⁵. No Brasil as penas estão subdivididas em: privativas de liberdade, restritivas de direito, multa e medida de segurança conforme a Lei de Execuções Penais, e deve ser: em regime fechado em penitenciária; semiaberto em colônia penal agrícola ou similar; e aberto em casa do albergado.

Faria Junior (1996)⁶ indica os principais males que assolam o sistema penitenciário brasileiro, entre eles: a ociosidade; irrisória remuneração e a superlotação que é a principal causa das rebeliões nas prisões; a promiscuidade; fugas; motins; greves; violência; corrupção dos funcionários; falta de verbas, entre outros. O Brasil apresenta deficiências sociais básicas, como condições de saúde, educação e segurança precários; sem controle de natalidade eficiente, a população de jovens cresce consideravelmente e esses indivíduos se envolvem cada vez mais em atos violentos, mais que os indivíduos de outras faixas de idade.

Segundo o Ministério da Justiça (2008), o índice de reincidência passa perto dos 86%. E, o próprio Órgão divulgou dados atualizados da população carcerária no Brasil os quais foram inseridos logo abaixo como se vê abaixo:

Ocorreu um aumento expressivo nos últimos três anos o que confirma a dificuldade do Estado em prover vagas em unidades prisionais, e as existentes apresentam lotação que pode influenciar para deflagração de crises a qualquer momento aí a necessidade das polícias estarem preparadas para atuar com gerenciamento de crises.

De acordo com Monteiro (1985), a origem do sistema prisional de mato grosso ocorreu com a construção da cadeia pública municipal em Vila Bela da Santíssima Trindade, sendo esta a primeira capital da província do Estado, em que é demonstrada uma infraestrutura para ser sede administrativa e política⁷. E em 1967, as cadeias públicas passaram a ser responsabilidade da Secretaria de Segurança, como dispõe o art. 1º do Decreto nº 210, de 29/03/1967. Com a promulgação da Constituição do Estado de Mato Grosso, entrou em vigor uma nova organização

⁵ SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume/Fapesp. 1999. p. 47-48.

⁶ FARIA JUNIOR, João. **Manual de Criminologia**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 1996, p. 46.

⁷ MONTEIRO, Ubaldo, **A Polícia de Mato Grosso**. Cuiabá: IOMAT, 1985.

administrativa, conforme se verifica no art. 77, e com a unificação das Secretarias, a Coordenadoria do Sistema Penitenciário passou a ser a única responsável pelos estabelecimentos penais, onde o mesmo é o reflexo do dia-a-dia das políticas nacionais de segurança pública. Vale dizer que o Sistema tem os seguintes estabelecimentos penitenciários: Penitenciária Central de Cuiabá, antiga Pascoal Ramos; Penitenciária Agrícola de Palmeiras; Presídio Feminino Ana Maria do Couto "MAY"; Centro de Ressocialização de Cuiabá, antiga Cadeia Pública do Carumbé; Cadeias públicas nas comarcas. A população carcerária em Mato Grosso é muito superior ao número de vagas, sendo em 2006 7.538 detentos para 4.587 vagas e em 2007 9.242 detentos para 4.587 vagas.

2. O CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CUIABÁ - CRC

Unidade prisional criada no ano de 1978 com a denominação de Cadeia Pública do Carumbé, levando o nome do bairro onde foi instalada. Localizada no Bairro Carumbé na cidade de Cuiabá, A unidade foi projetada para abrigar somente presos provisórios, e sua capacidade limitou-se a 216 vagas. O Centro de Ressocialização de Cuiabá é composto pela UNIDADE I, com capacidade para 264 (duzentos e sessenta e quatro) vagas, mas encontra-se ocupado por 607 (seiscentos e sete) reeducandos, portanto; e pela UNIDADE II, com capacidade para 128 (cento e vinte e oito) vagas e encontra-se ocupado por 142 (cento e quarenta e dois) reeducandos, portanto, do total de 392 (trezentos e noventa e duas) vagas a unidade encontra-se com uma população carcerária num total de 749 (setecentos e quarenta e nove) reclusos.

O estabelecimento possui Agentes Prisionais que atuam na atividade administrativa e de operação (nesta em contato direto com os reeducandos), e outros profissionais de assistência, totalizando 93 servidores. Os dias de visitas aos reeducandos são nas quintas-feiras a todos os detentos, aos sábados apenas para UNIDADE II e aos domingos apenas para a UNIDADE I.

No CRC foram implantados para reeducandos voluntários, projetos de atividades com de ensino, cultura, religião e de trabalho: Aulas de ensino fundamental; Curso Superior com vídeo aula; Curso de Artes Plásticas (pintura em

tela, artesanatos, origami); algumas mini-fábricas e; IMEC (externo ao CRC - construção de casas pré-moldadas) e CIAPS (externo ao CRC - serviços gerais).

Os reeducandos quando voluntários participam dessas atividades somente após passar por uma avaliação criteriosa de uma comissão interna da Unidade, composta por: uma psicóloga, uma assistente social, pelo chefe de segurança e disciplina e pelo subdiretor que preside a comissão. Para que o reeducando participe de trabalhos fora da penitenciária é preciso também de autorização judicial.

Uma Diretriz de Ação Conjunta, anexo do Plano de Segurança da PM (2005)⁸, onde constam algumas atribuições aos Agentes Prisionais em caso de eclosão de uma crise: devem deixar o local trazendo as chaves dos cadeados e quando possível trancando as grades que conseguirem, dirigindo-se para a recepção ou ao Corpo da Guarda Externa da Polícia militar, avisar ao maior número de profissionais de serviço na UP; Em caso de ocorrência com refém, deverão evacuar o local o quanto antes, e jamais deverá correr para o interior das dependências da Unidade Prisional de modo que o chefe de equipe deverá providenciar local para remanejamento dos reeducandos vítimas do sinistro.

Instalada no Centro de Ressocialização a Companhia de Policiamento de Guarda devidamente comandada por um Oficial PM, subordinada ao Comando de Policiamento de Guardas do Comando Regional I, atua em sistema de escala ininterrupta. O policiamento tem seu embasamento na Constituição Federal no parágrafo 5º do Artigo 144, onde prevê a competência da Polícia Militar, na Constituição mato-grossense encontra-se disciplinada no art. 81 e na Diretriz Operacional nº 030/PM-3/96 estabelece no item 2.

Como medida preventiva que menciona a doutrina de gerenciamento de crises, para que a polícia esteja preparada para atuar num evento crítico ou, se possível, evitá-lo. Assim, os Militares do CRC, passaram por atividades de capacitação profissional com instruções bastantes para padronização de procedimentos em cada setor do serviço, então vejamos:

⁸ MATO GROSSO, Polícia Militar - Comando de Policiamento de Guarda. **Anexo 02 do Plano de Segurança do Comando de Policiamento de Guarda do Comando Regional I - Cuiabá.** Cuiabá-MT: Julho de 2005.

Aos policiais que trabalham diariamente na unidade foi repassado um plano de segurança para ser aplicado em casos de crises como: tentativas de fuga, rebeliões, tentativa de resgate de reeducandos por ação de comparsas do lado externo, casos de sinistros, do tipo incêndio, queda de energia no período noturno, amotinamento dos reeducandos, manifestações dos parentes de reeducandos dentro e fora das celas.

Padronização de ações do cotidiano, como: emprego de munições não letais, os níveis do uso da força, diante de uma ação do reeducando, sincronismo com as ações dos agentes nas inserções para movimentações de reeducandos para: trancar, destrancar, retirada de reeducando para uma revista no interior das celas, remanejamento de troca de celas e alas; tratamento respeitoso com os detentos, tratamento cordial e respeitoso com os familiares dos reeducandos nos dias de visitas principalmente em razão do aumento da demanda.

Uma vez realizado o treinamento antes que assumissem a Guarda do presídio, os militares estavam ajustados às tarefas conforme o estilo de cada um, e por saber o que e quando fazer no ambiente de trabalho adequado a realidade, o desempenho deles melhorou significativamente, conforme resultados: Não houve mais desrespeito de reeducando com os militares no decorrer dos procedimentos, com isso deixou-se de usar a força excessiva; Os agentes sentiram-se mais respeitados por terem seus papéis definidos e passaram a colaborar mais com o serviço, ficando mais responsável, mais atentos e mais comprometidos com o trabalho quando havia a necessidade do apoio da PM e aumentou o entrosamento profissional, e participavam das ações preventivas de revistas no interior das celas, verificação de possíveis túneis, checagem de denúncias de grades serradas, e tudo mais; Os visitantes não se estressaram mais, não demonstravam na feição aquela raiva e desprezo para ação policial, ficaram mais dóceis; Os acidentes com a escolta e os incidentes corriqueiros não aconteciam mais, as preocupação com o uso e zelo material aumentou.

Assim: As fugas acabaram e/ou eram frustradas antes mesmo dos reeducandos darem início ao plano; Diminuiu drasticamente os motins dos presos e ocorrências com refêns, sendo registrada uma tomada de refêns em 25 de setembro de 2006, onde a ação rápida da guarnição não permitiu que os reeducandos

tomassem outros pontos ficando eles homiziados com um agente de refém dentro de uma das três celas que existe na ala G, ao chegar o grupo de apoio a crise foi efetivamente contida, ficando para o gerenciamento resolver em pouco mais de uma hora; sem feridos; Diminuíram as ocorrências de desacato ou desobediências aos policiais pelos reeducandos que saíam escoltados e com os visitantes.

3. GERENCIAMENTO DE CRISES

Ao tomar conhecimento de uma ocorrência de situação crítica a primeira equipe da polícia aplica os procedimentos básicos, inicialmente a de conter a crise em um espaço físico delimitado, e isolar o local com cercos evitando a fuga dos perpetradores e o acesso de qualquer outra pessoa no lugar. Nesse primeiro contato, não havendo a rendição e prisão dos criminosos, há a necessidade de acionamento da autoridade policial competente para o gerenciamento da crise.

O processo de Gerenciamento, segundo Cabral⁹ (1996, p. 52): “É o Processo de identificar, obter e aplicar os recursos necessários à antecipação, prevenção e resolução de uma CRISE.”

São procedimentos adotados para resolver conflitos com grande preocupação de garantir que os fundamentos dos direitos humanos sejam respeitados, pois, as ações pacíficas das polícias estão dentro das principais exigências da sociedade que cada vez mais prefere que todos os atos no controle da violência contenham técnicas, táticas e estratégias com amparo na legalidade e com respeito aos valores sociais.

No Grupo de Gerenciamento de Crise há três componentes essenciais, integrados e sistematizados: a) O Gerente, também chamado de Comandante do Teatro de Operações, este deve ser policial com conhecimento de gerenciamento de crises. As ações a serem desenvolvidas nos perímetros por ele estabelecidos deverão ter sua autorização. (RAMALHO, SILVA e FREIRE, 2003)¹⁰. b) O grupo de negociação: é a parte mais importante do gerenciamento de crises por diversos

⁹ CABRAL, Paulo César Souza. **O Sistema de Defesa Social; Aprendendo a Gerenciar Crises**. Salvador: S.ed. 1996.

¹⁰RAMALHO, Alexandre Ofranti, da SILVA, Dejanir Braz Pereira e FREIRE, Paulo Henrique Batista. **Ocorrências com Refêns - Fundamentos e Práticas no Brasil**. Governo do Estado do Espírito Santo - Polícia Militar.[S.ed.] 2003. p.52-53.

aspectos técnicos, sociais e políticos, pois, é o grupo de negociador que tem contato indireto e às vezes direto no local do ponto crítico e com os causadores da crise, visando à resolução pacífica, buscando a convencimento de que a rendição é a melhor maneira de resolver a situação externando as garantias dos direitos e da integridade dos perpetradores diante a rendição pacífica.

A doutrina expressa que este grupo deve ser formado por três negociadores que atuarão em conjunto. Thomé (1998), afirma que o objetivo da negociação consiste em que a situação crítica seja resolvida com a liberação de refêns e a prisão dos causadores do evento, sem que haja perdas de vidas humanas¹¹. E, c) O grupo tático que atua com policiais treinados para ocorrências de alta complexidade com técnicas e táticas especiais, empregando pessoal com treinamentos e equipamentos específicos para resgate de refêns e neutralização de perpetradores.

O objetivo principal: Salvar vidas e aplicar a lei, o primeiro está inserido na própria lei. A ação do Estado é voltada para solução do problema, e para isso emprega Instituições com bagagens doutrinárias de gerenciamento de crises, mas a preocupação política é intrínseca no contexto, pois, não deseja assumir responsabilidade civil ou criminal, nem tampouco expor possíveis vulnerabilidades que poderiam contribuir com novas ações delituosas.

A doutrina de gerenciamento prevê suas ações aos agentes de polícia, mas muitas autoridades buscam uma forma de atuar com a finalidade, de promoção social, política e pessoal, isso interfere no resultado das ações, e colocam em risco a vida dos envolvidos em uma crise, mas para evitar que isso ocorra, a Segurança Pública do Estado, ampara-se em previsões legais e regulamentações formais de seus atos e definem os papéis e os participantes no processo da tomada de decisão nas ações estratégicas operacionais e políticas.

Em Mato Grosso está previsto para as ações políticas uma estrutura de Comitê de Gerenciamento de Crises com a participação de representantes do poder público criado por força do decreto nº 5.360 de Outubro de 2002, reeditado no ano de 2004. Para as ações estratégicas operacionais, a 3ª Seção do Estado Maior Geral da

¹¹ THOMÉ, op cit.

Polícia Militar produziu uma Diretriz de Instrução de nº 003/PM-3/96 em 12 de julho de 1996, para fixar normas para atuação da Corporação em Crises.

Uma crise sempre envolve dificuldades expressivas e perigo que pedem decisões estruturadas o conceito de Crise segundo FBI apud Cabral, (1996)¹²: “Um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da POLÍCIA, a fim de assegurar uma solução aceitável”.

Para Paulo Cabral, (1996) um evento crucial é quando em qualquer situação ocorre perigo de vidas, inclusive a do próprio causador. Quanto à resposta especial, afirma que fuja à rotina do atendimento, mas evidenciando que a instituição responsável é a polícia, da qual se exige: resposta imediata, considerações especiais, imprevisibilidade, compressão de tempo, ameaça a vida, organização operativa. Numa crise mudam as características encontradas em ocorrências corriqueiras, porque os riscos são maiores e vão além das condições de atuação efetiva dos policiais que labutam no cotidiano, os quais precisam entender isso e evitar ações desastrosas.

Nota-se então por parte dos autores pesquisados que a crise tem suas características definidas, podendo ser comprovado pela afirmação de Cabral (1996), que apresenta as características: A imprevisibilidade; Compressão de tempo; Ameaça de vida; Organização operativa¹³. Mas não é possível prever uma crise, pois sabe-se que ao instalar-se a polícia tem o dever de atuar prontamente, pois uma ameaça a vida evidenciada, a ação será direcionada para sua preservação. Nos estabelecimentos prisionais instalam-se as crises após uma tentativa de fuga frustrada, rebeliões com tomada de refêns, por manifestações de descontentamento por causa de ações arbitrárias por parte de agentes do Estado, precariedade das instalações e dos serviços essenciais.

A crise instalada o Comandante do Teatro de Operações tem que avaliar o grau de risco ou ameaça que o evento crítico representa conforme escala que

¹²CABRAL, Paulo César Souza. **O Sistema de Defesa Social; Aprendendo a Gerenciar Crises.** Salvador: S.ed. 1996. P. 48.

¹³ CABRAL, Paulo César Souza. **O Sistema de Defesa Social; Aprendendo a Gerenciar Crises.** Salvador: S.ed. 1996. p. 48.

expressa o nível do risco ou ameaça que a doutrina define. Thomé (1998), já apresenta uma classificação adaptada à realidade nacional:

- a) Altíssimo risco, para as situações onde não há refêns;
- b) Ameaça Extraordinária, quando há necessidade de acionamento de outros órgãos para a solução;
- c) Ameaça à ordem, quando exige solução profissional aos conflitos sociais marcantes.¹⁴

Mas essa classificação de riscos serve para determinar o nível de resposta. Segundo Monteiro (2000), apresentando a classificação do FBI, os níveis de resposta adequados a cada grau de risco ou ameaça são quatro:

- NÍVEL UM** - A crise pode ser debelada com RECURSOS LOCAIS.
NÍVEL DOIS - A solução da crise exige RECURSOS LOCAIS ESPECIALIZADOS (Emprego de "SWAT").
NÍVEL TRÊS - A crise exige RECURSOS LOCAIS ESPECIALIZADOS e também RECURSOS DO QG.
NÍVEL QUATRO - A solução da crise requer o emprego dos RECURSOS DO NÍVEL TRÊS e também RECURSOS EXÓGENOS.¹⁵

O grupo de gerenciamento precisa estabelecer metas e tarefas para alcançar o resultado satisfatório. O planejamento deve ser o mais simplificado possível com eficiência, eficácia e segurança com emprego metódico dos recursos; e a sistematização desse processo exige parâmetros, como: a segurança - domínio do gerente na análise e planejamento dos riscos, e o tempo, cuja utilização dever ser otimizada e nunca desprezada, pois é muito limitado numa crise.

Ao Gerente recai uma série de responsabilidade que começa pela instalação do posto de comando (P.C.) e vai até a solução final da crise e nesse ínterim, inúmeras são as atividades a serem desenvolvidas pelo policial, podendo ser encontradas em manuais e livros do assunto (fase da resposta imediata; fase do plano específico e fase da resolução). No meio militar isso soa estranhamente, mas para alcançar os objetivos do gerenciamento surgem tendências para adotar uma estrutura sistêmica para otimizar as ações do grupo de negociadores e do grupo tático, estes poderão atuar de imediato e isoladamente contribuindo para que não se deixe de realizar ações benéficas no processo.

¹⁴THOMÉ, op cit.

¹⁵MONTEIRO, op cit, p. 18

Em um evento crítico, o gerente da crise precisa ter suas ações direcionadas com o imprescindível embasamento técnico, para isso, é necessário que avalie a situação e execute os procedimentos com critérios que facilitam na tomada de decisão, e a doutrina de gerenciamento aponta três especialmente: - A Necessidade; - A Validade; e A Aceitabilidade.

A atuação policial em um evento crítico é trabalhoso e exaustivo, e em razão da compressão do tempo e da necessidade de tomada de decisões nessas condições, há a necessidade de que o profissional esteja engajado e preparado para lidar com tais situações. Como a crise é imprevisível as primeiras providências podem contribuir para a construção das bases do gerenciamento, com medidas importantes como não permitir que a crise tome proporções maiores que a já iniciada, e são necessárias medidas com o intuito de alcançar o fechamento da ocorrência com as seguintes alternativas táticas: Tentar uma solução negociada; Exigir a rendição; Usar munição química; Neutralizar os rebelados por atiradores de elite, ou Empregar o grupo tático. O gerente poderá optar por uma ou, pela combinação de duas ou mais opções para a solução da situação crítica, (PIKLER, 2003)¹⁶.

O Gerenciamento de Crise na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso está direcionado para: rebeliões em estabelecimentos prisionais, roubo frustrado com mantenedores de refêns, conflitos e manifestações sociais urbanas e rurais. Através de Decreto Estadual nº 5.360 em Outubro de 2002, institui-se formalmente o Comitê Estadual de Gerenciamento de Crises em Mato Grosso, em junho de 2002, sendo reeditado posteriormente no ano de 2004, sob o nº 4018/2004. Esse Comitê como prevê a doutrina de gerenciamento, é responsável pelas tomadas de decisões políticas e estratégicas do Governo visando proteger as responsabilidades do Estado, bem como, diminuir os desgastes do poder público perante a sociedade. O Comitê é vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), com a presidência do Secretário de Segurança formada por membros de instituições da SEJUSP. Mas a Polícia Militar em 1996, através da Diretriz de Instrução nº 003/PM-3/96 regulava o Emprego da PMMT em Ocorrências Especiais ou com refêns, produzido pelo Chefe da 3ª Seção do Estado Maior Geral em exercício à época.

¹⁶PIKLER, op cit, p. 48

Esclarece que no caso de existência de refém: conter a crise, isolar o ponto crítico e iniciar as negociações até a instalação do gerenciamento de crises pelo Comandante da Cena de Ação. Atualmente as doutrinas são repassadas já no curso de formação profissional da Instituição e ocorrem também, capacitações continuadas através de instruções programadas pela Instituição

ANÁLISE DOS DADOS

Buscou demonstrar as ações da PMMT em situações com reféns no CRC, expondo suas características, seus processos e eventuais problemas no desenvolvimento de suas ações registradas.

Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores (GIL, 1999, p. 43)¹⁷. Quanto aos meios: Bibliográfica (pesquisa desenvolvida com base em material publicado em livros, manuais, apostilas, artigos, redes eletrônicas e monografias que tratam dos assuntos concernentes ao tema) e Documental (pesquisas em documentos internos da Polícia Militar de Mato Grosso, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, do Ministério de Justiça, no Centro de Ressocialização de Cuiabá).

Vejamos os dados obtidos a partir da pesquisa de análise documental.

Em 11 de setembro de 2000, quatro (4) detentos que estavam na ala de triagem, renderam um agente carcerário, tomando-o de refém. Num primeiro momento, o próprio diretor do estabelecimento prisional tentou negociar com os reféns, mas não logrando êxito, informou à PMMT o que estava acontecendo e deu-se início ao seguinte processo: Uma equipe do Comando de Policiamento da Capital, e do Comando do Batalhão de Guarda, para iniciar as negociações e manter a situação sob controle e contou com o apoio do Poder Judiciário; reforço das torres e do Corpo de Guardas; diante das negociações os detentos aceitam a se rendem libertando o refém; encaminhado os detentos ao Fórum para fins de análise dos processos; Guarnição de serviço do dia volta às suas atividades de rotina.

¹⁷ GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999

Não houve feridos, sendo que a PMMT, utilizou-se apenas da conversa com os tomadores de refém para que a situação fosse revertida positivamente. Refém liberado e reivindicação dos detentos atendida. Apesar da presença de autoridades no local a Polícia Militar esteve sempre na condução dos trabalhos conforme previsto na doutrina.

Em outubro de 2000, uma tentativa de fuga frustrada pela porta da frente do Carumbé, acabou culminando em rebelião. Segundo relatório do serviço do dia 16 de outubro de 2000 ocorreu um amotinamento de detentos, fazendo 05 agentes carcerários de reféns para protestarem pedindo transferências de alguns presos.

Os procedimentos se deram na seguinte ordem: 1) as torres foram reforçadas; os demais componentes da guarnição permaneceram no Corpo de Guarda; 2) informado aos superiores; a equipe de negociação foi instalada; 3) interrompeu-se o fornecimento de alimentação, abastecimento de água e energia elétrica dos presos; 4) negociou-se a transferência dos presos; 5) libertados todos os reféns com integridade física preservada; 6) ocorrência registrada na Delegacia Metropolitana.

Observou-se estrita observância às doutrinas de gerenciamento de crise no episódio acima narrado, vejamos: reforços na segurança externa; informado o Centro de Operações da Polícia Militar que de imediato solicitou a presença dos responsáveis em gerenciar crises no local da crise, ou seja, no CRC; limitou-se ao máximo a área onde os detentos poderiam se movimentar, com a interrupção de alimentos contribuiu com o isolamento do local da crise.

Em seguida, a negociação, através de estabelecimento de contato com os tomadores de reféns, se deu de forma mansa e tranquila, verificada a possibilidade de atender ao solicitado pelos detentos, buscou apenas manter contato com eles até que os mesmos tivessem confiança nos policiais, de que poderiam libertar os reféns sem que houvesse por parte da PMMT represálias. Conforme Monteiro (2004, p. 72)¹⁸, “o negociador tem um papel decisivo na estabilização do evento crítico, devendo empenhar-se no arrefecimento do ânimo dos perpetradores” . Isso ocorreu

¹⁸ MONTEIRO, Roberto das Chagas. **Manual de Gerenciamento de Crises**. 7.ed. Brasília: [S.ed.], 2004.

nesta crise, o que contribuiu para que seu desfecho fosse o mais positivo possível, uma vez que o bem maior que é a vida foi preservado e nenhum dos refêns sofreu qualquer dano material. A PMMT não precisou usar de força para conter os amotinados, sendo solucionada pacificamente.

Outro fato ocorreu em 18 de setembro de 2000, quando segundo relatório da PM, por volta das 07:30, presos da Cadeia Pública de Cuiabá tomaram seis (6) carcereiros de refêns, para reivindicar a respeito de revisões processuais e transferência de presos.

Houve comunicação por meio de rádio da situação na unidade prisional; apoio chega ao local, e dirigiram toda a negociação; mais de 12 horas de negociação e os refêns foram finalmente libertados.

Observa-se que neste fato foi satisfatório o desempenho da PMMT, que conseguiu conter os ânimos dos detentos rebelados, dos tomadores de refêns, que mesmo tendo a posse dos refêns por mais de doze horas, não causaram nenhum prejuízo à integridade física destes, que foram ao final libertados incólumes. Não houve nenhum confronto armado entre a PMMT e os reeducandos. As negociações exaustivas tiveram sucesso, sendo os presos atendidos em parte de suas negociações.

Este é o resultado esperado pelos doutrinadores de gerenciamento de crises, que os problemas sejam resolvidos, sem causar prejuízos às vidas que estão em situação de risco e sem considerar qualquer das exigências feitas pelos tomadores de refêns como banal. A negociação é assunto policial, assim, deve ser feita sem interferência de terceiros. As autoridades que chegaram próximo à unidade prisional, tiveram suas argumentações e propostas intermediadas pelos policiais, tudo conforme a doutrina que orienta para que não envolva pessoas não policiais no processo de negociação, tendo o Comandante da Cena de Ação o controle total no evento.

No ano de 2001, ocorreu apenas um evento crítico, conforme documentos encontrados junto à PMMT, tratou-se de uma rebelião dos reeducandos com dois agentes carcerários na condição de refêns dos amotinados. Houve imediata reação dos policiais Militares que se encontravam de serviço em conter a fuga dos presos

pelo portão principal. A PM efetuou disparos de arma de fogo em direção ao local por onde os presos tentavam fugir, que levou no recuo dos reeducandos para a grade interna.

De acordo com a doutrina, depois de tomadas as primeiras medidas por aqueles que desenvolvem suas atividades na unidade prisional, o fato deve ser comunicado aos escalões superiores, para que estes acionem reforços (PICKLER, 2003)¹⁹. Importante destacar que esta crise foi de 2º grau de risco, uma vez que os perpetradores estavam armados e com refêns. Neste contexto, o objetivo principal da negociação consiste em que a situação crítica seja resolvida com a libertação dos refêns e a prisão dos causadores do evento, sem que haja perdas de vidas humanas. Isso significa dizer que preservar a vida humana é mais importante que tempo, dinheiro e patrimônio. Para conter a saída, foi efetuado disparo de arma de fogo; primeira situação mais imediata contornada com êxito pela PMMT. Em seguida, acionado o Escalão Superior, este providenciou apoio externo, que realizaram o cerco impedindo fuga em massa. Neste evento, exigiu-se o nível três de resposta, pois segundo Monteiro (2004)²⁰, para cada grau de risco ou ameaça corresponde um nível de resposta do organismo policial e se, a crise exigiu recursos locais especializados e também recursos externos.

Percebe-se ainda que existe um plano de chamada de acionamento de policiais capacitados para atuarem em ocorrências de conflitos de alta complexidade, conforme apregoa a doutrina.

Outros procedimentos realizados, como de praxe: reforços nas torres; composição da brava equipe de negociação para fazer o primeiro contato com os líderes do movimento; após exaustivas tentativas, as negociações foram suspensas às 19:00, sendo retomadas por volta das 09:00 horas do dia seguinte; maior reforço policial, face a evolução da crise, sem negociação; a Guarda do Quartel fora apedrejada pelos reeducando, porém não atingindo nenhum policial, sendo apenas as negociações, mais uma vez suspensas, permanecendo a contenção e o isolamento

¹⁹ PICKLER, op cit.

²⁰ MONTEIRO, Roberto das Chagas. **Manual de Gerenciamento de Crises**. 7.ed. Brasília: [S.ed.], 2004.

do local; em 31 de outubro de 2001, reiniciam-se as negociações e reforçado policiamento nas áreas externas por razão de suspeita de túneis; às 12:00 horas os refêns foram liberados, levando dessa forma, o término da rebelião. Imediatamente após o fim da rebelião, a PM em ação conjunta com os agentes carcerários, realizaram revistas na Unidade Prisional, encontrando materiais que seriam utilizados para fuga como cordas artesanais.

Este evento foi uma situação bastante complexa para a PMMT, mas esta se encontrava perfeitamente preparada para o fiel cumprimento do dever legal e soube, com muita técnica conduzir os trabalhos de forma aceitável, não sendo, apesar das longas horas do evento crítico, empregado o uso de armas de fogo, apenas reforçaram o número de policiais para, em havendo tentativa de fuga em massa, esta fosse frustrada pelo efetivo da PMMT.

Foi mais uma eficiente ação de gerenciamento de crise realizada pela PMMT, de acordo com o que ensina a doutrina. A solução pacífica em ocorrências policiais, com negociação e outras providências técnicas e táticas do gerenciamento de crise é a melhor opção tática da Polícia Militar, pois respeita os princípios fundamentais dos direitos humanos.

Uma rebelião datada de 25 de setembro de 2002, iniciada no café da manhã, porém teve o seu desfecho ainda às 10:00h da manhã desse mesmo dia. Tratava-se de uma tentativa de fuga em massa, pela frente da unidade prisional com os agentes prisionais de escudo. Nesta tentativa de fuga em massa, como os detentos estavam portando armas de fogo e efetuaram vários disparos contra a guarnição que estava saindo de serviço, fez-se necessário o revide por parte da PMMT que efetuou alguns disparos para inibir os reeducandos de fugirem e/ou efetuarem mais disparos, o que poderia acabar em tragédia.

Foi prestado socorro aos feridos, e o incêndio apagado. Após procedeu-se a uma rigorosa revista, sendo apreendidos vários artefatos artesanais.

É correto afirmar que a PMMT encontra-se em um bom nível do emprego da doutrina de gerenciamento de crise nos estabelecimentos penais, e como tal não houveram crises que foram solucionadas de maneiras inadequadas ou inaceitáveis.

Isto porque, não é o gerenciamento de crises uma ciência exata, pois cada crise apresenta características únicas, exigindo, portanto, soluções individualizadas, que demandam uma cuidadosa análise e reflexão, motivo pelo qual necessita de treinamento de diversas habilidades táticas e até cuidados psicológicos.

De acordo com as doutrinas consultadas e após análise documental, pode-se afirmar que o gerenciamento de crises é a melhor opção para uma atuação em local de evento crítico pela grande oportunidade de resolver o problema com uma solução pacífica, e ainda que não tenha um desfecho dessa forma, a ação tática terá um suporte para empregar os conhecimentos técnicos para resolução tática da melhor maneira possível. Inúmeros os pontos positivos apresentados, dentre os quais merecem ser destacados: a rendição do perpetrador, fechamento sem vítimas, solução pacífica, domínio do negociador, suporte dos policiais, resposta imediata, alcançando, portanto, uma solução aceitável.

Através da pesquisa documental fora confirmada a hipótese de que a PMMT age de acordo com a doutrina de gerenciamento de crise, razão pela qual vem obtendo excelentes resultados em situações com reféns no CRC. Infelizmente não foram encontrados documentos que relatassem minuciosamente as ações e atos dos atores dos Gerenciamentos das Crises para uma análise mais pormenorizada, que evidenciasse o emprego dos procedimentos específicos do Comandante da Cena de Ação, dos negociadores e até as linhas de ações propostas pelo comandante do Grupo Tático, inclusive o tratamento dispensado à imprensa local. No entanto, pela análise dos relatórios da PMMT, esta Instituição esteve de parabéns no que diz respeito ao gerenciamento de crises, pois conseguiu utilizar na prática, todo o conhecimento teórico e o treinamento tático recebido.

De modo que se pode apontar as seguintes sugestões:

- É importante apresentar ao setor de planejamento estratégico para que se procedam treinamentos práticos, simulando situações reais esporadicamente, e buscar melhor desempenho em caso real de eclosão de crise;
- Estabelecer a padronização de produção de fichas e demais documentos que registrem a ação policial pormenorizada para estudos futuros.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Constituição. **Constituição a República Federativa do Brasil**. 2.ed Brasília: Horizonte, s.d, 1988.

_____. **Código de Processo Penal**. 38. ed.São Paulo: Saraiva, 1998

_____. **Código Penal**. 36. ed.São Paulo: Saraiva, 1998

_____. **Decreto N° 5.378, DE 23 de Fevereiro DE 2005**.

BITENCOURT, César Roberto. **Falências da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993.

BROCKA, Bruce & BROCKA, Suzane M. **gerenciamento da qualidade**. São Paulo: Makron Books, 1994. p. 427.

CABRAL, Paulo César Souza. **O Sistema de Defesa Social; Aprendendo a Gerenciar Crises**. S. ed. 1996.

FARIA JUNIOR, João. **Manual de Criminologia**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 1996, p. 46.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FONSECA, Carlos J. Carvalho, LOURENÇO, Jorge Tadeu V. e ALLEN, José D.Trinta. **TAO - Terminologia do Aprimoramento Organizacional**. Rio de Janeiro. Qualitymark s.d. 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir - Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 14. ed. Porto Alegre: 2006.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1995

KASCZESZEN JUNIOR, Antonio, et al. **Padronização de procedimentos policiais: Sistematização do Manejo de Crises com Tomada de Refém**. Monografia (Curso de Especialização Superior de Polícia Militar), Universidade Federal do Paraná. 2000. p.3.

MATO GROSSO, Constituição. **Constituição do Estado de Mato Grosso**. 2ª ed, 1989.

_____. **Decreto nº 210**, de 29 de Março do ano de 1967.

_____. Polícia Militar. Diretriz de Instrução nº 003/PM-3/96. **Emprego da PMMT em ocorrências especiais ou com refêns**. 1996.

_____. Polícia Militar. **Diretriz Operacional nº 030/PM-3/96**

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTEIRO, Ubaldo, **A polícia de Mato Grosso**. Cuiabá: IOMAT, 1985.

MONTEIRO, Roberto das Chagas. **Manual de gerenciamento de crises**. Apostila, 2000.

_____. **Manual de Gerenciamento de Crises**. 7.ed. Brasília: [S.ed.], 2004. P.9.

PIKLER, Hilton Hubert. **O Gerenciamento de crise no sistema penitenciário: Gestão em rebeliões**. Curitiba: UFPR, 2003. Monografia (Curso de Pós Graduação Latu Sensu em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional), Universidade Federal do Paraná. 2003

PMMT - CPGDA. **Anexo 02 do Plano de Segurança do Comando de Policiamento de Guarda do Comando Regional I - Cuiabá**. Cuiabá-MT: Julho de 2005.

PONTES, Walter Wiltemburg. **Curso de Capacitação de Negociadores em Gerenciamento de Crises com Refêns**. Cuiabá. S.ed. 2005

RAMALHO, Alexandre Ofranti, da SILVA, Dejanir Braz Pereira, FREIRE, Paulo Henrique Batista. **Ocorrências com Refêns - Fundamentos e Práticas no Brasil**. S.ed. Governo do Estado do Espírito Santo - Polícia Militar, 2ª ed, 2003. p.52-53.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822 - 1940**. São Paulo: Annablume/Fapesp. 1999. p. 47-48.

SARAIVA, Larry de Almeida. Capitão da Polícia Militar Do Estado de São Paulo. Debate disponível em : <http://www.via6.com/topico.php?tid=111712>

SOARES, Orlando. **Comentários à Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p.304.

THOMÉ, Ricardo Lemos. **A solução policial e gerenciada das situações Críticas**. Florianópolis: S.ed, 1998.

_____. **O gerenciamento das situações policiais críticas.** Curitiba: Gênese, 2001.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

UNESCO. WASELFISZ, Julio Jacobo (org). **Mapa da Violência II: Os Jovens do Brasil: Juventude, Violência e Cidadania.** Brasília; Edições Futuras, UNESCO, 2000.

VIANA, Gilney. João Orlando Flores. **Mapa da Violência de Cuiabá.** Cuiabá: Editado pelo Gabinete Dep. Est. Gilney Viana PT/MT, 2000.

EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DO GRUPO ESPECIAL DE SEGURANÇA DE FRONTEIRA (GEFRON), NO PERÍODO DE 2003 A 2007

Deniz Silva Valle¹

RESUMO

O presente artigo tem como escopo diligenciar os critérios da eficácia, eficiência e efetividade do Grupo Especial de Segurança na Fronteira (GEFRON), buscando diagnosticar os resultados por ele alcançados, na região Oeste do Estado de Mato Grosso. A fronteira Brasil/Bolívia é destaque internacional, pois é alvo de tráfico entorpecentes para o Brasil e o mundo. Foram analisados os dados disponíveis na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso, e aplicados questionários para mensurar os resultados. Concluiu-se que ainda não há indicadores que permitam mensurar tecnicamente os trabalhos do Grupo Especial de Segurança na Fronteira.

Palavras-chave: *Segurança Pública – Fronteira – Atuação – Efetividade.*

ABSTRACT

The present article had as at scope do one's best the criteria from effectiveness, efficiency and effectivity of the bunch Special of Safety on Frontier (GEFRON), picking diagnose the outcomes for its work, West Mato Grosso State region. The frontier Brazil / Bolivia is eminence international, as is clear of traffic numbing through Brazil and the world. Have been analyzed the dice on-line by of Mato Grosso Justice and Public Security Secretary ,applied questionnaires about to monthly the outcomes. Completes - if what we have not yet ago indicators about to monthly the works, technically that allow the effectivity of the bunch Special of Safety on Frontier.

Key words: *Public Security – Border – Action – Effectivity.*

¹ Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso, especialista em Gestão em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/MT).

INTRODUÇÃO

O desempenho dos organismos públicos sempre suscitou uma atenção especial por parte dos gestores públicos, na efetividade dos seus resultados. No entanto, temos percebido que esses administradores têm utilizado várias denominações para justificar a eficiência, eficácia e efetividade dos métodos e critérios de observação válidos.

Dentro dessa ótica, questiona-se a atuação do Grupo Especial de Segurança de Fronteira - GEFRON, sob os padrões válidos no universo de sua atividade. Esse grupo foi concebido pela necessidade veemente de se combater o tráfico de entorpecentes e crimes fronteiriços nos limites territoriais.

Observa-se que, no período de 2003 a 2007, o GEFRON recebeu investimentos para sua criação e implantação. Esses recursos são originários da esfera Federal e Estadual. Assim, o GEFRON passou a ter uma dotação orçamentária própria, constituída dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Depois da criação do Grupo Especial de Segurança de Fronteira, verificou-se que ele carecia de instrumentos para mensurar a sua efetividade, possibilitando a correlação dos resultados obtidos.

Assim é útil realizar uma abordagem relativa aos indicadores que demonstrem a eficácia, eficiência e a efetividade por meio das pesquisas científicas e de campo. Pois com isso, se objetiva inicialmente diagnosticar os resultados apresentados pelo GEFRON para a contextualização perante o conceito da eficácia, eficiência e efetividade, no intuito de vislumbrar ferramentas adequadas para mensurar seu desempenho.

1 REFERENCIAL TEORICO

Reportando-nos aos autores mais importantes da administração pública e privada, selecionamos conceitos que embasaram a análise dos dados. Assim temos:

1.1 EFICIÊNCIA

Segundo Stoner (1999)² eficiência é a capacidade de minimizar o uso de recursos para alcançar os objetivos da organização. Já para Drucker (*apud* STONER, 1999) eficiência é “fazer as coisas certas”.

Uma abordagem da eficiência como uma medida de desempenho é feita por Chiavenato (2000)³ quando diz que,

[...] eficiência é uma relação técnica entre entradas e saídas, [...] é uma relação entre custos e benefícios, ou seja, uma relação entre os recursos aplicados e o resultado final obtido: é a razão entre o esforço e o resultado, entre a despesa e a receita, entre o custo e o benefício resultante.

Dessa forma, o nível de eficiência da administração é avaliado da forma como as ações e os processos são executados e, principalmente, analisados ao se chegar ao resultado ou à produtividade esperada, se houve ou não desperdícios de tempo, de recursos ou ainda, se houve re-trabalhos, ou a necessidade de aumentar ainda mais o processo de produção ou de ações, para conseguir atingir o objetivo esperado.

1.2 EFICÁCIA

Segundo Stoner (1999)⁴ eficácia é a capacidade de determinar objetivos apropriados.

Eficácia, definida pelo dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, é “qualidade daquilo que é eficaz” (MICHAELIS, 2000), isso significa, eficaz é “que produz o efeito desejado”.⁵

² STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999. p.136.

³ CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.p.136.

⁴ STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.p.136.

⁵ MICHAELIS. **Pequeno dicionário de língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. p. 452

Assim sendo, a eficácia pode ser medida pelos resultados alcançados pela organização frente ao que foi planejado.

1.3 EFETIVIDADE

A efetividade, segundo o dicionário Michaelis, significa “qualidade do que atinge os seus objetivos estratégicos, institucionais, de formação de imagem etc”⁶

Pode-se afirmar que a efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos; a eficiência indica a competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços; e a eficácia, por sua vez, remete à capacidade de alcançar as metas definidas para uma ação ou experimento.

A efetividade está muito atrelada ao conceito de efetivar, de tornar real, pois ela mede a capacidade de produzir as respostas ou soluções para os problemas politicamente identificados e, geralmente, refere-se aos problemas e às questões mais amplas, com possibilidade de gerar resultados concretos para a coletividade, ou que realizem a transformação da realidade através de metas pré-estabelecidas.

2 METODOLOGIA E ANÁLISE DE PESQUISA

A metodologia adotada buscou abranger conceituações técnicas, consultadas em obras científicas, bem como nas informações adquiridas pelas pesquisas realizadas, com o público interno do Grupo Especial de Segurança na Fronteira - GEFRON e a população residente no local.

2.1 QUANTO AO MÉTODO DE ABORDAGEM

A pesquisa foi realizada pelo método hipotético-dedutivo, tendo partido de um problema, de uma hipótese formulada, com a busca do conhecimento e de informações que pudessem ser processadas dentro de acepção dedutiva.

⁶ MICHAELIS, op. cit.

3 A SEGURANÇA PÚBLICA NA FAIXA DE FRONTEIRA

A zona de fronteira, ou as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, encerra a indispensabilidade de proteção dos limites que demarcam o território nacional, isto é, consiste numa área de operação onde o Estado, através de suas Forças Armadas, possa desempenhar a função de proteger os marcos territoriais contra possíveis ameaças externas. Essa situação pode-se manifestar na tentativa de invasão do território nacional, bem como na prática de ilícitos criminais como contrabando, narcotráfico, terrorismo, etc.

A área de fronteira é sensível a inúmeros delitos, o que indica merecer uma atenção especial dos governos, da seara federal, estadual e dos governos municipais que compõem aquela faixa, para a integração de políticas convergentes para reduzir a impunidade nesses locais.

Importante salientar também, que as unidades de conservação em faixa de fronteira são indispensáveis à segurança nacional. Portanto, é fundamental que tenhamos nossas fronteiras resguardadas, e a atuação das Forças Armadas, da Polícia Federal e da Polícia Militar e Civil Estadual, pois essa área é essencial para a segurança e defesa de nosso território.

Outro fator preponderante é que essas regiões são bem problemáticas, no que tange a segurança pública, pois além das dificuldades geográficas, o país conta com o contingente muito pequeno para fazer todo o policiamento e segurança das regiões fronteiriças.

A preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do país, de forma, que se tenha também o acompanhamento de uma política pública sistemática que atenda às especificidades regionais, com capacidade para combater os atos ilícitos, e, principalmente; ao crime organizado de tráfico de entorpecentes, contrabando e outros.

3.1 DELIMITAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA

O § 2.º do art. 20, da Constituição Federal, define a faixa de fronteira de seguinte forma: “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”⁷

No entanto, essa faixa de fronteira mencionada na CF/88, se limita expressa e exclusivamente à ocupação e utilização das áreas situadas na faixa de fronteira, cuja segurança, conforme alguns entendimentos⁸, cabe aos respectivos Poderes Executivos Estaduais o exercício desse patrulhamento, mediante o emprego das instituições policiais que lhes são inerentes.

A região de fronteira, além de envolver questões ligadas à segurança nacional, conforme menciona a Lei n. 6.634/79, também envolve um elenco de outras questões voltadas à integração e desenvolvimento social das populações residentes nos municípios identificados dentro desta área.

Segundo dados do Ministério da Integração Nacional, a região da faixa de fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira (Lei 6.634/79, regulamentada pelo Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980), que abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes.⁹

O Brasil faz limite com os seguintes países:

- a) Argentina;
- b) Bolívia;
- c) Colômbia;
- d) Guiana Francesa;

⁷ BRASIL. Lei n. 6.634, de 02 de maio de 1979. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm> , acesso em 20 mai 2008.

⁸ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer da comissão de segurança e combate ao crime organizado sobre o Projeto de Lei n. 3.084 de 2004.** Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/427709.pdf>>, acesso em 01 mai. 2008.

⁹ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.** Disponível em <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/abrangencia.asp?area=spr_frenteira>, acesso em 08 mai. 2008.

- e) Paraguai;
- f) Peru;
- g) Uruguai;
- h) Venezuela;
- i) Suriname;
- j) Guiana.

Segundo Steiman (2002), são poucos os países na América do Sul que reconhecem a faixa ou zona de fronteira como uma unidade espacial distinta e sujeita a legislação específica; contudo, apenas três países estabelecem em suas constituições uma largura para a faixa: Bolívia, Brasil e Peru.¹⁰

E isso acaba por reforçar a necessidade do país em tomar as cautelas necessárias para a proteção de seu território, de forma a permitir a garantia de sua soberania.

3.2 FRONTEIRA OESTE DE MATO GROSSO

A ocasião é peculiar para trazer à baila estudos outrora realizados sobre a Fronteira de Mato Grosso, na região Oeste.

Nesses estudos, Siqueira e Mourett (2005)¹¹ demonstram que:

O Estado de Mato Grosso constitui (sic) de uma faixa de fronteira na extensão territorial de 750 Km de área seca e 233 Km fluviais com soma de 983 Km, totalizando 178.143 Km². Nesta faixa estão 27 municípios mato-grossense, com um contingente populacional na ordem de 413.800 habitantes, cuja base econômica é a produção agropecuária,

A faixa de fronteira em Mato Grosso nos últimos dois anos tem experimentado uma nova realidade com a presença contínua do poder estatal operando na região

Segundo dados do Ministério da Integração Nacional, há 28 municípios do Estado de Mato Grosso, que fazem parte da faixa de fronteira.:

¹⁰ STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002.

¹¹ OLIVEIRA, Heverton Mourett. SIQUEIRA JUNIOR, Airton Benedito **Radio-atrulhamento aéreo: ampliação segurança e vetor de desenvolvimento na faixa de fronteira mato-grossense**, Porto Velho: UNIR/CAO. Monografia de pós-graduação, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2005, p. 12.

Nessa região a atividade principal é a pecuária, com vocação para a agricultura. Há também grandes explorações de minério e metais preciosos, e ainda, temos que:

A cidade de Pontes e Lacerda concentra a maior parte das indústrias de transformação, desde pequenas fábricas de laticínios, desdobramento de madeira até pequenas confecções. Nos outros municípios, frigoríficos e pequenas fábricas de couro e calçados parecem delinear uma cadeia produtiva vinculada à criação de gado. Barra do Bugres tem uma pequena extração de caulim, sendo os principais compradores os produtores de soja da Chapada dos Parecis.¹²

No âmbito da economia regional, o principal problema é o baixo nível de investimento nas atividades agropecuárias, que se reflete em baixo valor da produção, e a baixa diversificação produtiva. A precariedade dos serviços, a produção e a baixa densidade técnico-tecnológica são consistentes com o problema identificado.

No que tange a segurança pública dessa região, segundo dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, trata-se de uma região extremamente complicada e com altos índices de criminalidade, inclusive quando se trata do crime organizado de fronteira.

4 O GEFRON

O Grupo Especial de Segurança de Fronteira foi criado no Estado de Mato Grosso no dia de 13 de Março de 2002, por meio do Decreto Estadual nº 3.994, como uma Força Integrada pelos órgãos da Segurança Pública em geral.

Vale ressaltar que o GEFRON foi criado em função da vulnerabilidade da Fronteira do Oeste Mato-grossense, fator preponderante nas estatísticas criminais de Mato Grosso e de vários outros Estados da Federação. Desse fato, nasceu a necessidade de uma intervenção imediata, capaz de reduzir, as atividades ilegais desenvolvidas naquela região.

¹² BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 90.

A criação do GEFRON foi pautada na missão precípua de combater o tráfico de drogas, embora esse delito, na área de fronteira nacional, seja uma incumbência da União. Essa ação foi repassada para o Estado de Mato Grosso a fim de inibir a proliferação criminal cada vez mais acirrada nesses locais, com a fiscalização através do Grupo Especial de Segurança de Fronteira – GEFRON.

4.1 AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GEFRON NOS ÚLTIMOS ANOS

Para se verificar a eficiência, eficácia e efetividade do GEFRON no desenvolvimento de suas ações buscaram-se, em alguns relatórios anuais da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), os resultados das ações desenvolvidas pelo GEFRON, como por exemplo, o relatório anual de 2006.

Pelos dados evidencia-se que o posto de fronteira, onde há mais registros de ocorrências é o de Corixa, seguido pela Base e Avião Caído. Com isso, podemos perceber que nesses postos o GEFRON atua com mais intensidade, até mesmo porque são os acessos viários mais utilizados.

Quanto à natureza, segundo os registros, as maiores ocorrências se referem ao tráfico de entorpecentes, seguido pelo descaminho, averiguação, roubo e apropriação indébita.

Também ficou evidente, pela análise dos dados, que se encontram disponíveis no site da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, as ocorrências de tráfico de drogas tiveram um aumento no ano de 2006, sendo que as de detido para averiguação foram maiores no ano de 2005. Então, pode-se afirmar que o ponto focal do GEFRON na fronteira é o tráfico de entorpecentes, que apresenta um número maior de ocorrências sendo que também são usadas pessoas para transportar as drogas em seus corpos.

No ano de 2005 houve maior número de apreensões de armamento do que em 2006

Segundo o relatório de boletins de ocorrências¹³ desenvolvidas no ano de 2007, destacam-se algumas das ações do GEFRON:

Janeiro de 2007: Policiais do Grupo Especial de Fronteira do Estado (GEFRON) apreenderam, nesta segunda-feira (29.01), um veículo e uma motocicleta, ambos adulterados. Numa operação semelhante realizada no último dia 22, o GEFRON já havia apreendido uma carreta, da marca Mercedes Benz. Durante a vistoria foram encontrados mais de 31 mil reais e ainda 400 dólares em dinheiro. Os motoristas e os veículos nas duas operações foram encaminhados à Delegacia de Polícia Judiciária Civil de Roubos e Furtos de Veículos de Cáceres para as devidas providências. As duas apreensões ocorreram em Corixa, no município de Cáceres.

Dezembro de 2007: Policiais do Grupo Especial de Fronteira do Estado (GEFRON) apreenderam cerca de 15 quilos de drogas em duas operações em Cáceres. Em uma delas, ocorrida na última semana, foram apreendidos cinco quilos de entorpecente e uma arma em um táxi com três passageiros, que vinha de San Matias, na Bolívia. A apreensão ocorreu próxima à comunidade de Corixa, na fronteira entre Cáceres e a Bolívia. Os suspeitos foram encaminhados ao posto da Polícia Rodoviária de Cáceres (PRF).

Aqui se destacaram apenas duas das diversas ocorrências e apreensões realizadas pelo GEFRON durante o ano de 2007.

Ainda de acordo com os relatórios da SEJUSP no ano de 2006, o Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) realizou um trabalho intenso, atuando principalmente no combate ao tráfico de entorpecentes que representou 34% do total de ocorrências. E em segundo as prisões por mandados e posteriormente a apreensão de produtos contrabandeados. Ao todo foram 208 ocorrências registradas durante o ano, fora as registradas nos anos anteriores, conforme se pode verificar nos arquivos disponíveis do GEFRON.

Segundo o ex-Secretário de Justiça e Segurança Pública, Carlos Brito¹⁴, o Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) tem tido um papel fundamental na redução da criminalidade no Estado. Ao fechar as fronteiras para o contrabando, tráfico de drogas, e para o acesso de carros roubados, o trabalho do Grupo tem tido reflexo não só na região de fronteira, mas em todo o Mato Grosso.

¹³ MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). **Relatório de Boletins de Ocorrências**. Disponível em <<http://www.seguranca.mt.gov.br/GEFRON.php?IDCategoria=465>> Acesso em 17 mai. 2008.

¹⁴ MIDIA NEWS. **Governo do Estado reforça Grupo Especial de Fronteira**. Notícia de 26 de março de 2007, seção Dia-a-Dia. Disponível em < <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?id=3&cid=108435&parent=3>>, acesso em 05 mai. 2008.

Assim, percebemos que o GEFRON vem realizando um trabalho contínuo de montar barreiras policiais em vários pontos de entroncamento entre rodovias, que fazem ligações entre cidades vizinhas que compõem a região de fronteira.

Para se conhecer o nível de eficiência e eficácia do grupo, foi necessária a aplicação de um questionário composto por 10 (dez) questões, e obteve-se um total de 24 questionários respondidos.

O primeiro questionamento foi quanto ao tempo que o profissional está integrado a equipe do GEFRON. Sendo assim, verificou-se que 49% está há mais de dois anos e menos de três anos.

O segundo questionamento verificou qual motivo incentivou os policiais a trabalhar no GEFRON. Dessa forma, 70% disseram que a credibilidade no projeto e a busca por realização profissional; 17% disseram que a possibilidade de melhoria salarial (pagamentos de diárias e/ou recompensas); 13% disseram que a proximidade do local de trabalho com o local de sua residência.

No terceiro questionamento procurou-se saber qual o nível de relacionamento estabelecido entre os policiais do GEFRON com os profissionais das demais instituições. Nota-se que 67% disseram que buscam manter um relacionamento profissional e de amizade, enquanto 33% procuram manter apenas o profissional.

A quinta questão refere-se ao planejamento das atividades, e 59% dos respondentes disseram que as ações são planejadas, avaliadas e medidas; 33% disseram que são planejadas e 8% sem planejamento.

Na sexta questão foi verificada a carga horária, e 50% dos entrevistados disseram que é cansativa, 42% responderam que é exagerada e 8% disseram que é apenas exequível.

Na sétima questão, verificamos se há dificuldades em aceitar a ordem dos gerentes de outra instituição. Nessa questão 87% dos entrevistados disseram que não têm dificuldades em aceitar ordens de gerentes as outras instituições, enquanto 13% disseram que sim, encontram dificuldades, mas sem especificar quais.

Para a oitava questão, procuramos identificar como é a avaliação quanto aos resultados das atividades do GEFRON. Dessa forma, verificamos que 75% dos

respondentes afirmaram que melhorou muito a segurança na fronteira, enquanto 25% acreditam que melhorou apenas um pouco. Portanto, pode-se dizer que pela concepção dos respondentes as atividades do GEFRON têm sido eficientes.

Para a nona questão, procuramos identificar a relação de integração com a Polícia Federal. Sendo assim, 46% acreditam que a integração não se efetivou, pois continuam exercendo as mesmas atividades; 29% já acham que houve alguma espécie de integração, por desenvolverem atividades tanto da polícia civil como militar; 21% acreditam que a integração foi completa, por não verem divisões de tarefas, contribuindo tanto com a prevenção como apuração do crime e 4% não responderam.

Na décima e última questão do Questionário I, procuramos identificar a avaliação sobre os métodos de trabalho do GEFRON.

Pudemos perceber que 41% dos respondentes disseram que é um método que usa os mesmos princípios do policiamento tradicional, ou seja, a polícia militar faz o serviço preventivo e de repressão imediata e a polícia judiciária civil faz o serviço de investigação e formatação de autos de prisão em flagrante e de inquéritos policiais; para 29% é inovador, já que a polícia militar e a polícia judiciária civil fazem conjuntamente o ciclo completo de polícia; 13% responderam que embora seja um serviço inovador, somente a polícia judiciária civil faz o serviço investigatório e de lavratura de autos de flagrante, delitos e inquéritos policiais; 13% não responderam e para 4% é um serviço inovador já que tanto a polícia militar quanto a polícia judiciária civil fazem o individualmente o ciclo completo de polícia.

Pelas análises dos que responderam ao questionário, nota-se que os policiais do GEFRON estão com bastante experiência, visto que mais de 50% estão com mais de 02 (dois) anos no grupo, além de que 70% acreditam no projeto do GEFRON e no que fazem, pois 75% avaliam que melhorou muito a segurança na fronteira. Mas, por outro lado, 92% acham a carga horária cansativa a exagerada, fator que deve ser observado, visando a própria saúde física e mental do policial. Outro fator importante é que maioria não tem dificuldades em aceitar ordem de gerentes que não sejam da instituição à qual pertencem, cabendo frisar que hoje o GEFRON, tem somente Policiais Militares em seu quadro. Como podemos também observar os

profissionais mesmo sendo de instituições diferentes, trabalhando com policiais civis, buscam construir um clima organizacional harmonioso e equilibrado, tendo o respeito como premissa das relações interpessoais existentes entre eles. Falta melhorar a forma de integração com a Polícia Federal, pois a maioria acha que não houve integração com ela.

Mas é importante frisar que os resultados obtidos com a implantação do GEFRON, numa perspectiva de promover intensa e efetiva ação do poder público, na região fronteiriça, estão satisfatórios, mas, hoje, necessitam de investimentos adequados e em caráter de urgência, como a importância do fortalecimento do grupo (renovação da frota, investimentos em Inteligência, valorização profissional e novas tecnologias), pois os reflexos imediatos da ação na redução da criminalidade são sentidos na Capital e na faixa de fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente artigo buscamos a mensuração das informações obtidas, sob o prisma da eficiência, eficácia e efetividade do GEFRON, de forma a diagnosticar a importância, as ações e o resultado de suas atividades, diante do cenário real no qual se encontra inserido no Estado de Mato Grosso.

A partir das observações e da busca de indicadores, preliminarmente pudemos constatar que os indicadores existentes não contemplam as necessidades para uma análise consistente, ou seja, não há indicadores satisfatórios capazes de mensurar o trabalho realizado pelo grupo desde a sua implementação, ficando em sua totalidade balizados em ocorrências registradas nas delegacias e outros órgãos.

Mesmo assim, após o exame cuidadoso, sobre a busca dos dados para a mensuração de informações, obtidas através dos relatórios da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, na administração do grupo, bem como as outras informações adquiridas pelos questionários, aplicados junto aos policiais do GEFRON e à população da região de fronteira, pudemos diagnosticar a importância do Grupo, no contexto social.

Observa-se que a escala de serviço é feita sempre com policiais diferentes, de forma que, dificilmente se repetirá uma guarnição em que todos os componentes tenham trabalhado juntos mais de uma vez. E que este cuidado é para se evitar a criação de grupos com lideranças paralelas, o que poderia gerar a possibilidade de corrupção, Assim se tem buscado o equilíbrio das guarnições com base na diversidade, pois desta forma, acredita-se que cada policial acaba fiscalizando o seu companheiro não o deixando se levar pela corrupção.

No que tange aos dados obtidos junto ao GEFRON, observamos que o efetivo, na sua maioria acredita no que faz, buscando prosperar entre seus membros a amizade, levando a uma convivência harmônica e aceitável, denotando que os policiais procuram imbuir-se de sua missão, mas de encontro a isso, identificamos problemas quanto à carga horária de trabalho, situação que pode refletir negativamente no futuro, sob o ponto de vista da eficiência, eficácia e efetividade.

Com fundamento em todos esses dados, sob o prisma em relação à eficácia e a eficiência o GEFRON tem produzido bons resultados e agido corretamente, pois muitas apreensões foram realizadas e até a sensação de segurança foram aumentadas substancialmente neste período, como também a valorização das propriedades na região e a auto-estima da população, que podem ser observados na pesquisa de campo feito junto ao efetivo do grupo. Já quanto à efetividade das suas ações, sendo que ela está atrelada ao conceito de efetivar, de tornar real, medindo a capacidade de produzir as respostas ou soluções para os problemas politicamente identificados, referindo-se aos problemas e às questões mais amplas, com possibilidade de gerar resultados concretos para a coletividade, através de metas pré-estabelecidas, para contemplar todas as necessidades do efetivo do grupo e da sociedade .

De modo a aferir o serviço com maior eficácia, eficiência e efetividade sugerimos que as guarnições de serviços cataloguem em planilha simples, durante o serviço, todas as abordagens feitas em veículos e pessoas, as investigações, blitz e outras operações feitas mesmo de forma preventiva, para que possam alimentar um banco de dados e para mensurar o serviço realizado no que tange também à prevenção que sabemos ser um fator importantíssimo, pois, inibe práticas delitivas. Que o GEFRON, busque mecanismos de maior integração como simpósios,

palestras etc., com a população, para melhorias nas relações interpessoais entre o próprio grupo e também com a população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira:** bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. **Eficiência administrativa.** Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar, n. 220, abr./jul. 2000.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). **GEFRON - Relatório Anual 2006.** Disponível em <<http://www.seguranca.mt.gov.br/GEFRON.php?IDCategoria=826>> Acesso em 25 de junho de 2008.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). **Relatório de Boletins de Ocorrências.** Disponível em <<http://www.seguranca.mt.gov.br/GEFRON.php?IDCategoria=465>> Acesso em 17 mai. 2008.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Missão do GEFRON.** Disponível em <<http://www.seguranca.mt.gov.br/GEFRON.php?IDCategoria=88>>, acesso em: 20 mai 2008.

MICHAELIS. **Pequeno dicionário de língua portuguesa.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MIDIA NEWS. **GEFRON reforça trabalho na fronteira com a Bolívia.** Caderno Dia a Dia, de 22 fev. 2007. Disponível em <<http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=3&cid=109569&parent=3>> Acesso em 26 jun. 2008.

MIDIA NEWS. **Governo do Estado reforça Grupo Especial de Fronteira.** Notícia de 26 de março de 2007, seção Dia-a-Dia. Disponível em <<http://www.midianews.com.br/conteudo.php?id=3&cid=108435&parent=3>>, acesso em 05 mai. 2008.

OLIVEIRA, Heverton Mourett. SIQUEIRA JUNIOR, Airton Benedito **Radio-atrulhamento aéreo: ampliação segurança e vetor de desenvolvimento na faixa de fronteira mato-grossense**, Porto Velho: UNIR/CAO. Monografia de pós-graduação, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

A ATUAÇÃO DO GEFRON NA FISCALIZAÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS NA FRONTEIRA MATO GROSSO/BOLÍVIA

Paulo Hernandes Rodrigues Meneses¹

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a eficácia das ações policiais do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) no combate ao tráfico de drogas na faixa de fronteira Brasil - Bolívia e ainda verificar se a atuação do policiamento na área de fronteira Brasil - Bolívia, visando o combate ao tráfico de substâncias entorpecentes, tem surtido efeito em relação ao que se propõe. A questão principal deste intento é delinear uma resposta à questão da eficácia do GEFRON em relação à qualidade do serviço prestado.

Palavras - Chave: *Tráfico - drogas - policiamento - fronteira.*

ABSTRACT

This survey aims to examine the effectiveness of the actions of the police (GEFRON) in combating drug trafficking in the range of border Bolivia and Brazil also assess whether the performance of policing the border area of Brazil - Bolivia aimed at combating illicit trafficking of narcotic substances is achieving effect in relation to that. The main issue of this attempt is devising an answer to the question of the effectiveness of GEFRON - Special Group on Border the quality of service provided.

Keywords: *Trafficking - drugs - policing - border*

¹ Capitão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Bacharel em Segurança Pública pela APMCV e Especializado em Gestão de Segurança Pública pela UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso. E-mail: phrmeneses@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Há muito tempo, o tráfico de entorpecentes deixou de ser somente um problema local, e passou a ser também um problema internacional, principalmente nas regiões fronteiriças. E isso faz com que o país, os Estados e os Municípios travem uma luta permanente contra o crime organizado, porém as dimensões do território brasileiro acabam por dificultar o trabalho na luta contra as drogas.

Grande parte das substâncias entorpecentes que entram no país, são oriundas ou chegam até o Brasil, através das regiões de fronteira, ou seja, através dos 10 países da América do Sul. E o que complica ainda mais a situação, é que grande parte desta faixa fica distante das capitais e outros grandes centros urbanos, onde os serviços são geralmente melhores.

Manter a presença brasileira nos municípios de fronteira é uma questão estratégica. De um lado, a presença humana e institucional é importante para a proteção do país. Por outro, à medida que desenvolve as regiões mais longínquas, reduz o êxodo de pessoas para as metrópoles.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS

1.1 O TRÁFICO DE DROGAS NO MUNDO

Estudos mostram que em 2006 houve redução de 78 mil hectares de plantação de coca na Colômbia, cerca de metade (163 mil hectares) da área de plantio registrada no ano 2000. No Peru, o cultivo em 2006 aumentou para 51,4 mil hectares. Na Bolívia houve aumento de 8% da área total de cultivo de coca, que chegou a 156,9 mil hectares. Ainda assim, a cifra é 29% menor que no ano 2000, recorde de plantação dos últimos 10 anos. A projeção da produção anual de cocaína na América do Sul entre 1997 a 2000 foi de 800 a 1 mil toneladas.

Assim, os países subdesenvolvidos são utilizados como rotas dessas substâncias entorpecentes, cujo destino é, principalmente, os países europeus. Segundo o Relatório das Nações Unidas, a península Ibérica é a principal porta de entrada das drogas que são distribuídas e consumidas na Europa, segundo relatório das Nações Unidas.

Segundo o estudo, a Espanha concentrava no início do ano passado 41% de toda a cocaína apreendida pelas forças de segurança europeias, atingindo 122 toneladas, 14% a mais que em 2006. No caso de Portugal, o maior destino de drogas na Europa, o volume de cocaína confiscada subiu para 35 toneladas, quase o dobro do ano anterior, o que equivale a 35% de toda a cocaína retida pelas forças de segurança europeias.

Esse mesmo relatório informa ainda, que de todas as substâncias apreendidas procediam da América do Sul, principalmente de Venezuela (31% da carga confiscada), República Dominicana (8%), Equador (6%), Argentina (5%), Brasil (5%) e Colômbia (4%).

No relatório da ONU de 2008, verificou-se que: A Colômbia ainda domina os Questionários do Relatório Anual como principal fonte da cocaína que chega à Europa. Em comparação com os outros produtores da região andina (Peru e Bolívia), a Colômbia foi mencionada como fonte da cocaína em mais da metade dos casos relatados pelos países europeus em 2006. Os países de trânsito mais mencionados nos Questionários na América do Sul em 2006 foram Venezuela, em seguida Equador, México, Brasil, Antilhas Holandesas, Suriname e República Dominicana. Diante dessa situação, os países estão tendo que tomar várias providências para combater e conter o aumento do tráfico de entorpecentes, principalmente o Brasil. E essas providências vão desde a celebração de tratados internacionais, publicação de leis mais rígidas e aumento no policiamento ostensivo, através de forças de integração entre as Polícias Militares, Cíveis, Federais e Exército.

1.2 O TRÁFICO DE DROGAS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

O consumo de drogas aumentou no Brasil que se consolidou como centro de distribuição da cocaína colombiana e boliviana para os principais mercados consumidores.

O crescimento no tráfico de drogas no Brasil se deu através dos cartéis de Cáli e de Medellín, e depois com os comandos das favelas do Rio de Janeiro, como por exemplo, o comando vermelho.

Um dos motivos desse crescimento se deve ao fato que o narcotráfico é uma fonte de lavagem de dinheiro, pois conforme infere Walker (1993, p. 33): “Não só a demanda permanece como os lucros envolvidos são demasiadamente grandes e a produção demasiadamente simples para que se obtenha sucesso no combate ao narcotráfico desta forma”.

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas, da Organização das Nações Unidas, em 2006, traficantes começaram a utilizar cada vez mais a via terrestre para traficar a cocaína que sai da Colômbia e passa pela Venezuela e Equador para chegar aos Estados Unidos e à Europa. Mais da metade da cocaína (54%) foi apreendida na rota terrestre e 44% foram apreendidas em rotas marítimas. Autoridades da Colômbia estimam que 78% podem ser eventualmente traficadas por mar, especialmente em embarcações velozes (65%). Autoridades colombianas também estimam que 55% da cocaína produzida na América do Sul são transportadas pelo corredor México-América Central para a América do Norte, enquanto 35% da cocaína produzida e transportada da costa da Colômbia – mas também da Venezuela, Guianas e Brasil – são traficadas pelo corredor europeu/africano.

Os caminhos que a droga percorre podem usar um só meio de circulação (aéreo, fluvial, terrestre, ferroviário) ou uma combinação deles (transporte intermodal) através dos corredores disponíveis.

Para Machado² (1996, p. 33):

Os corredores são as grandes linhas de circulação que marcam a direção geral de trânsito até a plataforma de exportação ou mercado final de destino. Um corredor, no entanto, comporta inúmeras rotas. A escolha da rota depende de arranjos pretéritos no terreno com forças de segurança e apoio local e da combinação de meios de transporte utilizada.

O grau de conectividade indica alternativas de rota, quando baseadas apenas no desenho das redes de circulação. Como as rotas usam uma combinação de meios de transporte, estão associadas de alguma forma aos principais pontos de conectividade, onde as opções de transporte apresentam grande diversificação, e isso acaba por dificultar o controle e a fiscalização dessas áreas.

² MACHADO, Lia Osório. *O comércio de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

1.3 O PAPEL DO GOVERNO NO COMBATE AO TRÁFICO

O Brasil nas últimas décadas tem aumentado a vigilância e as ações de combate ao tráfico de entorpecentes, principalmente após a Constituição Federal (CF) de 1988, cujo sistema jurídico passou a reclamar uma nova disciplina legislativa, sob o ponto de vista material, a respeito da repressão ao uso e ao tráfico ilícito de drogas.

Desde essa época, o governo brasileiro tem proposto medidas para combater o tráfico de substâncias entorpecentes. Em junho de 1998, o Presidente da República preocupado com esse grave problema, reestruturou o Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD), transformando o antigo Conselho Federal de Entorpecentes em Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e criando a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), para atuar como órgão executivo do Sistema.³

Do mesmo modo, inovações legislativas têm sido propostas nos últimos tempos, na qual podemos citar a Lei n. 11.343/2006, de 23 de agosto de 2006, e conhecida como Lei Antidrogas. Lei na qual estabelecem normas para repressão, produção e tráfico de drogas, bem como apresenta uma situação mais benéfica para o usuário e mais gravosa para o traficante, ou seja, de um lado temos a figura do usuário ou dependente; e do outro se tem a figura do traficante, subdividido em: aquele que trafica ou tenha aparato para o tráfico; a pessoa que simplesmente oferece drogas a terceiros e, por fim, a figura do financiador.

Além disso, desse ordenamento jurídico temos a Política Nacional Antidrogas, elaborada pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) e outros agentes do SISNAD, cujo objetivo é reduzir a demanda e a oferta de drogas, de forma que essa política esteja alinhada à Constituição Federal no que diz respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de um Estado de Direito, bem como aos compromissos internacionais firmados pelo país.

As políticas públicas devem pautar-se por metas claras e definidas a serem alcançadas, por instrumentos de medidas confiáveis para a avaliação desses objetivos

³ BRASIL. Secretaria Nacional Antidrogas. **Conselho Nacional Antidrogas**. Disponível em <<http://www.senad.gov.br>>, acesso em: 03 jun. 2008.

e pelos meios disponíveis para a sua realização, realização esta que deve ocorrer de forma democrática e participativa com toda a sociedade.

2 FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

Foi no final do século XIX, em que houve a primeira definição da faixa fronteira, e isso aconteceu através da Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1890, que reservou uma faixa 10 léguas (66 km), ao longo do limite do Território Nacional, cujas terras devolutas poderiam ser concedidas pela União.

Com a Constituição de 1891, o poder sobre essas terras situadas nos respectivos territórios coube aos Estados, cabendo à União somente a porção indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Na década de 1930, a faixa de fronteira foi sendo sucessivamente ampliada de 66 km para 100 km, e depois para 150 km (Constituições de 1934 e 1937, respectivamente). Em 1955, a Lei nº 2.597 definiu as zonas indispensáveis à defesa nacional, mantendo entre elas a faixa de fronteira de 150 km, como zona de segurança, e ainda, estabeleceu que a União aplicasse anualmente 60% de sua arrecadação na faixa de fronteira, especificamente em viação e obras públicas; ensino, educação e saúde e desenvolvimento da lavoura e da pecuária.

Após esse período, tivemos a publicação da Lei nº. 6.634, de 02 de maio de 1979 e o Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, que considera a faixa de fronteira como área indispensável à Segurança Nacional, bem como foi definido um polígono a partir da linha limítrofe do território nacional, numa largura de 150 km, estabelecendo-se uma série de restrições ao uso da terra e a realização de uma série de atividades na Faixa. Cabe salientar ainda, que essa lei encontra-se em vigor até hoje. Até mesmo porque, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o seguinte:

Art. 20

[...]

§ 2º - A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental

para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.⁴

Dessa forma, o Brasil faz fronteira com 10 países da América do Sul. São mais de 15 mil km de divisa terrestre. Na faixa de 150 quilômetros a partir desta divisa, temos aproximadamente 570 municípios brasileiros. Um fator complicador, no caso brasileiro, é que grande parte desta faixa fica distante das capitais e outros grandes centros urbanos, onde os serviços são geralmente melhores.

Manter a presença brasileira nos municípios de fronteira é uma questão estratégica. De um lado, a presença humana e institucional é importante para a proteção do país. Por outro, à medida que desenvolve as regiões mais longínquas, reduz o êxodo de pessoas para as metrópoles.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil possui 16.886 km de região de fronteira, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Fronteiras do Brasil

Países	Rios e Canais (km)	Lagoas (km)	Geodésicas (km)	Div. de águas	Total	Total de Marcos
Guiana Francesa	427			303	730	07
Suriname				593	593	60
Guiana	698			908	1606	134
Venezuela			90	2109	2199	2456
Colômbia	809		612	223	1644	128
Peru	2003		283	709	2995	86
Bolívia	2609	63	751		3423	426
Paraguai	929			437	1366	901
Argentina	1236			25	1261	260
Uruguai	610	139	57	263	1069	1174
TOTAL GERAL	9.321	202	1.793	5.570	16.886	5.632

Fonte: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/daa/df.htm>>, acesso em 15 mai. 2008.

Segundo o Grupo Retis, do Instituto de Geociências da UFRJ, a zona de fronteira é composta pelas “faixas” territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico

⁴ BRASIL. Lei n. 6.634, de 02 de maio de 1979. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm>, acesso em 20 mai 2008.

próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças.⁵

Na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas. Na qual, segundo o Grupo Retis, trata-se de adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural. Por esses motivos é que as cidades-gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira. Para o Grupo Retis, o Arco Norte abrange a faixa de fronteira dos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. Essas regiões geográficas possuem um predomínio muito grande da população indígena.

O principal entrave ao desenvolvimento das interações fronteiriças no Arco Central é o tráfico de *cannabis* e cocaína, procedentes, respectivamente, do Paraguai e da Bolívia, e o contrabando de madeira em tora e soja na fronteira paraguaia. O que torna a questão mais complicada é que grande parte do tráfico e das zonas produtoras de *cannabis* no Paraguai está na mão de brasileiros, que também controlam as redes de contrabando.

O Arco Sul compreende a faixa de fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, correspondente à área mais meridional do país. Embora com importantes diferenciações intra-regionais, trata-se do espaço com a mais intensa influência do legado socioeconômico e cultural europeu ao longo da faixa, e aquele mais intensamente afetado pela dinâmica transfronteiriça decorrente do projeto de integração econômica promovida pelo Mercosul.

2.1 A FRONTEIRA BRASIL - BOLÍVIA

A fronteira do Brasil com a Bolívia, tem uma extensão de 3.423,2 km, sendo 2.609,3 km por rios e canais, 63,0 km por lagoas e mais 750,9 km por linhas convencionais. O primeiro tratado de limites entre o Brasil e a Bolívia foi assinado em 1867, quando ainda não se conhecia corretamente a situação geográfica dos rios na

⁵ BRASIL. Ministério da Integração Nacional & Grupo Retis. **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**. UFRJ e Ministério da Integração Nacional: Brasília, 2004, disponível em <<http://www.igeo.ufrj.br>>, acesso em 15 mai 2008.

Bacia Amazônica; tanto que um de seus artigos estabelecia a linha limite saindo do rio Madeira, por um paralelo, para oeste, até as nascentes do Javari. Esta situação somente foi resolvida anos mais tarde (1903) pela ação do Barão de Rio Branco.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores⁶, a extensão dessa fronteira é dividida em três partes: Parte Norte: desde a foz do Yaverija, ponto tripartite Brasil-Bolívia-Peru, até o rio Madeira (Estados do Acre e Rondônia, no Brasil, e Departamento de Pando, na Bolívia). Parte Central: região dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé (Estados de Rondônia e Mato Grosso, no Brasil, e Departamentos de Beni e Santa Cruz, na Bolívia). Parte Sul: desde a foz do rio Verde (no rio Guaporé), até a Baía Negra (no rio Paraguai), ponto tripartite Brasil-Bolívia-Paraguai (Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Brasil, e Departamento de Santa Cruz, na Bolívia).

No que tange ao espaço de fronteira com o Estado de Mato Grosso, destacamos que há uma extensão geográfica de 980 km, sendo 750 km de limite seco e 230 km de limite aquático. ⁷ Nessa região, Mato Grosso possui 27 (vinte e sete) municípios na faixa de fronteira.

2.2 A SEGURANÇA NA FRONTEIRA NO ESTADO DE MATO GROSSO

A segurança da região de fronteira no Estado de Mato Grosso, até pouco tempo atrás, era realizada pela Polícia Federal localizada no município de Cáceres, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Exército e Marinha do Brasil, porém eram pequenas guarnições.

Como a segurança da região era realizada de forma individual por cada instituição, não havia entre as ações uma coordenação conjunta que pudessem efetivamente melhorar a segurança da região fronteiriça. A obtenção de resultados se tornava cada dia mais difícil, ainda mais, porque na via terrestre, há uma enormidade de estradas secundárias, as quais são conhecidas como cabriteiras.

Essas estradas secundárias dificultam o controle e isso faz com que grandes quantidades de entorpecentes entrem no território nacional, bem como facilita a

⁶ Idem.

⁷ MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. GEFRON. Disponível: <http://www.seguranca.mt.gov.br/GEFRON.php>, acesso em 21 mai 2008.

saída de veículos roubados, furtados ou frutos de golpes de seguro.

Antes da instalação do GEFRON, o cenário era de fraqueza institucional por parte dos órgãos de segurança, principalmente pelo fato que as organizações criminosas passavam a dominar a região, tornando cada vez mais fácil o uso de rodovias, hidrovias e do espaço aéreo para o tráfico internacional de drogas, descaminhos, contrabandos, etc.

Estatísticas recentes apontam a Bolívia como o 3ª maior produtor mundial de cocaína e seus derivados com uma preocupante ascensão que no ano passado atingiu 17%, conforme relatório da Oficina das Nações Unidas para Fiscalização de Drogas e Prevenção do delito, crescimento proporcionado pelos negócios bilionários que orbitam em torno do tráfico.

Esse espaço territorial é cortado por centenas de vias vicinais clandestinas, com distâncias consideráveis a serem percorridas, cujos relevos apresentam uma grande diversidade de formas, onde estão inseridos três ecossistemas (Floresta amazônica, cerrado e pantanal), características peculiares que tornam a região um cenário muito desgastante para operadores de segurança e seus meios.

Percebe-se, portanto que a faixa de fronteira possui uma extensão que se pode considerar de difícil poder de fiscalização, tendo em vista não só o espaço físico, mas pela variadas formas de administração, pois cada Município possui suas peculiaridades e são administrados por gestores com as mais variadas noções gerenciais.

3 O GEFRON

3.1. AS ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA MILITAR NO ESTADO DE MATO GROSSO

A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Art. 144. Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

Parágrafo 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.⁸

Cabe destacar, que na falta de regulamentação federal cada instituição policial estadual procura disciplinar a sua atividade por meio de lei própria. No que se refere a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, temos a Lei Complementar nº 231, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto da mesma. Dessa forma:

Art. 2º Os militares do Estado de Mato Grosso integram a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PM/MT) e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (CBM/MT), instituições militares estaduais permanentes, integrantes do sistema de segurança pública e defesa social, organizadas com base na hierarquia e na disciplina.⁹

Percebe-se que dentre as legislações que estabelecem as competências de atuação da Polícia Militar na área policial trazem somente duas atividades específicas, quais sejam: atividade de manutenção ou preservação da ordem pública e atividade de polícia ostensiva ou de policiamento ostensivo.

O papel da Polícia Militar no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes é muito importante para a sociedade, pois não basta somente a repressão, mas sim o combate ostensivo e preventivo, perpassando principalmente pelo aspecto educacional das crianças e adolescentes.

3.2 A CRIAÇÃO DO GEFRON

Com a preocupação de garantir a segurança para a fronteira oeste de Mato Grosso, o Sr. Cel PM Leovaldo Emanuel Sales da Silva, apresentou um Projeto com possibilidade de integrar as ações entre as polícias militares, o Corpo de Bombeiros Militar, a Secretaria de Estado de Fazenda e outros órgãos públicos do Governo Federal e Estadual. E essa iniciativa decorreu principalmente da vulnerabilidade da Fronteira Oeste representa fator considerável nas estatísticas criminais de Mato

⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2000.

⁹ MATO GROSSO. Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **Lei Complementar nº 231, de 15 de Dezembro de 2005**. Disponível em <<http://www.al.mt.gov.br>>, acesso em 15 jun. 2008.

Grosso e de vários outros Estados da Federação. Daí a necessidade de uma intervenção imediata e intensa capaz de reduzir, em curto prazo, as atividades ilegais desenvolvidas na região.

Desta forma, foi elaborado e aprovado o projeto e, com a vinda dos recursos, o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, criou o Grupo Especial Segurança de Fronteira (GEFRON), que teoricamente seria composto por Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil e Corpo de Bombeiros Militar e Secretaria de Estado de Fazenda, com apoio dos Órgãos Federais de segurança e fiscalização como: A Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal, para em conjunto, fazerem frente à criminalidade na região fronteira entre Brasil e Bolívia.

Assim o GEFRON - Grupo Especial de Fronteira, foi criado no Estado de Mato Grosso no dia de 13 de Março de 2002, através do Decreto Estadual nº 3.994, que previa a instalação e implementação de sua estrutura no prazo máximo de dois anos.

Sinteticamente, podemos dizer que o GEFRON é uma força Integrada pelos órgãos de segurança do Estado cuja missão é apoiar os órgãos federais responsáveis pela segurança na fronteira do Brasil com a Bolívia dentro do Estado de Mato Grosso.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso o Grupo Especial de Fronteira nasceu com a seguinte missão: “Desencadear, na região, operações sistemáticas de prevenção e repressão ao: a) tráfico de drogas; b) contrabando e descaminho de bens e valores; c) roubo e furto de veículos; d) invasões de propriedades.”¹⁰

O GEFRON conta com pequenos centros operacionais, chamadas de Bases Fixas Operacionais, localizadas na localidade denominada Lagoa Verde ou Avião Caído (BR-070), Vila Cardoso (estrada vicinal que liga a MT 265 à BR 174) e na Vila Matão (estrada vicinal que liga a MT 265 ao Município de Pontes e Lacerda).

Além das bases fixas de fiscalização, frequentemente são realizadas pequenas barreiras em pontos estratégicos, trabalhando dentro dos parâmetros da legalidade

¹⁰ MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Missão do GEFRON**. Disponível em <<http://www.seguranca.mt.gov.br/GEFRON.php?IDCategoria=88>>, acesso em: 20 mai 2008.

para a redução dos índices de criminalidade dentro do Estado de Mato Grosso e, de forma reflexa, nos outros Estados da Federação. Há guarnições fazem patrulhamento pelas estradas conhecidas por “cabriteiras”, bem como a instalação de barreiras em pontos estrategicamente demarcados, de forma a oferecer o policiamento geral e evitar a entrada de drogas no Brasil, ou a saída de veículos roubados.

3.2. O GEFRON NO COMBATE AO TRÁFICO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES NA FRONTEIRA BRASIL - BOLÍVIA

Segundo Steiman¹¹ (1995, p. 31), a droga boliviana tem, principalmente, quatro possibilidades de entrada em território brasileiro: a) A droga sai de Guayamerín, no lado boliviano, em direção a Porto Velho (RO), passando por Guajará-Mirim e Abunã; b) A droga proveniente de San Joaquín, na Bolívia, entra em Costa Marques por estrada e segue para Cacoal. A rodovia que liga San Joaquín a Costa Marques foi apelidada de “Transcoca” pela população e foi construída por máquinas e equipamentos da prefeitura de Costa Marques. A droga também é comumente transportada através da fronteira por pequenos aviões, que dispõem para aterrissar de inúmeras pistas de pouso clandestinas. c) Através de Cáceres, a droga penetra em Mato Grosso em direção a Cuiabá. Pode seguir para Goiânia e Brasília, passando por Barra do Garças ou ser levada para São Paulo, passando por Uberlândia (MG) e Ribeirão Preto (SP). d) De Puerto Suarez, na Bolívia, a droga alcança Campo Grande (MS) via Corumbá e Ladário. Daí em diante, pode entrar em São Paulo ou por Andradina, passando por Três Lagoas (MS) ou por Presidente Epitácio, São José do Rio Preto, Bauru etc. No lado boliviano, as cidades próximas à fronteira com o Estado de Mato Grosso, verifica-se que muitas delas são cidades que não possuem infraestrutura mínima e sua população vive com o desemprego e a miséria.

Desta feita, foram realizadas algumas entrevistas, com o intuito de saber mais da população local, se eles têm conhecimento sobre o GEFRON, bem como a

¹¹ STEIMAN, Rebeca. *O Mapa da droga*. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, nov. de 1995.

importância do policiamento de fronteira, e se realmente após a sua implantação houve melhorias na segurança pública ou a diminuição do medo da população que mora ou trabalha na faixa de fronteira.

Pelas respostas obtidas, percebe-se que 96% disseram que sim, que o GEFRON tem conseguido bloquear a passagem das drogas pela fronteira Brasil-Bolívia e, apenas 4% disseram que não. Quanto à melhoria no nível de segurança na região, após a efetivação do GEFRON, 73% respondeu que melhorou muito e 27% disseram que melhorou um pouco. Quanto a proteção da fronteira, 55% responderam que a proteção existe graças ao GEFRON, 27% relataram que o GEFRON opera com determinação e por isso consegue inibir parte a ação dos traficantes, 9% afirmaram que a população tem contribuído com a fiscalização e 9% consideram que houve uma redução do tráfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um território extenso, e composto por uma diversidade muito grande, seja da sua população, do seu território, economia, cultura ou situação social. Promover políticas públicas para esse país não é tarefa fácil, principalmente quando se fala em segurança pública.

E essa questão passa inclusive sobre o problema do tráfico de substâncias entorpecentes, principalmente, quando envolvem a faixa de fronteira do país. Estados, municípios e sociedade de modo geral, têm sofrido com essa situação, pois é motivo de instabilidade social e geração de violência. A repressão, apesar de ser vista como o único instrumento realmente eficaz, no combate ao narcotráfico, deve também estar acompanhada das políticas públicas de segurança. Pois proporcionando melhoria nas condições de segurança do cidadão, pode-se buscar a redução substancial dos crimes relacionados às drogas, já que é um dos grandes responsáveis pelo alto índice de violência do país. O papel do GEFRON na faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso, visa melhorar a situação da região, bem como propor medidas e controles mais eficazes para essa região tão problemática.

Dessa forma, conclui-se que o trabalho do GEFRON é extremamente importante para a região de fronteira, e que possui apoio da população, porém é preciso ampliar as políticas públicas para essa região, de forma a fortalecer a segurança pública, bem como promover o aumento no efetivo, aumentar e melhorar os equipamentos e instrumentos de trabalho, e principalmente estabelecer políticas e ações de valorização humana desses policiais que contribuem para a segurança nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional & Grupo Retis. **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**. UFRJ e Ministério da Integração Nacional: Brasília, 2004, disponível em <<http://www.igeo.ufrj.br>>, acesso em 15 mai 2008.

BRASIL. **Lei n. 6.634**, de 02 de maio de 1979. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm> , acesso em 20 mai 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional Antidrogas. **Conselho Nacional Antidrogas**. Disponível em <<http://www.senad.gov.br>>, acesso em: 03 jun. 2008.

MACHADO, Lia Osório. *O comércio de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **GEFRON**. Disponível: <http://www.seguranca.mt.gov.br/GEFRON.php>, acesso em 21 mai 2008.

MATO GROSSO. Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **Lei Complementar nº 231, de 15 de Dezembro de 2005**. Disponível em <<http://www.al.mt.gov.br>>, acesso em 15 jun. 2008.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Missão do GEFRON**. Disponível em <<http://www.seguranca.mt.gov.br/GEFRON.php?IDCategoria=88>>, acesso em: 20 mai 2008.

STEIMAN, Rebeca. *O Mapa da droga*. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, nov. de 1995.

A PESCA PREDATÓRIA NO RIO CUIABÁ COMO CRIME AMBIENTAL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ NO PERÍODO DE PIRACEMA

*José Carlos Rodrigues de Sousa*¹

RESUMO

Este artigo é uma produção a respeito das atividades de pesca predatória no rio Cuiabá, como crime ambiental no período de piracema. O objetivo desta pesquisa é a constituição de uma análise que sensibilize os leitores no que diz respeito à pesca predatória no rio Cuiabá no período de piracema, buscando, assim, proporcionar informações que possam vir auxiliar o meio ambiente, em especial a ictiofauna do rio Cuiabá, formando assim parceiros nessa luta de preservação e de combate aos crimes ambientais praticados no rio Cuiabá.

Palavras-chave: *Piracema – Pesca Predatória – Ictiofauna.*

ABSTRACT

This article is a production about the activities of predatory fishing in the river Cuiaba, such as environmental crime in the period of piracema. The goal of this research is to set up an analysis to increase awareness amongst the readers regarding predatory fishing in the river Cuiaba in the period of piracema, seeking thereby providing information that could help the environment, especially the fish fauna of the river Cuiaba, Thus forming partners in this fight to preserve and to combat environmental crimes charged in Cuiaba river.

Keywords: *Piracema – Predatory Fishing – Ichthyofauna.*

¹ Capitão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, cursando o Curso de Especialização de Segurança Pública.

INTRODUÇÃO

Durante séculos, a questão ambiental passou despercebida pela humanidade. Pesquisadores chegaram a afirmar que os recursos naturais eram infinitos e que jamais iriam acabar, portanto não deveriam ser motivo de preocupação para as nações, pois todos viviam da imensa diversidade dos recursos naturais existentes no planeta Terra. A história da humanidade pode ser analisada pela crescente intervenção do homem ao meio ambiente.

O marco desse processo evolutivo se deu na Revolução Industrial, e os avanços tecnológicos dela decorreram a partir do século XIX. Isto, porque, até então, as atividades humanas, embora transformadoras do meio ambiente, eram realizadas de forma harmônica com os recursos naturais, porém, a cobiça e o gosto pelo poder e pela dominação, fizeram com que o homem deixasse de pensar que fazia parte do meio ambiente, procurando, então, dominá-lo como algo para seu proveito próprio, esquecendo que o meio ambiente é um ciclo de vida, e que tais conseqüências retornam ao próprio homem de forma devassadora para a espécie.

Nos dias atuais, é perceptiva a escassez dos recursos naturais, o meio ambiente passou a ser analisado sob um novo e incontestável prisma, há uma enorme preocupação em relação ao futuro do planeta Terra.

O rio Cuiabá, pertencente à Bacia do Paraguai, com uma extensão de 100 mil quilômetros quadrados, percorre 828 km, abastecendo 13 municípios do Estado de Mato Grosso, vem sofrendo constantes ações do homem, tais como, poluição através do esgoto "in natura" produzido pela população e mais milhares de toneladas de lixo que escorrem pela rede de córregos e pequenos rios como o Coxipó, desmatamento da mata ciliar, pesca predatória, exploração ilegal de areia e outros crimes ambientais.

O presente artigo tem como objetivo mostrar as conseqüências da pesca predatória no rio Cuiabá no período de piracema, no município de Cuiabá, onde o crime é praticado no período de migração de reprodução dos peixes, ocasionando a diminuição das espécies migratórias, tendo em vista que não completam esse ciclo de reprodução por ações do homem.

2. PANTANAL MATOGROSSENSE

No cerrado e no pantanal do Estado de Mato Grosso, encontra-se uma enorme diversidade de peixes. A nossa ictiofauna² é tão rica que estimativas para a América do Sul apontam para a ocorrência de quase 3000 espécies de peixes existentes, sendo que 780 espécies são encontrados no cerrado e no pantanal. Por isso, existe a preocupação em preservar essas espécies já conhecidas e outras que a ciência a cada dia descobre em nossa ictiofauna. No Pantanal, foram listadas 263 espécies de peixes, sendo que mais de 85% dessas espécies pertencem à ordem dos "Ostariophysi"³. São os peixes que possuem um conjunto de ossos especiais que possibilitam uma fácil adaptação ao meio, como, por exemplo, melhor percepção em ambiente de águas turvas, tais como o pacu, o dourado, a túbira, o pintado, a cachara e o cascudo.

3. CICLOS DE MIGRAÇÃO DOS PEIXES NO RIO CUIABÁ

3.1 PIRACEMA

É a forte migração de cardumes de peixes, rio acima, para a desova, ocorrendo no rio Cuiabá em outubro-novembro. Esse fenômeno é considerado essencial para a preservação da piscosidade dos rios e das lagoas.

Todos os anos várias espécies de peixes fazem longa jornada, vencendo obstáculos naturais, tais como cachoeiras e corredeiras. Enfrentam também os obstáculos impostos pelo homem, como redes, tarrafas, espinhéis e outros apetrechos utilizados para cometerem a pesca predatória, pois, sendo esse período de defesa dos peixes, a pesca é proibida em nosso Estado.

Durante a piracema, no rio Cuiabá, fica proibida qualquer atividade de pesca profissional, sendo somente permitida a pesca de subsistência pelo pescador

² Conjunto das espécies de peixes que existem numa determinada região biogeográfica.

³ Ostariophysi é freqüentemente relacionado a presença de estruturas morfológicas que possibilitam a sobrevivência destes peixes em águas de pouca visibilidade.

tradicional e/ou amador, utilizando caniço simples ou vara com molinete, limitada em lei a quantidade de peixes e o tamanho permitido da captura.

A piracema, na língua Tupi, significa “saída dos peixes para a desova”, sendo esse hábito dos peixes já conhecido e observado pelos índios há várias gerações.

3.2 LUFADA

É a migração lateral dos peixes, vindos dos lagos em direção ao rio principal, no fim da seca. Em períodos curtos se concentram em grandes cardumes na boca de lagos com o intuito de migrarem para o rio.

No rio Cuiabá, esse fenômeno, geralmente, ocorre entre os meses de abril e junho, durante a lua cheia. Nesse período, os peixes, por formarem grandes cardumes, ficam vulneráveis a predadores, caracterizando, nesse período, o início da pesca anual no Estado, pois se entende que os peixes já cumpriram o ciclo de reprodução.

4. PESCA PREDATÓRIA NO RIO CUIABÁ

O rio Cuiabá é um dos principais rios do Estado de Mato Grosso, sendo de grande importância na história de Cuiabá e do próprio Estado. Sempre se destacou por sua beleza e por seus mistérios, passando de geração a geração, e também pela grande diversidade de peixes. Por esse motivo, era realizada uma intensa atividade pesqueira no rio e, em muitos casos, de maneira ilegal. Nas décadas passadas, essas atividades não tinham importância na vida social da população local e adjacente, pois a grande riqueza de peixes era tão exorbitante que não afetava o rio, porém, com o aumento populacional e o progresso, os problemas também surgiram: desmatamento das matas ciliares para lavoura, exploração de areia por dragas, poluição, pesca predatória. Tudo isso veio, nesses últimos anos, interferindo no processo de reprodução dos peixes do rio Cuiabá. O número de pescadores, tanto local quanto de outros Estados, aumentou exorbitantemente, e o respeito às leis ambientais e reprodução dos peixes na época de piracema foi posto de lado. Iniciou-

se a busca pelo dinheiro fácil, sendo a pesca predatória um desses meios de ganhar esse dinheiro.

O homem pensou que as riquezas naturais eram inesgotáveis, sendo assim, poderiam ser utilizadas sem planejamento ou preocupação com os danos. Para melhor entendimento do exposto, podemos citar as palavras de Jean Baptiste Say⁴, “as riquezas naturais são inesgotáveis e não podendo ser multiplicadas, nem esgotadas, não constituem objetos das ciências econômicas”.

Há 150 anos atrás, ele afirmou esse texto, porém notamos, nos dias atuais, o quanto ele estava enganado. Hoje, sentimos o abuso do homem contra a natureza.

Durante as décadas de 70 e 80, assim como a matança indiscriminada de jacarés no pantanal e a caça de animais silvestres, a pesca predatória passou despercebida pela sociedade e pelo Estado, vindo a se tornar algo perceptivo, a partir do momento em que o próprio homem sentiu a dificuldade de achar o peixe, que em épocas passadas era fácil a sua captura, pela quantidade existente, o que, nos dias atuais, está cada vez mais raro.

Os criminosos ambientais, para capturar maior volume de peixes, utilizam-se de apetrechos proibidos por leis, tais como rede, espinhel, tarrafão, gancho e outros.

No rio Cuiabá não é diferente essa prática de pesca criminosa. Em nossa experiência profissional, durante o período em que servimos no Batalhão de Polícia Militar Ambiental, notamos que no rio Cuiabá, no município de Cuiabá até no município de Santo Antônio do Leverger, os criminosos ambientais aproveitam o espaço geográfico do rio, a fim de utilizarem apetrechos proibidos para realizar a pesca predatória. Podemos exemplificar, deixando bem claro nesse trabalho científico, que os locais aqui citados, são apenas referências do espaço geográfico do rio Cuiabá. No setor da ponte Sérgio Motta até o perímetro do Praeirinho, criminosos ambientais utilizam tarrafões para a pesca predatória, enquanto que, no setor do Engenho Velho e Valo Verde, são os espinhéis, assim, os criminosos aproveitando do espaço do rio Cuiabá, utilizam o apetrecho proibido para o cometimento dessa atrocidade contra o meio ambiente.

⁴ Jean-Baptiste Say (1767-1832), economista clássico francês, nasceu em Lyon (trabalhou com seguros e no jornalismo foi editor de revista (1794-99), operou um moinho de algodão (1807-13), lecionou economia em Paris (1817-32) e publicou ‘Treatise on Political Economy’ (1803)).

A pesca predatória, no rio Cuiabá, é definida no artigo 21 da Lei 7881 de 30 de dezembro de 2002, que prescreve o seguinte:

[...] Art. 21 – É proibido extrair recursos pesqueiros do Estado de Mato Grosso.

I - Nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente;

II - A jusante e a montante nas proximidades de barragens, cachoeiras e corredeiras, escadas de peixes e bocaduras de baías;

III - De espécies e tamanhos proibidos pela legislação;

IV - Com qualquer aparelho, método ou técnica e apetrechos proibidos pela legislação pesqueira, tais como, armadilhas tipo tapagem, pari, cercado, qualquer aparelho fixo, covo, fisga de gancho ou garatêia de lambada, arpão, rede de arrasto, espinhel e tarrafão, aparelho tipo elétrico, sonoro ou luminoso, colher ou garatêia quando utilizados com embarcações motorizadas em movimento (corrigo);

V - Nos locais onde os exercícios de pesca cause embaraço a navegação;

VI - Com substâncias tóxicas;

VII - Com explosivos;

VIII - Através da derivação de curvas d'água ou esgotamento de lagos de domínio público.

Mesmo sendo tipificado como crime todos esses artifícios, muitas pessoas alheias à lei, utilizam-se deles a fim de burlar a fiscalização dos Agentes da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e da Polícia Militar Ambiental (PMA), a fim de adquirirem, através do crime de pesca predatória, vantagens financeiras pela grande procura de pescado, principalmente na época de piracema e quaresma.

Oberdan Dias⁵ (1992), comenta em seu livro “Pantanal Santuário ameaçado”, uma série de estratégias utilizadas pelos criminosos ambientais a fim de enganarem e burlarem a fiscalização da Polícia Ambiental:

[...] Os peixes capturados com redes, normalmente apresentam, de maneira bem visível, sulcos escuros e profundos entre a cabeça e o corpo, ocasionado pelos fios da malha da rede. Na atitude os pescadores utilizam, duas formas principais para que essas marcas não fiquem visíveis. A primeira, quando o peixe é encontrado morto na rede, logo após retirá-lo, arrancam-lhe parte da guelra e esfregam-na nos sulcos feitos pela malha, massageando por alguns minutos. Deixam nesses sulcos resíduos de sangue, misturado com uma substância viscosa da própria guelra. Após isso o peixe é colocado em um congelador ou no gelo, e após algumas horas as marcas desaparecem. A outra forma é utilizada ainda quando o peixe é encontrado vivo na rede. Após retirá-lo, imediatamente aplicam sal nos sulcos, massageando o local com uma bucha de espuma. Após alguns minutos fazem uma leve raspagem no local, sempre no sentido do corpo para a cabeça. Em algumas horas os sulcos desaparecem.

⁵SILVA, Oberdan Dias, *Pantanal Santuário Ameaçado*, 1992, Ed. Ateniense, São Paulo.

Notamos, então, que os pescadores predadores utilizam as mais variadas artimanhas possíveis para burlarem a fiscalização e obterem êxito em seus crimes ambientais, como a citada por Oberdan, o qual é chamado de peixe escovado.⁶

Podemos então afirmar que a pesca predatória surgiu em razão da ganância e da cobiça do homem em adquirir de forma fácil, porém ilegal, valores financeiros, pois o que era prática de subsistência, se tornou ganho ilegal de dinheiro.

4.1 PESCA PREDATÓRIA NO RIO CUIABÁ EM PERÍODO DE PIRACEMA

Como já citado, piracema é o fenômeno migratório em que várias espécies de peixes do rio Cuiabá sobem contra a correnteza onde ficam sexualmente maduros, propiciando a reprodução das espécies. Durante esse fenômeno, a pesca é extremamente proibida, sendo somente permitida a pesca de subsistência, caso contrário, tal ato configura como crime, devendo os autores dessas práticas sofrer as sanções vigentes.

Anualmente, é publicada no Estado de Mato Grosso uma portaria referente à piracema, o que deixa claro que a única pesca permitida é a pesca de subsistência, conforme já foi mencionado, porém, cita também, a quantidade de pescado permitido, o tamanho e as pessoas que podem fazer tal pesca. Para melhor compreensão, cito o que estava escrito na portaria da piracema 2007/2008, através da resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), que cita nos seus primeiros artigos o seguinte:

Art. 1º - Estabelecer o período de 05 de novembro de 2007 a 29 de fevereiro de 2008, como defesa da piracema, no Estado de Mato Grosso, nos rios da bacia hidrográfica do rio Paraguai.

Parágrafo único - No período da piracema, conforme o disposto no caput deste artigo, fica proibida também a modalidade pesque e solte.

Art. 2º - Permitir, nos rios da bacia hidrográfica do rio Paraguai, a pesca de subsistência, desembarcada.

Parágrafo único - Entende-se por pesca de subsistência aquela praticada artesanalmente por populações ribeirinhas e/ou tradicionais, para garantir a alimentação familiar, sem fins comerciais.

⁶Quando o peixe é encontrado vivo na rede. Após retirá-lo, imediatamente aplicam sal nos sulcos, massageando o local com uma bucha de espuma.

Art. 3º - Estabelecer a cota diária de três quilos ou um exemplar de qualquer peso, por pescador para fins de subsistência, respeitado os tamanhos mínimos de captura estabelecidos pela legislação, para cada espécie.

Parágrafo único - Fica proibido o transporte e a comercialização do pescado proveniente da pesca de subsistência, no período de que trata o art. 1º desta Resolução.

Infelizmente, notamos através de dados estatísticos e através da mídia televisionada, escrita e falada, que muitas pessoas não respeitam as leis e, principalmente, o direito de reprodução de várias espécies de peixes existentes no rio Cuiabá, que migram para a desova.

Durante a pesquisa, constatamos que os criminosos ambientais que praticam a pesca predatória no rio Cuiabá, buscam de todas as formas e artimanhas burlarem a fiscalização da SEMA e da PMA, pois, na época de piracema, os peixes por migrarem em grandes cardumes, rio acima, ficam indefesos, sendo fácil sua captura, e a venda é rápida e garantida, e o dinheiro fácil instiga novas pessoas a essa prática delituosa contra o meio ambiente. Podemos citar como exemplo dessas artimanhas o que foi escrito por Oberdan:

[...] Esses grupos pescam em locais distantes, difíceis de serem atingidos pela fiscalização, e depois retiram o pescado, em caminhões, para os grandes centros urbanos do dois Estados, pelas chamadas “rotas de peixe”. Essas rotas são traçadas ligando as áreas pesqueiras às cidades, usando pequenas estradas e trilhas existentes no interior de fazendas. Com isso escapam dos postos de fiscalização da Polícia Florestal, que estão localizados nas vias principais.

Os peixes oriundos da pesca predatória no rio Cuiabá são comercializados para restaurantes, supermercados, em feiras livres, em locais públicos como ponto de esquinas movimentadas, e até mesmo no Mercado Municipal do Porto, onde a Polícia Militar Ambiental, em rondas inesperadas, conseguem realizar a apreensão dos peixes pescados de forma ilegal e em muitas das vezes deter o autor, porém, essas pessoas, ao sentirem o perigo da fiscalização, o primeiro procedimento é esconder ou abandonar os peixes, no intuito da fiscalização não perceber, irem embora, para depois pegarem esses peixes e comercializarem normalmente.

Os peixes são comercializados bem acima do valor de mercado pelos chamados atravessadores. Para entendermos melhor, enfocamos uma matéria do

jornal Diário de Cuiabá⁷, no ano de 2006, onde um experiente pescador de nome Sebastião Orlando, que na época tinha 67 anos, comenta o seguinte, “ a pesca só é válida quando é feita longe da baixada cuiabana. E quando estamos no rio só nos resta pescar e passar ao atravessador.

Ao dizer essas palavras, o pescador ancião quis comentar o quanto o valor do peixe aumenta quando passa para o atravessador, pois na beira do rio, direto com o pescador, o quilo do pintado sai por R\$ 2,00 (dois reais), enquanto que é vendido pelo atravessador para a sociedade por R\$ 12,00 (doze reais), um aumento de 600%.

5. APETRECHOS PROIBIDOS UTILIZADOS NA PESCA PREDATÓRIA NO RIO CUIABÁ DURANTE A PIRACEMA

5.1 REDE DE EMALHAR

São equipamentos fixos ou móveis colocados ou utilizados em locais propícios para passagem ou permanência de peixes. Empregados tanto em água doce quanto em água salgada, possuem malhagens cujo tamanho objetiva prender o peixe quando da sua passagem pela rede, na qual a sua cabeça penetra no vão, ficando preso pela rede. Uma forma de verificar se o pescado foi capturado com redes é observar as suas laterais logo atrás da cabeça, porque a luta do peixe para escapar da rede lhe provoca marcas facilmente percebidas.

5.2 REDE DE CERCAR

Equipamento constituído de malhagens de tamanho bastante inferior ao pescado que se pretende capturar. O objetivo maior deste apetrecho é cercar os espécimes, retirando-os posteriormente com a própria rede ou equipamento tipo puçá. É utilizado tanto na água doce quanto na salgada e seus tamanhos podem variar de menos de cinquenta metros (exemplo picaré) até mil e quinhentos metros (exemplo rede sardinheira).

⁷ Diário de Cuiabá, 03 de março de 2006, Ed. 11457, Cuiabá, MT.

5.3 TARRAFÃO

Equipamento constituído de uma rede em forma circular e que em suas extremidades possui correntes ou cabo de chumbos. Sua finalidade é capturar peixes e crustáceos. A utilização pode ser feita através de embarcações ou não, e consiste em arremessar a rede de forma a que a mesma abra em um grande círculo sobre determinado espaço aquático. Após alguns segundos, o chumbo ou correntes permitirão que a rede desça ao fundo, e o pescador que a mantém presa por um cabo passa a recolhê-la, cercando e emalhando os peixes que estiverem na sua área de abrangência.

5.4 ESPINHEL

Equipamento constituído de um cabo⁸ (linha, arame ou corda fina), principal no qual são presos vários rabichos⁹ possuindo em sua extremidade anzóis simples ou múltiplos, com iscas naturais, e que tem por objetivo a captura de peixes. Essa prática de pesca predatória é constante na região da praia da vereda no município de Santo Antônio do Leverger.

5.5 GANCHO OU FISGA

Equipamento constituído de metal, semelhante a um garfo de grande tamanho como farpas semelhante às existentes em anzóis. É utilizado para captura de peixes que nadam na superfície e também para animais silvestres, é um apetrecho proibido, pois, captura animais e peixes com requinte de crueldade.

5.6 COVO

Equipamento para capturar peixe construído com bambu, tela metálica e outros materiais, que consistem numa armação de forma tubular com pequeno

⁸ O cabo no espinhel pode ser de arame, linha de pesca e corda de nylon fina.

⁹ Pequenos pedaços de linha onde ficam os anzóis.

orifício de entrada, suficiente para passagem dos peixes, que não conseguem mais sair por onde entrou. É colocado em locais de passagens de peixe e possui no seu interior isca para atraí-los.

5.7 GARATÉIA

Aparelho náutico de três pontas tipo âncora ou anzol (semelhança esta devida ao seu formato), utilizado por lançamento ou arrasto. É considerado um apetrecho proibido quando utilizado no processo de lambada por caracterizar crueldade com os peixes quando da sua captura.

5.8 COLHER OU GARATÉIA

Equipamento de pesca que possui o corpo feito de chapa de metal, que pode ser pintada, polida, cromada ou martelada, além de ser curva e cortada de diferentes maneiras, dependendo do fabricante. A linha é presa na parte da frente, geralmente mais estreita, em um orifício ou argola, ou através de um grampo ou pequeno destorcedor. Na parte posterior, é colocado um anzol ou garatéia, que pode ser camuflado com um penacho, cerdas plásticas ou fios de borracha coloridos. No rio Cuiabá e no Estado de Mato Grosso é proibido o uso deste equipamento quando utilizada em embarcação motorizada caracterizando corrico¹⁰.

6. ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR CONTRA A PESCA PREDATÓRIA NO RIO CUIABÁ

Para facilitar nosso entendimento, vamos conceituar responsabilidade e poder de polícia.

Venosa¹¹ (2003, p.19) diz que “responsabilidade é a análise de uma conduta voluntária violadora de um dever jurídico”. Então, em um sentido mais amplo, responsabilidade é o dever jurídico que se coloca a pessoa, seja em virtude de

¹⁰ Modo de pescaria de anzol em que o pescador lança a canoa a toda velocidade, deixando a linha longa à tona da água, a fim de que o peixe seja atraído pelos saltos da isca.

¹¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. São Paulo: Atlas, 3. ed., 2003.

contrato, seja em virtude do fato ou omissão que lhe é imposto, para satisfazer a prestação convencionada ou para suportar as sanções legais impostas pelo Estado.

No artigo 37 da CF, § 6º, as pessoas jurídicas de direito público, e as pessoas de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurando-os o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo ou culpa.

O Poder de Polícia é o conjunto de atribuições concedidas à administração pública para disciplinar ou restringir, em favor do interesse coletivo. Hely Lopes Meirelles cita que o Poder de Polícia é:

Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

Podemos ainda citar, o que o Código Tributário em seu artigo 78 preceitua:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

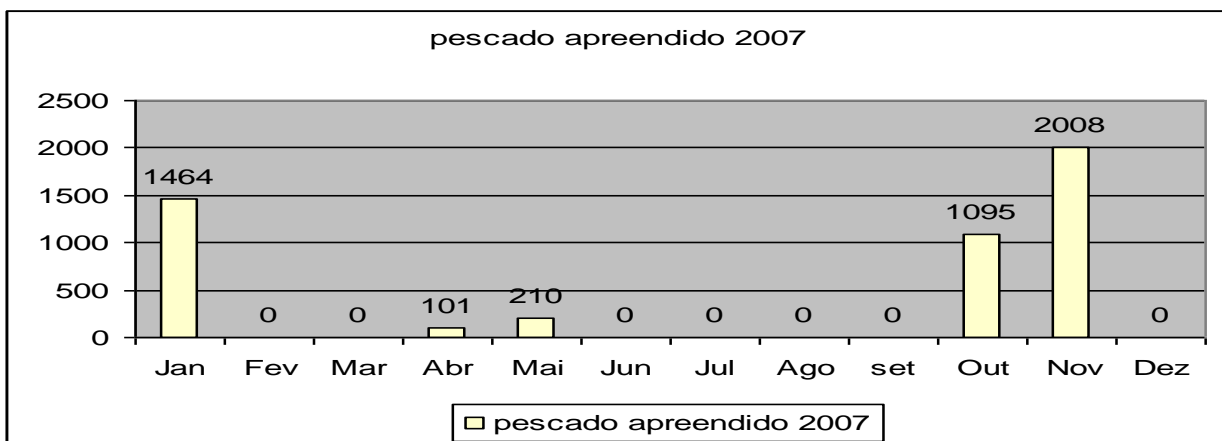
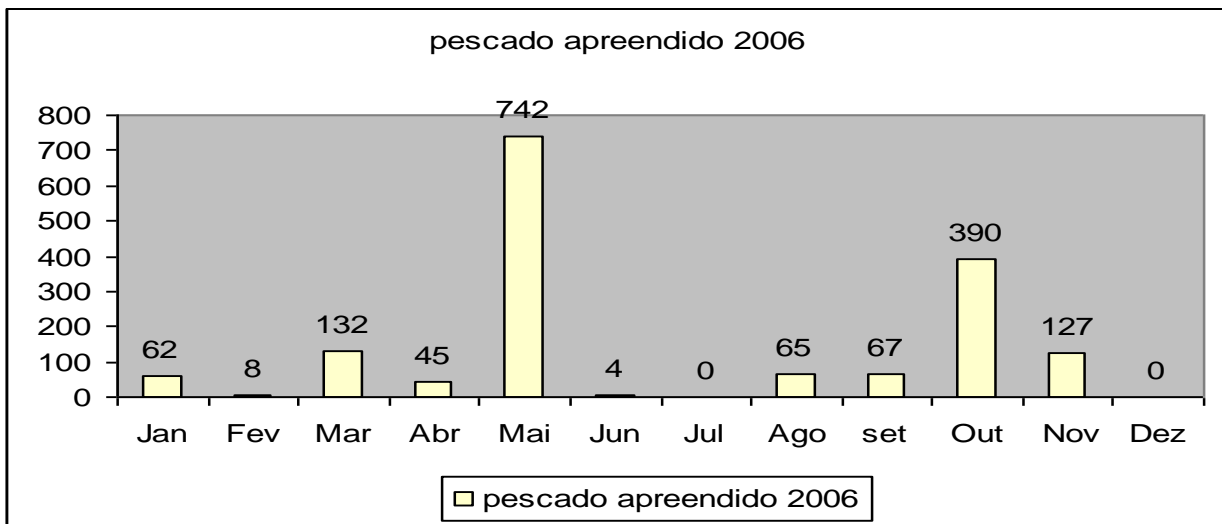
Assim exposto, podemos, então, afirmar que o poder de polícia deve ser usado quando o interesse coletivo for afetado pelo interesse individual, enquadrando, nesse contexto, os crimes contra o meio ambiente, que é um direito difuso. Sendo assim, podemos, então, afirmar que o Poder da Polícia Ambiental¹² é a faculdade que as diversas esferas do Estado legitimado pelo coletivo, usam para restringir ou condicionar um ato que vem agredir o meio ambiente, patrimônio de todos.

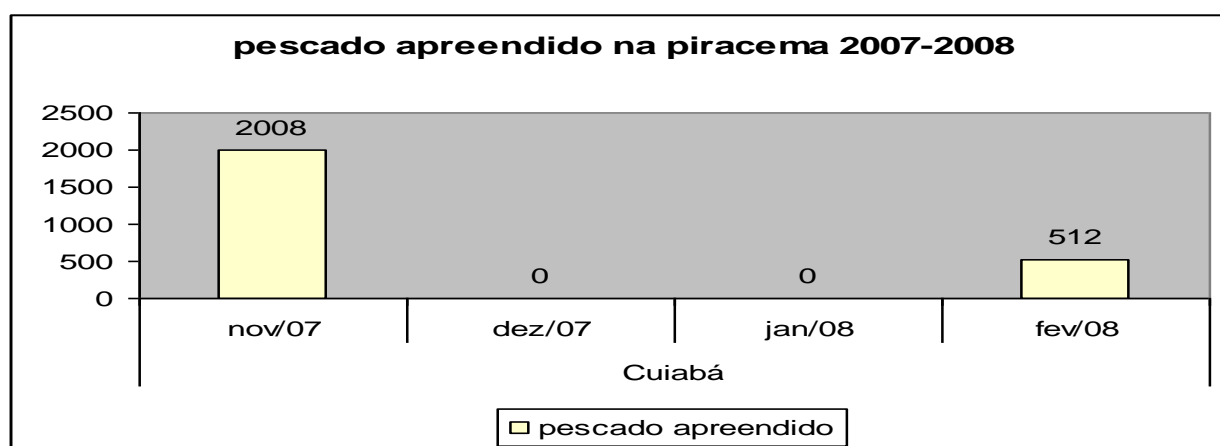
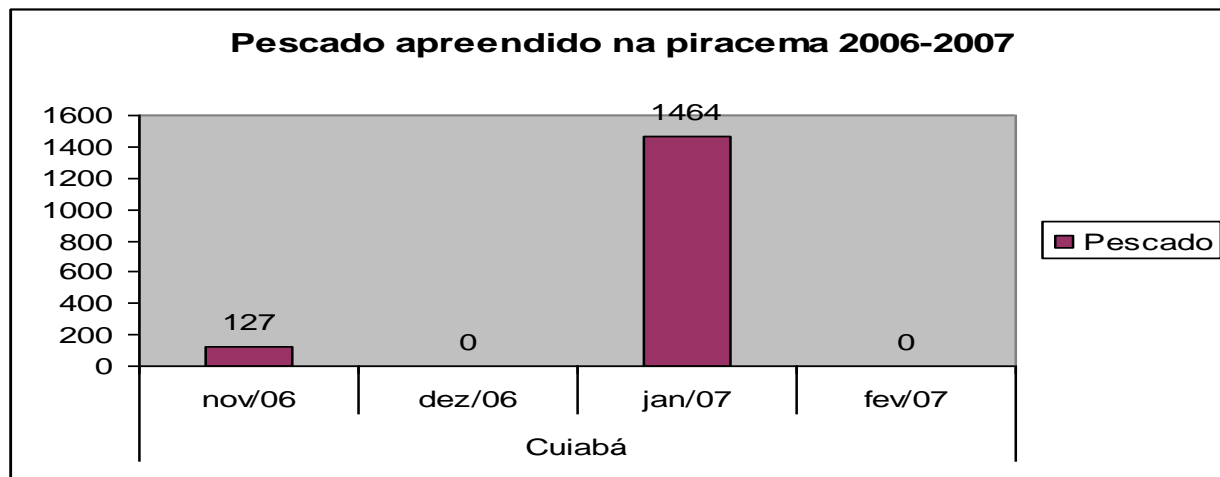
A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), sendo um desses órgãos do Estado, tem o dever, a responsabilidade e o poder de polícia para agir em defesa da natureza, bem de todos, por isso, constantemente, através da mídia,

¹² Termo utilizado por mim para melhor entendimento do assunto.

constatamos a atuação da Polícia Militar Ambiental, fiscalizando e coibindo os crimes de pesca predatória no Rio Cuiabá.

6.1. DADOS ESTATÍSTICOS COLETADOS NA SEMA/MT





Os gráficos acima foram representados com dados colhidos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT).

Conforme bem exposto podemos notar como se deu à pesca predatória no rio Cuiabá, principalmente no período de piracema, que é o meu foco.

CONCLUSÃO

O planeta Terra vem ao longo dos séculos sofrendo milhões de intervenções do homem, buscando o progresso e o total controle sobre os recursos naturais oferecidos a ele, porém, nesse processo evolutivo, jamais se preocupou com as consequências que sua ganância e sede de poder e dominação poderiam causar ao meio ambiente. André Trigueiro, em seu livro "Meio Ambiente do Século XXI", cita que:

Um erro bastante comum é confundir meio ambiente com fauna e flora, como se fossem sinônimos. É grave também a constatação de que a maioria dos brasileiros não se percebe como parte do meio ambiente, normalmente entendido como algo de fora, que não nos inclui. A expansão da consciência ambiental se dá na exata proporção em que percebemos meio ambiente como algo que começa dentro de cada um de nós, alcançando tudo o que nos cerca e as relações que estabelecemos com o universo. Trata-se de um assunto tão rico e vasto que suas ramificações atingem de forma transversal todas as áreas do conhecimento.

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, apesar de todas as dificuldades e deficiências existentes, vem, ao longo de sua história, protegendo o meio ambiente, pois, como elencado nesse trabalho científico, meio ambiente é um direito de todos, sendo dever do Estado a sua defesa e preservação.

Durante nossa pesquisa, pude constatar que o rio Cuiabá, desde o seu descobrimento até nos dias atuais, é responsável pela existência e pelo progresso de várias cidades e populações, sendo explorado em todos os seus recursos. Porém, o crescimento populacional trouxe também problemas sérios ao nosso rio, como a poluição, o desmatamento de suas matas ciliares e a pesca predatória desenfreada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei 6938, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 31 de agosto de 1981.

BRASIL, Lei 7653, Lei Fragelli, de 12 de fevereiro de 1988.

BRASIL, Lei 7679, Lei da Piracema, 23 de novembro de 1988.

BRASIL, Lei 9.605, Lei de Crimes Ambientais, de 12 de fevereiro de 1998.

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro; FILHO, Ney Barros Bello; CASTRO E COSTA, Flávio Dino, Crimes e Infrações Administrativas Ambientais, Comentários à Lei nº 9.605/98, 2ª Ed., Ed. Brasília Jurídica, 2001.

DAUDT, Felipe, Os Rumos da Pesca Predatória, Instituto Ecológico aqualung, Informativo 42 - ano VIII - março / abril de 2002. 2006. Disponível em: <http://www.institutoaqualung.com.br/info_rumos51.html > Acesso em: 12 mai 2008.

Diário de Cuiabá, Especial Diário de Cuiabá, Disponível em <<http://www.diariodecuiaba.com.br/especial2.php?cod=4&mat=9721>> acessado em 13 mai de 2008.

FERRAZ de LIMA, J.A. A Pesca no Pantanal de Mato Grosso (Rio Cuiabá: Influência da Ação Antrópica na Renovação dos Estoques) 1984.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico. 14.ed. Porto Alegre: 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 22.ed. São Paulo, RT, 1997.

JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito Penal*. Vol. III. 7.^a ed., ver. atual., 1991. São Paulo: Saraiva, 1991.

MATO GROSSO, Lei 7881, Lei de Pesca MT, de 30 de dezembro de 2002.

MATO GROSSO, Lei Complementar n.º 38, Código Ambiental de Mato Grosso, de 21/11/95.

MATO GROSSO, Lei n.º 8464, Lei da piscicultura de MT, de 04 de abril de 2006.

MATO GROSSO, Lei n.º 8830, Lei do Pantanal, de 21 de janeiro de 2008.

SEMA, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, dados estatísticos dos anos de 2005 e 2007.

SEMA, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Manual Técnico de Fiscalização, Cuiabá, 2006.

SILVA, Verone Cristina, A Natureza na Vida Social dos Pescadores do Rio Cuiabá - MT, Sociedade e Cultura, Revista e pesquisa e debates em ciências sociais, vol. 4, n.º 01, 2001. disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/2227/2182>> acessado em 13 mai de 2008.

SILVA, Oberdan Dias da, Pantanal, Santuário Ameaçado, São Paulo, Ed. Ateniense, 1992.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 3. ed., 2003

O EMPREGO DO CÃO FAREJADOR NA LOCALIZAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES ILÍCITAS

Wanderson Nunes de Siqueira¹

RESUMO

Este artigo descreve de maneira sucinta a experimentação científica realizada com intuito de mensurar a eficiência e eficácia do emprego do cão farejador na localização de substâncias entorpecentes ilícitas. Neste trabalho buscou-se organizar as informações bibliográficas que nortearam a pesquisa, bem como descrever os resultados aferidos.

Palavras-chave: *Prevenção – Tráfico de drogas – Cão farejador.*

ABSTRACT

This article describes succinctly scientific experimentation performed to measure the efficiency and effectiveness of the use of sniffer dog in locating narcotics illegal substances. In this study we sought to organize the bibliographic information that guided the research, and to describe the results obtained.

Keywords: *Prevention – Trafficking of drug – Sniffer dog.*

¹ Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso, especialista em Gestão de Segurança Pública/CAO, da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/MT).

INTRODUÇÃO

Apesar de as substâncias entorpecentes ilegais estarem alcançando níveis alarmantes de participação na morte prematura de homens e mulheres no mundo inteiro, poucas ações efetivas de combate a este tipo de crime são vistas.

As drogas estão invadindo nossas casas e se tornado mercadoria de fácil acesso em nossas cidades. Invariavelmente, na maioria dos crimes violentos contra a vida e contra o patrimônio a droga está presente, seja no consumo pelos praticantes do ato criminoso, seja no financiamento de armamentos e equipamentos.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes divulgou recentemente informações que estarrecem qualquer pessoa e dão conta da complexidade do problema. Segundo a UNODC²:

“... nos Estados Unidos, o negócio das drogas, com destaque absoluto para a cocaína, está entre os 50 maiores negócios, em termo de movimentação financeira. A maconha rende US\$ 35 bilhões ao ano superando os US\$ 23 bilhões de dólares produzidos pelo milho e os US\$ 17,6 bilhões pela soja. No Canadá a droga rende cerca de US\$ 7 bilhões, bem mais do que os US\$ 5,63 bilhões do gado e os US\$ 1,73 bilhões do trigo”.

O tráfico internacional e, por conseguinte o tráfico doméstico de drogas vem crescendo assustadoramente nas últimas décadas no mundo, chegando a alcançar uma cifra anual superior a US\$ 300 bilhões. Esses números influenciam tanto o comércio mundial, que na ordem de valores produzidos, colocam o narcotráfico na segunda colocação geral, só ficando atrás do tráfico de armas. Para se ter uma idéia, nenhuma atividade legal do comércio ou da indústria no mundo, produz um resultado financeiro semelhante ao do narcotráfico, nem mesmo o petróleo.

1. SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

De acordo com o Ministério da Saúde, substâncias entorpecentes são todas aquelas substâncias que combatem a dor (analgésicos), induzem o sono (hipnóticos),

² Relatório mundial sobre drogas, publicado em 29 de junho de 2006, pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes. Disponível em: <http://www.unodc.org/brazil/press_release_2004-06-25.html>, acessado em 23/04/2008.

bem como atuam nas células nervosas (psicotrópicos), modificando o comportamento e a atividade psíquica do indivíduo.

Essas substâncias para efeito jurídico podem ser consideradas legais e ilegais. O critério utilizado para distinguir as substâncias entorpecentes lícitas das ilícitas, é o ordenamento jurídico, pois conforme definição em lei, uma substância entorpecente será considerada ilícita se houver previsão legal ou constar da lista de proibição do Governo Federal.

Levando-se em conta essa previsão legal, registramos atualmente como substâncias entorpecentes lícitas o álcool, o tabaco, a cafeína e alguns medicamentos. Por outro lado à cocaína, o crack, as anfetaminas, o ópio, a maconha e outras substâncias previstas na Relação do Ministério da Justiça, são consideradas ilícitas.

1.1 SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES ILÍCITAS

“são todas as substâncias naturais ou sintéticas, assim especificadas em lei ou relacionadas em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União, que ao penetrarem no organismo humano sob qualquer forma - ingeridas, injetadas, inaladas ou absorvidas pela pele - entram diretamente na corrente sanguínea, atingem o cérebro e alteram seu equilíbrio fazendo com que a pessoa sintam tudo “diferente”. Exemplo: maconha, cocaína, pasta base, heroína, êxtase, entre outros”.

Este conceito foi formulado pelo Professor João José Leal³, em seu artigo Política criminal e a Lei 11.343/2006.

1.2 TRÁFICO INTERNACIONAL X TRÁFICO DOMÉSTICO

Para um melhor entendimento a partir de agora faremos uma distinção entre comércio internacional e comércio doméstico de drogas. Enquanto o comércio de drogas realizado por cooperação internacional de agentes ou que seja estendido a mais de um país, caracterizando assim a transnacionalidade é definido como tráfico internacional de drogas, o comércio de substâncias entorpecentes ilícitas produzidas

³ Docente em Direito Penal, Professor do CPCJ/UNIVALI, Promotor de Justiça Aposentado e Ex-Procurador Geral de Justiça de Santa Catarina. Disponível em: www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1586, acessado em 17 de maio de 2008.

ou vendidas dentro do próprio país, sem a abrangência de outras nações é definido como tráfico doméstico de drogas.

O tráfico internacional geralmente envolve quantidades e valores de grande monta, além de estruturas criminosas organizadas. O transporte dessas substâncias é feito através de aeronaves, embarcações ou veículos automotores de grande porte.

No Brasil podemos encontrar tanto o tráfico internacional de drogas “endógeno” quanto o “exógeno”. O Tráfico Internacional endógeno se dá pela movimentação e distribuição de drogas vindas de outros países, para alimentar o mercado interno, enquanto que o Tráfico Internacional exógeno é caracterizado pela venda ao comércio exterior das substâncias entorpecentes ilícitas produzidas ou não no Brasil.

O tráfico doméstico de drogas diferente do internacional é caracterizado por comercializar pequenas quantidades de drogas, atuar em comércio varejista (bocas de fumo) e transportar os produtos através de pessoas a pé ou em veículos de pequeno porte.

1.3 COMPETÊNCIA PARA PREVENIR E REPRIMIR

A Constituição Federal de 1988 atribuiu a Polícia Federal Brasileira a responsabilidade pela prevenção e repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes no território nacional. Entretanto, como o tráfico de drogas se tornou um problema social gigantesco, com influência em diversas áreas da sociedade como saúde, educação, segurança, invariavelmente o seu enfrentamento também deverá ser realizado em várias frentes.

Os juristas entendem que tanto as organizações de segurança pública estadual quanto as federais tem responsabilidade na prevenção e na repressão ao tráfico de drogas. Enquanto a Polícia Federal compete o combate ao tráfico internacional, as organizações estaduais (Polícia Militar e Polícia Judiciária Civil) devem se responsabilizar pelo enfrentamento do tráfico doméstico.

Apesar de não estar devidamente especificado na constituição federal, a doutrina já firmou um entendimento de que a responsabilidade da Polícia Federal

quanto à prevenção e repressão ao comércio de entorpecentes ilegais, é exclusiva no que se refere à transnacionalidade.

De acordo com o inciso II, §1º Art. 144 da CF, a Polícia Federal destina-se a: “prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência”. (grifo nosso).

Como se percebe o legislador de maneira sábia definiu a atribuição da Polícia Federal, entretanto não excluiu os demais organismos estatais da responsabilidade de atuarem, dentro de suas respectivas esferas de atribuição, sejam elas estaduais municipais ou na própria esfera federal.

Em concordância com esse entendimento, o Desembargado do TJ de São Paulo, Dr. Ivan Ricardo Garisio Sartori, define em seu artigo “Breves Considerações sobre o Narcotráfico” que:

“No Brasil, tanto as polícias dos Estados como a Federal têm atribuição com o tráfico de entorpecentes, ficando as primeiras com toda mercancia interna e a segunda mais com aquelas com reflexos no exterior, o mesmo ocorrendo em relação ao Poder Judiciário, esferas estadual e federal, ressaltada a competência suplementar ou delegada do art. 27 da Lei 6.368/76, vale dizer, a Justiça Estadual singular também julga o tráfico internacional onde não houver vara federal”. (Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6943>> Acessado em 04 de maio 2008).

Diante de tudo que foi exposto acreditamos ter ficado devidamente esclarecido o conflito de competência com relação ao combate ao tráfico de drogas. Em se tratando de tráfico internacional ou transnacionalidade, a responsabilidade de prevenir e reprimir é da Polícia Federal, referindo-se a tráfico doméstico, a competência recai sobre os órgãos de segurança pública estaduais sejam eles Polícia Militar ou Polícia Judiciária Civil.

2. O CÃO FAREJADOR

Segundo Gygas (1987:65).

Em 1902, o farmacêutico Adolfo Goeschel fundou na Alemanha a Sociedade para promoção e Criação de Cães Policiais. Como acontece frequentemente, também aqui o acaso ajudou a encontrar novas tarefas para os cachorros. Quando aluno de

uma escola, Adolfo fora salvo pelo seu cão “Hektor” das águas do Reno, pois ameaçava afogar-se devido a ter rompido a camada de gelo do rio.

A maneira pela qual foi encontrado pelo cachorro lhe deu a idéia de utilizá-lo para seguir primeiramente rastros de ciganos descalçados e, mais tarde, os rastros de pessoas em geral. Para este fim, ele inicialmente, untava as solas de sapatos de pessoas com um “cheiro” artificial que preparou na farmácia de seu pai. A princípio, utilizou Airadele-Terries, Boxers, Pastores Alemães, Schnauzer Gigantes etc, em suas experiências. Com o passar dos anos evidenciou-se que os cães possuíam todas as qualidades exigidas para tal serviço.

Os cães classificados como farejadores têm sido utilizados em todo o mundo em diversas missões como: localização de pessoas perdidas e soterradas; localização de entorpecentes e armamentos; detecção de explosivos e localização de vazamentos químicos. Os cães têm deixado de ser simples animais de estimação e tem assumido papéis relevantes, principalmente no quesito faro.

2.1 O OLFATO CANINO

“Não podemos compreender nada do cão senão admitimos que ele é um olfato com patas”, essa frase foi dita por Hasbrouk apud Garcia Junior (1998:36) e retrata muito a importância desse sentido para o cão. Os cães, semelhantemente aos aparelhos detectores dos seres humanos, possuem aptidões e limitações intrínsecas, algumas raças possuem o sentido do olfato melhor que outras e já se sabe que a prática contínua melhora a aptidão discriminatória de seu sentido olfativo.

2.1.1 Comparando o Olfato Canino ao Humano

“Enquanto o homem descortina o que está seu redor com os olhos, o cão, através do focinho, percebe o mundo pelo olfato”, segundo Espósito⁴ (1997:12).

A explicação para isto é que enquanto o homem possui algo em torno de 5.000.000 (cinco milhões) de células olfativas em sua estrutura nasal, o cão é dotado de uma superestrutura de olfação, com 200.000.000 (duzentos milhões) ou mais de células olfativas. Além disso, o tecido onde se localizam essas células olfativas possui formato de pregas e seu comprimento, quando estirado, pode ser igual ou superior ao tamanho do animal.

⁴ Oficial da PMSP, Ex-Comandante do Canil da PMSP e Autor do Livro “Adestre seu Cão com o Capitão Eduardo”.

2.1.2 Como se Processa a Percepção do Odor?

Quando as partículas físico-químicas se dissipam da matéria (mineral, vegetal, animal, produtos artificiais e etc), são aspiradas pelo cão, impressionam a estrutura nasal interna e em seguida são enviadas ao cérebro do animal. Assim como ocorre com o homem, essas informações são armazenadas e codificadas no cérebro.

Da mesma forma que nós tentamos lembrar de algo recorrendo a nossa memória, pra ver se temos uma imagem do que buscamos, o cão possui um poderoso banco de dados de registros odoríferos, do qual, recorre sempre que necessita.

2.2 O ADESTRAMENTO

“Adestramento é o ato de treinar ou condicionar um individuo (animal) para a realização de determinada tarefa. No caso do cão, de obedecer comandos visando um objetivo específico, como localizar ou detectar um odor, atacar, realizar guarda ou acompanhar uma pessoa”

Esse é o entendimento de Gygas (1998:79). Nesse conceito pode-se perceber claramente o processo e a finalidade do ato de adestrar, que nada mais é que preparar o cão para desenvolver determinada reação, em caso de deparar-se com uma situação previamente estabelecida, como defender um território (guarda), encontrar um objeto (busca, salvamento, localização e detecção) ou até mesmo acompanhar uma pessoa (companhia ou patrulhamento).

Para compreendermos como se dá o adestramento, é preciso entendermos alguns fatores psicológicos relacionados a teoria de Pavlov e de Skinner.

Pavlov determinava que ao se apresentar um prato de comida a um cão, ele salivaria. De início, Pavlov fazia o cão ouvir o som de um metrônomo antes de lhe dar comida, uma vez repetida sistematicamente esta associação, ele submeteu o cão ao ruído do metrônomo, mas suprimiu a comida; apesar disso, o cão voltou a salivar. Pavlov deduziu que o prato de comida constituía o estímulo obrigatório e o metrônomo, o estímulo condicionante.

A partir desse resultado, Pavlov elaborou uma teoria da aprendizagem que explicava, por este tipo de condicionamento, todos os comportamentos observáveis

no homem e nos animais. Esta teoria ficou conhecida como “Gerador de estímulos condicionados” e a ela se atribuía à faculdade de modelar completamente o comportamento de um indivíduo.

O psicólogo norte-americano Skinner trabalhou em outra direção. Ao invés de reforçar uma resposta orgânica tão simples, como a salivação reflexa, ele tentou modelar nos animais em laboratório, comportamentos motores voluntários. A teoria de Skinner baseava-se em colocar ratos, em jejum, em gaiolas, desprovidas de quaisquer características estimulantes, nas quais a comida somente poderia ser obtida por meio de uma pequena alavanca situada ao alcance dos animais.

Quando os ratos exploravam a gaiola, não deixavam de tocar na alavanca, libertando assim a comida. A partir de então, os roedores começavam de novo a procura de comida e para isso exploravam em volta da alavanca; aos poucos, compreenderam que tinham que levantar a alavanca para que a comida aparecesse; e a partir daí souberam que o gesto de “levantar a alavanca” era operante (quer dizer eficaz). Esta é a razão pela qual a aprendizagem skinneriana é também chamada de aprendizagem operante.

2.2.1 Fases do Adestramento do Cão Farejador

O adestramento do cão começa desde a escolha e aquisição do animal, passando pela escolha do Guia ou Adestrador, aquisição dos materiais necessários para o adestramento e o treinamento propriamente dito, que se divide nas seguintes fases: Fase de preparação; Fase de Treinamento e aperfeiçoamentos; Fase de Avaliação e Fase Operacional.

3. DO ESTUDO CIENTÍFICO

Visando comprovar a hipótese de que o emprego do cão farejador melhoraria os resultados de apreensão de substâncias entorpecentes ilícitas pela Polícia Militar de Mato Grosso, foi realizado um experimento científico, onde uma guarnição policial foi submetida ora com e ora sem o auxílio do cão farejador a uma pista de itens escondidos de drogas em veículos.

3.1 PESQUISA EXPERIMENTAL

No entendimento de Gil (1991:09):

“...o experimento representa o melhor exemplo de pesquisa científica. Essencialmente, a pesquisa experimental consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

A pesquisa experimental constitui um dos mais valiosos procedimentos disponíveis aos cientistas, para testar hipóteses que estabelecem relações de causa e efeito entre as variáveis. Em virtude de suas possibilidades de controle, os experimentos oferecem garantia muito maior do que qualquer outro delineamento de que a variável independente causa efeitos na variável dependente.

De acordo com ele, experimento é o conjunto de procedimentos em que o pesquisador observa um fato e submete a ele uma variável ou grupo de controle e em seguida mensura os resultados. Se a diferença entre o fato observado com a presença da variável for positiva em relação à não presença dela, a hipótese científica estará confirmada, caso contrária ela será refutada.

A formulação de lei ou teoria mediante obtenção de dados através de pesquisa experimental, necessita de precisão e repetição nos procedimentos, de modo a conferir caráter verdadeiramente científico à técnica. Gil (1991:10) afirma ainda que:

As pesquisas experimentais ao contrário do que faz supor a concepção popular, não precisam necessariamente ser realizadas em laboratório. Pode ser desenvolvida em qualquer lugar, desde que apresente as seguintes propriedades:

Manipulação - o pesquisador precisa fazer alguma coisa para manipular pelo menos uma das características dos elementos estudados;

Controle - o pesquisador precisa introduzir um ou mais controles na situação experimental, sobretudo criando um grupo de controle; e

Distribuição aleatória - a designação dos elementos para participar dos grupos experimentais e de controle deve ser feita aleatoriamente.

3.2 PROCESSAMENTO DA PESQUISA EXPERIMENTAL

A pesquisa experimental consistiu em submeter guarnições policiais ora acompanhadas de um cão farejador, ora não, a uma pista de localização de drogas, simulando uma situação real do dia a dia dos policiais. O objetivo deste experimento

foi mensurar os resultados do emprego do cão farejador em atividades de auxílio a ação policial.

O fenômeno estudo foi a localização, por parte da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, de substâncias entorpecentes ilícitas através de busca e revista em veículos parados em barreiras policiais.

3.2.1 Os Policiais

Os policiais que participaram da pesquisa desempenhavam suas funções no grupamento da Força Tática do 1º e do 3º Batalhão de Polícia Militar, ambos responsáveis pelo policiamento de Cuiabá (MT).

Os policiais foram divididos em duas guarnições distintas e cada uma delas, foi composta por 04 (quatro) policiais militares a comando de um graduado.

3.2.2 As Substâncias

Considerando os registros de apreensão de drogas feitos em Mato Grosso e levando-se em conta as informações do serviço de inteligência dos organismos de segurança pública de Mato Grosso, foi escolhida para ser utilizada nessa experimentação a Pasta Base de Cocaína.

3.2.3 Grupo Controle ou Variável

O grupo controle ou variável foi composto por um condutor e um cão farejador. O Condutor do conjunto foi o Inspetor da Polícia Rodoviária Federal Eloi Grison e o cão farejador, foi à cadela da raça retriever do labrador de nome Polly da cor preta, de 02 anos de idade.

3.2.4 Descrição da Pesquisa Experimental

A pesquisa experimental consistiu na montagem de uma barreira policial fictícia, onde foram escondidos itens de drogas em alguns veículos que passaram pela barreira. O experimento foi realizado no pátio do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

A guarnição policial recebeu a missão de montar uma barreira numa rodovia estadual de baixo fluxo de veículos, porém com grande número de registro de apreensão de drogas, armas, contrabando e veículos roubados e furtados. A missão da guarnição policial não foi especificada, de modo a não direcionar as atividades dos policiais, nem tão pouco condicionar o seu comportamento e conduta, tentando com isso, aproximarmos ao máximo das situações encontradas no dia a dia.

Foi montada uma Comissão técnica que teve a incumbência de auditar todos os procedimentos do experimento, bem como tecer parecer sobre eventuais irregularidades. A Comissão foi composta pelo Ten Cel PM Reinaldo Magalhães Moraes, pelo Inspetor Elton Carvalho e pelo Maj PM Edson Benedito Rondo Filho, orientador desta monografia.

O critério escolhido para esconder os itens de drogas foi o de maior dificuldade possível para localização tanto dos policiais, quanto do cão. Vale ressaltar que os locais de esconderijo não foram escolhidos aleatoriamente, eles se assemelham a locais em que foram apreendidas substâncias entorpecentes em nosso Estado.

A experimentação foi organizada da seguinte maneira:

- ✓ Os policiais receberam a instrução de que 06 (seis) veículos de passeio iriam passar em sua barreira e que a guarnição deveria realizar a busca e revista nos veículos que entendessem necessário.
- ✓ Cada veículo foi conduzido por um condutor diferente, de sexo e característica distinta e todos os veículos tinham a mesma origem e destino.
- ✓ Os policiais tinham livre arbítrio para abordar os veículos que quisessem e entendessem necessários.
- ✓ O tempo que a guarnição teve para realizar a abordagem e busca em um veículo, foi livre, entretanto o fluxo de veículos na rodovia se manteve normal, ou seja, em determinados momentos passou mais de um veículo na barreira, em outros houve um grande lapso de tempo para a passagem de veículos.
- ✓ A guarnição teve total liberdade para utilizar os meios e recursos que entenderam necessários para realizar as revistas nos veículos, entretanto foi-lhes

alertado que qualquer dano causado as pessoas ou aos veículos, acarretaria em sanções judiciais e disciplinares aos responsáveis.

✓ A experimentação foi filmada, desde o momento em que foram repassadas as informações a guarnição, até o seu encerramento.

✓ Após o término da abordagem de todos os veículos, o grupo controle, conjunto condutor/cão farejador, foi adicionado às guarnições policiais.

✓ A guarnição policial auxiliada pelo conjunto condutor/cão farejador, passou por todos os procedimentos que a guarnição sem o auxílio do cão, passara anteriormente.

4. ANÁLISE DA PESQUISA

A pesquisa experimental apresentou uma série de informações que até o momento nem a teoria nem a experiência profissional havia nos fornecido. Diante disso, essas informações foram organizadas em tópicos, como adiante veremos:

Eficiência

Apesar do cão empregado nessa experimentação não estar adestrado a um nível de ser certificado como um cão farejador, a pesquisa experimental demonstrou com bastante clareza que uma guarnição auxiliada por um cão farejador é muito mais eficiente que uma guarnição sem o auxílio do cão.

Nessa experimentação isso ficou evidenciado, tanto no tempo de realização da revista, quanto no grau de precisão de indicação do local onde estavam escondidos os tóxicos. O tempo que o cão levou para realizar a busca em veículo foi em média 70% menor que o tempo gasto em uma revista realizada por um policial, além do que a guarnição auxiliada pelo cão farejador, apresentou resultado 50% melhor na localização de itens escondidos de drogas que a guarnição sem o auxílio do cão.

O cão localizou 04/08 itens escondidos de drogas e em média gastou 06 minutos para realizar a busca em um veículo, enquanto que a guarnição sem o cão não localizou nenhum item escondido, além do que gastou em média 27 minutos em cada veículo.

Preconceito

Nas abordagens feitas pela guarnição sem o auxílio do cão farejador, o policial responsável pela triagem na barreira, realizava sua atividade baseada em princípios em conceitos intrínsecos a sua cultura ou formação. No caso específico da barreira percebemos que os veículos conduzidos por mulheres não são tão abordados quanto os que são conduzidos por homens.

Outro ponto observado é que os policiais trabalharam com um esteriótipo de veículo a ser abordado, excluindo de sua ação veículos com características distintas do modelo que possuíam em sua cabeça, na pesquisa os policiais deram mais ênfase em veículos novos.

Já na guarnição auxiliada pelo cão, o fator preconceito não foi levado em consideração, pois todos os veículos, independente de característica do carro e do condutor, foram abordados e revistados.

Distração ou perda de foco

Tanto no fenômeno quanto no grupo controle, foi observado a distração e a perda de foco na revista.

Na guarnição sem o auxílio do cão, creditamos esse fator ao cansaço físico dos policiais, enquanto que na guarnição com o auxílio do cão, creditamos isso ao emprego do animal em muitos veículos em um curto espaço de tempo, ocasionando o desinteresse pela brincadeira ou jogo de procura do brinquedo.

Outro ponto observado na guarnição sem o auxílio do cão é que existem alguns compartimentos e objetos que recebem maior atenção do que outros. Nessa experimentação foi adicionado em um dos veículos no compartimento de bagagem, malas contendo roupas e livros que receberam grande atenção dos policiais enquanto que outros compartimentos passaram quase que despercebidos.

Já com o cão, a busca foi realizada em todo o veículo e também nas malas, e percebemos que para o animal, as malas ou outro compartimento do veículo tem um mesmo valor, pois não possuem significado para ele.

Persistência e Resistência a Fadiga

A persistência no caso dos policiais está diretamente ligada ao número de veículos abordados, verificamos que essa relação é inversamente proporcional, pois quanto mais veículos são abordados e revistados, menor é a persistência dos policiais.

Outro fator observado em relação aos policiais sem o cão, é o desgaste por ter que trabalhar sob o sol forte e trajando uma vestimenta que já é muito quente e que adicionado o colete, se torna uma verdadeira estufa, ocasionando a fadiga em poucas horas de trabalho.

Com relação ao cão percebemos que a persistência está diretamente ligada ao nível de adestramento do animal, pois quanto mais adestrado ele se encontra maior o seu interesse pela brincadeira. No caso da cadela Polly, o seu interesse inicial é bom, porém vai diminuindo com o passar da revista.

Apesar do cão também se cansar, a sua resistência a fadiga é bem maior do que a do homem. No caso específico dessa experimentação a cadela polly realizou sozinha a busca em seis veículos em um tempo menor que uma guarnição realizou em apenas dois.

Frustração

Foi um dos fatores mais importantes observados nessa experimentação. A cada veículo que a guarnição policial sem o auxílio do cão, realizava a revista e não encontrava nenhuma irregularidade, o seu interesse, energia e motivação, ia diminuindo a ponto deles não se esforçarem para realizar mais abordagens em outros veículos.

Em relação à guarnição com a presença do grupo controle isso não foi verificado. Os policiais demonstraram bom interesse pelo serviço e motivação em submeter os veículos à busca do cão, como se estivessem participando de um jogo interessante. Quanto ao cão percebemos que para ele, tudo que estava ocorrendo naquela experimentação não passava de uma 'brincadeira' e uma grande oportunidade dele se libertar do canil.

Procedimento Padrão

Apesar de conhecer o procedimento policial padrão em uma abordagem e revista em veículo, o ser humano tende a desobedece e não cumpri a risca o que está determinado nos manuais ou normas. Durante a experimentação os policiais militares por vezes não seguiram as recomendações de sentido de busca, de ponto inicial e final e conseqüentemente passaram em um mesmo local mais de uma vez e deixaram de revistar outros locais.

No grupo controle isso também é possível, porém como o cão e o seu condutor estão tão condicionados a revista, isso não foi verificado na experimentação. O que vimos foi um mesmo procedimento em todas as buscas nos veículos, ou seja, início na grade do radiador dos veículos, deslocamento no sentido anti-horário, primeiramente por toda a parte externa, em seguida, no compartimento do motor, na parte interna do veículo e por último no porta-malas.

Danos materiais

Não foi observado nenhum dano material causado nem pelo cão, nem pelos policiais. O que percebemos é que mesmo sendo uma simulação, as pessoas ficaram mais a vontade na busca feita pelo cão em seus pertences do que na revista feita pelos policiais.

Vulnerabilidade a pressão

A guarnição sem o auxílio do cão sofreu maior pressão para terminar a revista do que a guarnição auxiliada pelo animal. O que percebemos é que com o passar do tempo os ocupantes dos veículos começam a ficar incomodados com o prolongamento da revista e tendem a questionarem o que geralmente irrita o policial e aumento o seu destemperamento

Na busca do cão esse tempo é bem menor, o que reduz bastante o tempo de contato dos ocupantes do veículo com a guarnição policial.

Outros pontos a ressaltar

1. Como a guarnição policial teve que voltar suas atenções para o veículo que estava sendo abordado, eles optaram por não determinar a parada de outro veículo até que todos os seus integrantes estivessem novamente em condições e com a sua atenção voltada para a barreira. Esse fator aliado ao efetivo de policiais empregados na barreira, impediu a parada de mais de um veículo ao mesmo tempo, acarretando a passagem de veículos pela barreira, sem sequer serem abordados.

2. O modo com que os veículos foram apresentados as guarnições policiais, assemelhou-se muito com a tática empregada pelos traficantes, chamada de 'boi de piranha', quando os marginais determinam que um veículo sem portar drogas ou com uma quantidade pequena, passe por uma barreira chamando toda a atenção da guarnição, enquanto que outros veículos com quantidades maiores de substâncias entorpecentes ilícitas, passem sem serem abordados.

3. A dificuldade observada em relação ao cão se deu nos itens de drogas escondidos em estepes de veículos, isto é explicado, pois a cadela Polly ainda estava habilitada para a localização de substâncias em compartimentos lacrados com pressão.

4. Um fator negativo observado em relação ao cão farejador foi a sua maior fragilidade em relação ao homem, quando nos referimos à temperatura ambiente no local de trabalho. Uma medida que pode minimizar esse fator é a utilização de mais de um cão na operação, propiciando desta feita, que os cães sejam empregados de maneira intercalada.

CONCLUSÃO

Após análise das informações bibliográficas, bem como dos resultados obtidos na pesquisa experimental e das informações colhidas dos policiais militares que atuam efetivamente no combate ao tráfico doméstico de drogas, concluiu-se que o cão farejador é uma grande ferramenta de localização de substâncias entorpecentes ilícitas.

Durante o estudo ficou evidenciada a grande capacidade olfativa que o cão

possuí e quando o colocamos à prova, em uma simulação de uma barreira policial, com controle pareado, mesmo não possuindo o nível ideal de adestramento, o cão farejador obteve um resultado muito superior ao dos policiais que atuaram sem o seu auxílio.

Para finalizar, ressalto a importância desse estudo, no convencimento das autoridades de Segurança Pública para o desenvolvimento de políticas de instalação de canis especializados em faro de entorpecentes, bem como no emprego mais intensificado do cão como instrumento de auxílio policial na localização de substâncias entorpecentes ilegais.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

POLÍCIA FEDERAL, **Cartilha de Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas**. Brasília, Delegacia de Repressão ao Tráfico Internacional de Entorpecentes, 2005.

CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA. **Curso de Guias de Cães Farejadores de Drogas**. Florianópolis, SENASP, 2005.

ESPÓSITO, Eduardo. **Adestre seu cão com o Capitão Eduardo**. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 1997.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação**. Explicitação das Normas da ABNT. - 14. ed. - Porto Alegre: s/nº. 2007.

GARCIA JUNIOR, Alair. **O emprego do cão policial na detecção de drogas, explosivos, outras substâncias e localização de pessoas soterradas**. Natal: Polícia Militar do Rio Grande do Norte, 1998.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi**. - 4. ed. - 3. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MACHADO, Cláudio Roberto da Cunha; ALVES, José Nilo Corrêa; LOPES, Júlio César Rocha. **O cão de faro na Brigada Militar e sua utilização na detecção e localização de drogas ilícitas e substâncias explosivas**. Porto Alegre: Polícia Militar do Rio Grande do Sul, 2001.

MAGALHÃES, Reinaldo Moraes, **Manual para manutenção de cães na Polícia Militar de Mato Grosso**. Cuiabá, PMMT, 1999.

_____, **Apostila do Curso de Especialização em Cinotecnia da PMMT**. Cuiabá, CFAP, 2000.

RONDON FILHO, Edson Benedito. **Metodologia do Processo Cíclico de Inteligência: uma percepção do labor da agência central de inteligência da PMMT**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.